



Ensaaios sobre Strawson

com réplicas de P. F. Strawson

Carlos E. Caorsi
Organizador

Ensaaios sobre Strawson

Coleção Filosofia, 48

Carlos E. Caorsi
Organizador

Ensaaios sobre Strawson

com réplicas de P. F. Strawson

Tradução:

Itamar Luís Gelain e Jaimir Conte



Editora UNIJUÍ

Ijuí

2014

© 2014, Editora Unijuí
Rua do Comércio, 1364
98700-000 - Ijuí - RS - Brasil -
Fone: (0__55) 3332-0217
Fax: (0__55) 3332-0216
E-mail: editora@unijui.edu.br
Http://www.editoraunijui.com.br
www.twitter.com/editora_unijui

Editor: Gilmar Antonio Bedin

Editor-Adjunto: Joel Corso

Capa: Jaimir Conte e Itamar Luis Gelain

Imagem da capa: Imagem retirada de um vídeo no youtube: <https://www.youtube.com/WATCH?V=W_PLCL_1RS>, "P. F. Strawson and Gareth Evans on 'Truth'" (Part2 of 2)

Responsabilidade Editorial, Gráfica e Administrativa:

Editora Unijuí da Universidade Regional do Noroeste
do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí; Ijuí, RS, Brasil)

Catálogo na Publicação:
Biblioteca Universitária Mario Osorio Marques – Unijuí

E59 Ensaio sobre Strawson com réplicas de P. F. Strawson / organizador
Carlos E. Caorsi ; tradução de Itamar Luís Gelain e Jaimir
Conte. – Ijuí : Ed. Unijuí, 2014. – 200 p. – (Coleção filosofia ;
48).

ISBN 978-85-419-0140-6

1. Filosofia. 2. Ensaio. 3. Conhecimento. I. Caorsi, Carlos E.
(Org.). II. Gelain, Itamar Luís (Trad.). III. Conte, Jaimir (Trad.). IV.
Título. V. Série.

CDU : 16

Editora Unijuí afiliada:



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias



Com a coleção *Filosofia* a Editora Unijuí soma-se às iniciativas editoriais que publicam obras que se inscrevem no complexo horizonte das reflexões filosóficas de nossa época. A coleção inicia no ano em que o curso de Filosofia desta universidade comemora 45 anos e visa a dar publicidade a textos que, sob diferentes perspectivas e compreensões, contribuam para estimular e consolidar o atual e relevante interesse por temas e escritas de caráter filosófico.

Conselho Editorial

Aloísio Ruedell – Unijuí
Antônio Sidekum – Faccat
Cecília Pires – Unisinos
Edmilson Alves de Azevedo – UFP
Ernildo Stein – PUC/RS
Hector Benoit – Unicamp
Inácio Helfer – Unisinos
João Carlos Brum Torres – UFRGS
José Oscar de Almeida Marques – Unicamp
Maria Constança Peres Pissara – PUC/SP
Maria das Graças Souza – USP
Miroslav Mílović – UnB
Noeli Dutra Rossatto – UFSM
Oswaldo Chateaubriand Filho – PUC-Rio
Oswaldo Giacóia Jr. – Unicamp
Odilio Alves de Aguiar – UFC
Paulo Denisar Fraga – Unifal-MG
Renato Janine Ribeiro – USP
Robson Ramos dos Reis – UFSM
Rodrigo Duarte – UFMG
Sérgio Lessa – Ufal
Scarlett Marton – USP
Wolfgang Leo Maar – Ufscar

Comitê Editorial

Paulo Rudi Schneider – Unijuí
Aloísio Ruedell – Unijuí
Vânia Lisa Fischer Cossetin – Unijuí
Joel Corso – Editor-adjunto da Editora Unijuí

SUMÁRIO

Apresentação.....	9
<i>Carlos E. Caorsi</i>	
Apresentação à tradução brasileira	11
<i>Itamar Luís Gelain</i>	
<i>Jaimir Conte</i>	
A teoria da verdade em Strawson.....	13
<i>Mauricio Beuchot</i>	
Réplica a Mauricio Beuchot	35
<i>Peter F. Strawson</i>	
Strawson: Entre a lógica tradicional e a lógica clássica	41
<i>Robert Calabria</i>	
Réplica a Robert Calabria.....	63
<i>Peter F. Strawson</i>	
Referência e termos singulares	65
<i>Carlos E. Caorsi</i>	
Réplica a Carlos E. Caorsi	81
<i>Peter F. Strawson</i>	
Strawson e a metafísica.....	87
<i>Juan C. D'Alessio</i>	

Réplica a Juan C. D'Alessio.....	99
<i>Peter F. Strawson</i>	
A Metametafísica de Strawson: Identificação versus individuação	101
<i>Jorge J. E. Gracia</i>	
Réplica a Jorge J. E. Gracia	121
<i>Peter F. Strawson</i>	
Algumas distinções sobre a noção de indivíduo	127
<i>Jesús Mosterín</i>	
Réplica a Jesús Mosterín.....	145
<i>Peter F. Strawson</i>	
Sobre a percepção e seus objetos em Strawson	147
<i>Ernest Sosa</i>	
Réplica a Ernest Sosa	167
<i>Peter F. Strawson</i>	
Limitações ao exercício da perplexidade.....	171
<i>Tereza de Jesús Zavalía</i>	
Réplica a Tereza de Jesús Zavalía.....	187
<i>Peter F. Strawson</i>	
Publicações de P. F. Strawson	191
Sobre os Autores e Tradutores	199

APRESENTAÇÃO

Este volume reúne uma série de artigos sobre o pensamento de Peter F. Strawson e as suas respostas aos ensaios. Todos os artigos, assim como as réplicas, foram escritos especialmente para este volume a pedido do organizador.

Fico por isso em dívida com Mauricio Beuchot, Robert Calabria, Juan C. D'Alessio, Jorge E. Gracia, Jesús Mosterín, Ernest Sosa e Tereza de J. Zavalía, que escreveram os artigos para o presente volume; com R. Calabria, Lila del Cerro, Lucia Lewowicz e Ana Rona pela tradução de textos que não estavam originalmente em espanhol.¹ E finalmente com P. F. Strawson, que demonstrou desde o início uma excelente disposição para colaborar, seja com sua paciente espera, com as respostas as nossas dúvidas e com o envio da bibliografia que solicitamos.

Meu agradecimento a todos eles, sem os quais este projeto não poderia ter sido concretizado.

Carlos E. Caorsi

Organizador

¹ As réplicas de Strawson e o texto de Ernest Sosa não estavam originalmente em espanhol. Foram, todavia, publicados na coletânea tanto o texto original das réplicas quanto a sua tradução.

APRESENTAÇÃO À TRADUÇÃO BRASILEIRA

“E tudo em filosofia é provisório” (P. F. Strawson).

O filósofo inglês Sir Peter F. Strawson (1919-2006), do qual essa coletânea se ocupa, é reconhecido no cenário filosófico mundial especialmente por seus trabalhos nas áreas de metafísica, epistemologia, lógica e filosofia da linguagem. *Individuals*, *The Bounds of Sense* e *Analysis and Metaphysics* são os mais destacados, muito embora tenha escrito outros livros e algumas dezenas de artigos não menos importantes que suas obras mais famosas.

A obra *Ensaio sobre Strawson* foi organizada pelo professor Carlos E. Caorsi e publicada no Uruguai em 1992. Traduzida e publicada agora em português, ela consiste, do ponto de vista cronológico, na segunda coletânea dedicada à filosofia de P. F. Strawson e a primeira em língua espanhola. A primeira foi organizada e publicada em inglês no ano de 1980 por Zak Van Straaten com o título *Philosophical Subjects: Essays Presented to P. F. Strawson*; a terceira, também em língua inglesa, foi editada por Pranab Kumar Sen e Roop Rekha Verma em 1995 sob o título *The Philosophy of P. F. Strawson*; a quarta coletânea, novamente em língua inglesa, foi organizada por Lewis Edwin Hahn em 1998 com o título *The Philosophy of P. F. Strawson*; a quinta, outra vez em inglês, foi organizada por Hans-Johann Glock em 2003 com o título *Strawson and Kant*; a sexta, em língua francesa, intitulada *Langage Ordinaire et Métaphysique: Strawson*, foi editada por Jocelyn Benoist e Sandra Laugier em 2006.

A coletânea organizada pelo professor Caorsi inclui oito ensaios, três dos quais versam sobre metafísica, dois sobre epistemologia, dois sobre lógica e um acerca da filosofia da linguagem. Além dos oito ensaios, a coletânea intercala oito réplicas diretas a seus autores escritas por Strawson. Mauricio Beuchot discorre acerca do problema da verdade sobre como a teoria de Strawson foi sendo ligeiramente alterada ao longo de sua carreira filosófica. Robert Calábria e Carlos E. Caorsi tematizam, respectivamente, o problema da referência no confronto Strawson-Russell e a doutrina da pressuposição de Strawson, a qual implicaria uma lógica *desviante*. Juan C. D'Alessio, Jorge J. E. Gracia e Jesús Mosterín discutem, a partir da obra *Individuals*, a concepção strawsoniana de metafísica descritiva e de metafísica revisionista em contraposição à metafísica tradicional, bem como a questão da identificação e/ou individuação de particulares e a noção de indivíduo concebida ao longo da história da filosofia. Ernest Sosa, por sua vez, analisa o tema da percepção na filosofia de Strawson em contraposição à abordagem de Alfred Ayer. Por último, Tereza de J. Zavalía examina a filosofia da linguagem de Strawson e alerta que sua abordagem possui limitações, as quais o impediram de tratar de toda a riqueza e complexidade dos fenômenos linguísticos.

Encerrando essa breve apresentação, gostaríamos de agradecer ao professor Caorsi pela amabilidade com que respondeu nossas dúvidas em relação à tradução da obra e também por ter concedido gentilmente a autorização para a publicação dessa coletânea em língua portuguesa. Gostaríamos de prestar agradecimentos também ao professor Robert Calábria pelo auxílio na tradução de algumas passagens com as quais nos deparamos ao longo de nosso trabalho.

Esperamos que essa coletânea, agora traduzida, contribua de alguma maneira para os estudos sobre o pensamento filosófico de Strawson no Brasil.

Itamar Luís Gelain
Jaimir Conte

A TEORIA DA VERDADE EM STRAWSON

Mauricio Beuchot

Peter Frederick Strawson dedicou notáveis esforços à relação entre linguagem, conhecimento e ser.¹ Particularmente, trabalhou acerca dessa intersecção entre eles, sobre a qual se ocupa a verdade, constituída como problema.²

¹ Sobre estes distintos aspectos da filosofia de Strawson tenho escrito os seguintes artigos: M. Beuchot, *Filosofía analítica y conocimiento*. In: *Revista de Filosofía*, México, 11 (1978), p. 289-305; Wittgenstein, Austin y Strawson sobre a ontología de los universales. In: *Revista de Filosofía*, México, 13, (1980), p. 155-175, depois reunidos no meu livro: *El problema de los universales*. México: Unam, 1981; Estructura y función de la metafísica en la filosofía analítica. In: *Libro Anual del ISEE*. México, 8 (1980), p. 249-295; e *Filosofía analítica, filosofía tomista y metafísica*. México: UIA, 1983.

² Diretamente sobre o problema da verdade, Strawson escreveu: Truth. In: *Analysis*, 9 (1949); Truth. In: *Proceeding of the Aristotelian Society*, Supplementary Volume, 24 (1950); A Problem about Truth – A reply to Mr. Warnock. In: G. Pitcher (Ed.), *Truth*. Englewood Cliffs, N. J. Prentice-Hall, 1964; Truth: A Reconsideration of Austin's Views. In: *The Philosophical Quarterly*, 15 (1965); Meaning and Truth, Aula inaugural, Oxford, University Press, 1969; Knowledge and Truth. In: *Indian Philosophical Quarterly* 3-3 (1976).

Já é célebre a teoria da verdade sustentada por Strawson, chamada por alguns de “teoria performativa da verdade”³ e por outros classificada como uma “teoria pragmática da verdade”.⁴ E é particularmente famosa porque se opôs à teoria correspondencialista da verdade, representada nessa ocasião e neste debate por J. L. Austin. Segundo Ved Mehta, “Austin ... considerava Strawson como seu rival. Numa reunião da exclusiva Sociedade Aristotélica, *crème de la crème* de todas as sociedades filosóficas, Strawson havia derrotado claramente Austin numa disputa sobre a verdade; coisa que Austin jamais teria reconhecido”.⁵ Esta falta de reconhecimento por parte de Austin não se deve somente a sua teimosia, senão ao fato de que, na verdade, é difícil dizer quando se ganhou ou perdeu uma disputa filosófica. Nosso objetivo aqui não será exatamente reconstruir tal polêmica, mas destacar os pontos principais que a teoria de Strawson sobre a verdade adquiriu e fazer uma proposta de emenda ou, melhor ainda, de complementação com aspectos da teoria correspondencialista. Acreditamos que não são incompatíveis e que – obtendo cuidadosamente uma mútua integração – poder-se-á excluir os inconvenientes – como veremos – exibidos por cada uma dessas teorias separadamente.

³ Cfr. G. Ezorsky, Performative Theory of Truth. In: P. Edwards (Ed.). *The Encyclopedia of Philosophy*. New York-London, Collier-MacMillan, 1967, vol. 6, p. 88-90; S. Haack. *Filosofía de las lógicas*, Madrid, Cátedra, 1982, p. 109. Ver o livro de Haack para uma exposição mais ampla das teorias da verdade. É chamada “teoria performativa ou realizativa da verdade” porque atende às intenções comunicativas do falante, além da formal.

⁴ Cfr. J. J. Acero; E. Bustos; D. Quesada. *Introducción a la filosofía del lenguaje*. Madrid: Cátedra, 1982, p. 131. É chamada “teoria pragmática da verdade” porque, além das dimensões sintática e semântica, atende à dimensão pragmática do discurso.

⁵ V. Mehta. *La mosca y el frasco*. Encuentros con intelectuales británicos. México; Madrid; Buenos Aires: FCE, 1976. p. 68.

Os sujeitos do predicado “é verdadeiro” ou os portadores de verdade

Para Strawson os portadores da verdade (se é que faz sentido afirmar que se atribui a eles o predicado “é verdadeiro”) são os enunciados (*statements*) expressados pelas orações (*sentences*); estas últimas, as orações, podem ser orações-tipo (*types*) ou orações-réplica (*tokens*). O processo se dá como segue: um enunciado pode ser expresso mediante a emissão de uma oração; esta emissão é de uma oração-réplica (pois ela individualiza a oração-tipo, a qual é abstrata), uma vez que ela dá um “contexto histórico” ao enunciado e à oração-tipo. É, portanto, o enunciado que pode ser verdadeiro ou falso, porque a emissão faz com que o enunciado se cumpra ou não. A emissão é distinta do uso. Pode-se traçar a distinção entre ambas por meio de alguns exemplos. Dois falantes que emitem a oração “o rei da França é sábio” em pleno reinado de Luís XIV, o fazem para se referir a um mesmo indivíduo. De acordo com Strawson, o primeiro e o segundo fizeram *o mesmo uso* da oração, mas com *emissões diferentes*. Diferentemente disto, se um falante emitisse essa oração quando reina Luís XIV e o outro quando reina Luís XV, tanto um quanto o outro fariam *dois usos distintos* da mesma oração, além de duas emissões diferentes.⁶

O surgimento da teoria performativa a partir de Ramsey

A teoria performativa da verdade, que é aquela sustentada por Strawson, começa já em seu artigo “Verdade”, de 1949. Nesse artigo ele tenta oferecer uma maior elaboração à teoria da redundância de Ramsey

⁶ Cfr. P. F. Strawson. Sobre el referir. In: *Ensayos lógico-lingüísticos*. Madrid: Tecnos, 1984. p. 17-18.

e criticar a teoria de Tarski.⁷ Strawson crê que a tese de Ramsey é verdadeira, mas inadequada, enquanto que a de Tarski é falsa, mas importante. Expõe isso da seguinte maneira:

A primeira tese é correta ao asseverar que, dizer que um enunciado é verdadeiro, não é fazer um enunciado ulterior; mas é incorreta ao sugerir que dizer que um enunciado é verdadeiro não é fazer algo distinto de, ou adicional a, somente fazer o enunciado. A segunda tese é correta ao implicar que dizer que um enunciado é verdadeiro é fazer algo diferente de somente fazer o enunciado; mas é incorreta ao asseverar que este “algo diferente” consiste em fazer um enunciado ulterior, isto é, um enunciado sobre um enunciado.⁸

Strawson busca uma maneira de mostrar que a verdade não é uma propriedade metalinguística e que ela não é necessária enquanto tal para dissolver o paradoxo autopredicativo do mentiroso.⁹ Ele termina por considerar que, da mesma forma que a expressão “se”, a expressão “é verdadeiro” não tem outro sentido senão confirmar o que é determinado. Ao confirmar um enunciado, porém, não estamos *descrevendo* algo, senão *fazendo algo*. Assim, a expressão “é verdadeiro” não é algo constatativo, mas algo performativo, segundo a terminologia de Austin.¹⁰ E se a frase “é verdadeiro” não é descritiva, não pode ser um predicado de segunda ordem aplicável a enunciados de primeira ordem, isto é, não pode ser o predicado metalinguístico que Tarski pretende que seja. E assim,

melhor que perguntar “qual é o critério de verdade?” é perguntar: “quais são as bases para o acordo?” – pois vemos que elas não são menos variadas que os temas sobre os que se pode alcançar uma opinião aceitável. E talvez isto nos desanime de buscar assinalar a diferença entre uma classe de enunciados e outra dizendo, por

⁷ Para ambas as teorias, conferir os livros de Haack e Acero; Bustos; Quesada. E também o de M. Platts. *Ways of meaning*. London, Routledge and Kegan Paul, 1979.

⁸ P. F. Strawson, Truth. In: *Analysis*, 9 (1949), p. 84.

⁹ Não tocamos aqui sua argumentação, por ser somente tangencial ao nosso tema.

¹⁰ P. F. Strawson, Truth. In: *Analysis*, 9 (1949), p. 93. (Strawson cita a J. L. Austin. *Other Minds*. In: P. S. A. Suppl. Vol., 1946. p. 169-175).

exemplo, “os enunciados éticos não são verdadeiros ou falsos”. Se é correto caracterizar o acordo ou desacordo com esses enunciados por meio das expressões “verdadeiro” ou “falso, é correto dizer que os enunciados de qualquer tipo são verdadeiros ou falsos.¹¹

Strawson afirma que a verdade ou a frase “é verdadeiro” é uma expressão performativa (nem indicativa, nem de menção metalinguística), substituível por “Eu o confirmo” ou “Eu confirmo que...”. Ou seja, ele afirma que o uso fundamental é o performativo. E o metalinguístico não intervém nem faz falta. Para ser sincero, pergunta se na verdade este uso performativo inclui todos os usos. Por isso examina os usos da expressão. Há um uso confirmativo ou admissivo, outro concessivo, outro para indicar o acordo, e outros que ele omite por não serem tão importantes. Nenhum deles, porém, afirma, envolve o uso de “verdadeiro” como predicado metalinguístico. Por tudo isso, considera que a questão de qual é a natureza da verdade leva à de quais são os *testes* para a verdade (isto é, a evidência) e esta à de quais são as condições da verdade.¹² Condições que, supostamente, são pragmáticas e, por isso mesmo, performativas.

A polêmica com Austin

Em 1950 Strawson tem seu famoso confronto com Austin acerca da verdade. Austin havia oferecido uma versão depurada da teoria da correspondência. Strawson a resume desta forma: “Para Austin, afirmar que um enunciado é verdadeiro é afirmar que um determinado ato de fala está relacionado de uma determinada maneira convencional com algo que é exclusivo dele mesmo”.¹³

¹¹ Ibid., p. 94.

¹² Ibid., p. 97.

¹³ P. F. Strawson. Verdad. In: *Ensayos lógico-lingüísticos*, op. cit., p. 216.

A opinião de Strawson é que a teoria da correspondência não requer depuração, mas eliminação.

Para mostrar esta rejeição, Strawson pretende centrar-se na mesma relação de correspondência entre enunciados e fatos, começando com a noção de enunciado, passando para a de fato até chegar à de correspondência.

Austin crê que os enunciados são atos de fala. Strawson opõe-se a isto, de acordo com sua distinção entre enunciado (*statement*) e oração (*sentence*). Para Strawson o enunciado é aquilo que se diz que é verdadeiro ou falso, e o enunciado é algo distinto da oração, porque pode-se usar várias orações para fazer o mesmo enunciado. Não somente com sinônimos, mas também quando alguém diz de João “Ele está doente” e outro diz a João “Tu estás doente” e ele mesmo diz “Eu estou doente”. Aqui há várias orações (três, de fato) e somente um enunciado. Por isso o enunciado não é algo meramente episódico (como a oração), pois para que haja um enunciado não é necessário que seja emitido. Com efeito, “o fato simples e óbvio é que as expressões que aparecem como tais sujeitos gramaticais (‘o que eles disseram’, ‘... que *p*’, e assim sucessivamente) jamais representam, nestes contextos, tais atos”.¹⁴

Segundo Strawson, ao usar “verdadeiro” e “não verdadeiro”, não estamos falando de atos de fala, senão de enunciados. O problema da verdade é o do uso de “verdadeiro”, por isso se localiza nos enunciados, que não são atos de fala (mas algo abstrato, enquanto que as orações são as que podem ser consideradas atos de fala).

Assim como Austin confunde enunciados com orações, também confunde fatos e coisas, porque atribui aos fatos atributos que somente podem ser atribuídos às coisas. No fundo, confunde *enunciar* (um fato) e *fazer referência* (a um objeto). Efetivamente, Austin diz que enunciar é (i) fazer referência e (ii) descrever, e que ambas as coisas são relações

¹⁴ Ibid., p. 219.

convencionais. A primeira e a segunda são radicalmente diferentes, e o enunciado, enquanto composto de ambas, é distinto de uma e de outra. Assim, para Austin, o enunciado tem uma parte referencial e outra descritiva.

Como veremos, porém, não há, para Strawson, essa parte referencial no enunciado, algo que Austin pretende que haja, pois um fato não é referido; a referência somente é feita a um objeto. E, desse modo, não há condições para a verdade de um enunciado – que seria sua referência. O erro principal de Austin consiste em supor que ao usar a palavra “verdadeiro” se está afirmando que se dão as condições que devem ser dadas para poder declarar verdadeiro um enunciado. Essas condições seriam o fato, mas um fato não se dá como algo ao qual se refere o enunciado. O objeto de referência não pode ser um fato, mas uma coisa.

O que é um fato para Austin? Deliberadamente ele faz com que um fato seja um conteúdo proposicional: “Os fatos são o que os enunciados (quando verdadeiros) enunciam; não são aquilo sobre o que são os enunciados”.¹⁵ Como observa Strawson, contudo, o que torna verdadeiro um enunciado seria somente o fato que enuncia. Não sendo um objeto, todavia, o fato que o enunciado enuncia não é algo que pertença ao mundo.

Ocorre que os fatos são diferentes dos objetos ou coisas; os fatos são o que os enunciados enunciam quando são verdadeiros; porém não são aquilo sobre o que são os enunciados. Não há a respeito dos fatos força referencial. Para mostrar que os fatos não são objetos ou coisas, Strawson afirma que os fatos não podem ser vistos, ouvidos e nem tocados, portanto não são objetos de referência e não cabe hipostasiá-los. Hipostasiar os fatos é o que Austin indevidamente faz: ele

¹⁵ *Ibid.*, p. 223.

posto que pensa nos enunciados como algo que está no mundo (um ato de fala) e nos fatos como algo que está no mundo (aquilo ao que “corresponde” ou “sobre o que é” o enunciado), concebe a distinção como de importância decisiva na filosofia, embora (surpreendentemente) suscetível de não ser tomada em consideração para propósitos ordinários.¹⁶

Tocamos aqui no ponto mais profundo e enraizado da ontologia de Strawson, à qual se tem acesso por meio da linguagem. Baseando-se em como se usa a palavra “fato” (e outros vocábulos relacionados) na linguagem ordinária, Strawson argumenta que a análise que Austin oferece não procede. Na ontologia de Strawson, “o mundo é a totalidade das coisas, não dos fatos”.¹⁷ O erro de Austin consiste em falar de fatos como se fossem coisas ou grupos de coisas.

A relação de correspondência, observa Strawson, só pode se dar entre algum tipo de expressão e algum tipo de coisas; mas não entre uma expressão (isto é, um enunciado) e um fato.¹⁸ Strawson é categórico:

O problema das teorias da verdade como correspondência não é principalmente a tendência a substituir relações não convencionais por aquilo que é realmente uma relação completamente convencional. O que dá origem ao problema é a representação desorientadora de correspondência entre enunciado e fato *como uma relação de qualquer gênero, entre eventos, coisas ou grupo de coisas*. Os teóricos da correspondência pensam que um enunciado “descreve aquilo que o torna verdadeiro” (fato, situação, estado de coisas) da maneira como um predicado descritivo poderia ser usado para descrever, ou uma expressão referencial para fazer referência a uma coisa.¹⁹

¹⁶ Ibid., p. 223.

¹⁷ Ibid., p. 226, nota 7.

¹⁸ Ibid., p. 226-227.

¹⁹ Ibid., p. 229.

Strawson chama “pseudoentidades” àquelas que tornariam verdadeiros os enunciados (isto é, os fatos) porque não figuram entre os correlatos ontológicos das correspondentes expressões linguísticas. As palavras que pretendem designar essas pseudoentidades que resolveriam o problema da verdade como correspondência são, além de “fato”, outras como “situação” e “estado de coisas”, no entanto elas incorporam o problema que pretendem excluir.

Diante disso, e para evitar incorporar o problema, a proposta de Strawson é a seguinte: convém colocar o problema de outra maneira. Não como a busca daquilo que na relação corresponde ao linguístico, mas como um exame dos usos que recebem as palavras “verdade”, “verdadeiro” e “fato” na linguagem ordinária, no discurso natural.

Quando empregamos essas palavras na vida ordinária, estamos falando dentro de, e não sobre, uma certa trama de discurso. Não estamos falando precisamente do modo como as emissões se relacionam, ou podem se relacionar convencionalmente, com o mundo. Estamos falando sobre pessoas ou coisas, mas de uma maneira como não poderíamos falar sobre elas se não se cumprissem condições de determinados gêneros. O problema que o uso da palavra “verdadeiro” expressa consiste em ver como ela se encaixa dentro da trama do discurso. O caminho mais seguro para a resposta errônea é confundir este problema com a pergunta: Que tipo de discurso é este?

Neste caso vê-se que Strawson está muito próximo à linha da análise da linguagem ordinária (a qual ele chama “metafísica descritiva em vez de “metafísica revisionista”).²⁰ E na linguagem ordinária o papel performativo do discurso é mais importante que em outros contextos (por exemplo, os formais). Por isso Strawson é tão perceptivo em relação ao aspecto performativo ou pragmático da linguagem.

²⁰ Cf. P. F. Strawson. *Analyse, science et métaphysique*. In: Vários, *La philosophie analytique*. Paris: Cahiers de Royaumont, 1962.

Rejeitando a tese metalinguística do predicado “verdadeiro”, todavia, Strawson sustenta que dizer que uma asserção é verdadeira não é fazer nenhuma *asserção* adicional em absoluto. Por isso, ao usar “verdadeiro” e “não verdadeiro”, não estamos falando de um ato de fala. E, por conseguinte, não estamos asseverando que se dão as condições que devem ser dadas para poder se declarar verdadeiro um enunciado. Consequentemente, contra o que afirma Austin, não se pode apoiar com isto a verdade como correspondência.

Outra prova suplementar contra a verdade como correspondência é aquela apresentada por Strawson com base em vários tipos de enunciados aos quais ela não parece aplicar-se. Com efeito, os enunciados negativos verdadeiros parecem ser excluídos da verdade como correspondência, pois, a que correspondem?, com que estão relacionados? E o mesmo se pode dizer dos enunciados gerais e existenciais, bem como dos enunciados hipotéticos e disjuntivos.²¹

Assim Strawson rejeita a tese de Austin de que ao empregar a palavra “verdadeiro” estamos asseverando que se dão as condições que devem ser dadas para poder declarar verdadeiro um enunciado. Mais exatamente; não se acrescenta nada a um enunciado (contra a tese metalinguística ou semântica de Tarski e a favor da tese da redundância de Ramsey) e muito menos se acrescenta que corresponda a algum fato que exista na realidade (posto que os fatos não são, como os objetos, entidades reais às quais pode corresponder algum tipo de expressão linguística).

A resposta de Strawson à defesa de Austin feita por Warnock

G. J. Warnock saiu em defesa de Austin e opôs a Strawson a tese metalinguística. Insistia que alguém que diz que um enunciado é verdadeiro faz um enunciado sobre um enunciado. Para efeitos de argumen-

²¹ P. F. Strawson. Verdad, op. cit., p. 240-241.

tação compromete-se a aceitar o que ele chama de “tese indiscutida” ou fora de discussão, de que ao menos uma parte do que alguém faz, quando diz que um enunciado é verdadeiro, é fazer um enunciado sobre um enunciado.

A fim de focar a discussão, contudo, Strawson centra-se na pergunta: O que se enuncia ao enunciar que um enunciado é verdadeiro? Ou seja, qual é, no fundo, o significado da palavra “verdadeiro”? Uma vez que se estabeleceu a tese indiscutida, Strawson argumenta que somente será aceitável uma resposta a essa pergunta se ela for compatível com essa tese. E ele argumentará contra Warnock mostrando que a aceitação da tese indiscutida não favorece o ponto de vista de Austin enquanto oposto ao ponto de vista de Ramsey. É todo um exercício de argumentação tópica (ou dialética no sentido aristotélico) em que, aceitando a premissa contrária mostra-se que não se segue a conclusão desejada por ele.

Buscando um ponto de vista mais exigente para ele, Strawson começa sua argumentação generalizando a tese indiscutida de Warnock com a seguinte formulação: “Quem quer que diga alguma coisa tal que, no curso de sua ação de dizê-la, seja predicada a frase assertórica ‘é verdadeiro’, condicionalmente ou de qualquer outra maneira, de um enunciado, está, em virtude disto, falando sobre (dizendo algo sobre) um enunciado”.²² Cabe destacar que neste caso se *diz* algo desse enunciado, embora não necessariamente se *assevera* algo sobre ele. Esta distinção tornar-se-á importante ao longo da discussão.

Segundo Strawson, porém, não é necessário que seja de enunciados: pode ser algo não dito; e por isso, pode tratar-se de uma proposição.²³ Por isso pode-se reformular deste modo a generalização da tese

²² P. F. Strawson. Un problema sobre la verdad. In: *Ensayos lógicos lingüísticos*, op. cit., p. 245.

²³ Podemos distinguir *proposição* de *enunciado* dizendo que a primeira é um conteúdo proposicional entendido como uma entidade abstrata (como o *lektón* dos estoicos) e o segundo é o ato de afirmá-lo.

indiscutida: “Em qualquer predicação de “é verdadeiro” se diz algo (ainda que não necessariamente se assevere algo) sobre um Enunciado (proposição)”.²⁴

Aquilo que recebe este predicado (“ser verdadeiro”), entretanto, pode ser algo distinto de um enunciado ou uma proposição; por exemplo, pode ser uma conjectura ou um ponto de vista. Por isso a tese indiscutida precisa ser reformulada substituindo “enunciado” por cada um desses membros do conjunto dessas expressões. Strawson faz substituições, e, depois de comparar as sucessivas reformulações da tese indiscutida, afirma:

Minha conclusão nesta seção é que as exigências da tese indiscutida não favorecem mais uma explicação austíniana que uma ao modo de Ramsey do sentido das predicções de “é verdadeiro”. Se isto fosse tudo o que pudesse ser estabelecido a partir das considerações que temos diante de nós, estas não nos dariam, desde já, nenhum fundamento para decidir entre as duas explicações. Mas isto não é assim, de modo algum.²⁵

Haverá, pois, algo que incline a balança para a explicação austíniana ou para aquela oferecida por Ramsey.

Para ver para onde se inclina a balança, a estratégia de Strawson consiste agora em tentar mostrar as semelhanças e as diferenças entre a análise austíniana e a de Ramsey. Sua tese será que, o que elas têm em comum é que ambas respondem bem ao problema da verdade, e que aquilo que Austin acrescenta responde a outro problema. Por isso esse acréscimo é irrelevante para o tema, isto é, não melhora em nada a explicação de Ramsey. Com feito, argumenta Strawson, ambas as explicações coincidem no fato de oferecerem respostas ao que é necessário para um enunciado ser verdadeiro. Por outro lado, o que Austin assinala é uma

²⁴ Quando Strawson usa “Enunciado”, assim, com letra maiúscula, é equivalente à proposição.

²⁵ P. F. Strawson. *Un problema sobre la verdad*, op. cit., p. 260.

explicação (parcial) do que é necessário para um enunciado (verdadeiro) ser um fato, e o faz recorrendo às convenções semânticas mediante as quais as expressões correspondem aos fatos. Assim sendo, com respeito ao que interessa para uma teoria da verdade, admitindo a tese indiscutida, ambas as teorias são apoiadas por ela e ambas são igualmente explicativas, e não é o caso de que (como pretendia Warnock) a teoria austiniana seja mais explicativa que a de Ramsey. Em todo caso, acrescenta coisas que são secundárias ao uso da expressão “é verdadeiro”. Strawson queixa-se, pois, por esse motivo, da tese de Ramsey e tira a seguinte lição:

‘Todos estes assuntos foram discutidos sob o título de *Verdade* por um filósofo e outro; e uma vez que a explicação da palavra “verdadeiro” ao modo de Ramsey é pouco atrativa, parece que de certo modo é lamentável que um título tão notável seja reservado para uma tese tão pouco interessante. Talvez seja melhor deixar que a teoria da verdade se converta, tal como tem mostrado uma tendência histórica tão pronunciada em uma parte de alguma teoria: da teoria do conhecimento, da mente ou do significado.’²⁶

A debilidade ontológica dos fatos

No artigo *Verdade: uma reconsideração dos pontos de vista de Austin*, de 1965, Strawson volta a analisar o conceito de correspondência, junto com o de referência. Do mesmo modo, ele examina as relações entre enunciados-tipo e enunciados-réplica, definindo qual deles é o portador da verdade.

Outra vez é Warnock quem dá origem a uma revisão. Com efeito, chama a atenção uma citação (inteligente) de Warnock, na qual este autor expressa: que um *enunciado* particular se relacione com uma situação

²⁶ Ibid., p. 264.

“histórica” particular não é um assunto de convenção, nem neste caso de fato, senão de lógica, uma vez que implica, principalmente, que um enunciado se identifica, em parte, por referência à situação com a que se relaciona.²⁷

Strawson aceita que é incontroverso que um enunciado histórico corresponda a uma situação histórica. Crê, porém, que “situação histórica” deve ser entendida de maneira ampla: “Pode admitir-se que os enunciados de uma generalidade totalmente irrestrita estão fora da classe dos enunciados históricos, mas todos os demais enunciados que são empiricamente confirmados ou falseados estão dentro dela”.²⁸

Na realidade, os enunciados gerais não se referem a um só fato, e para falar de sua verdade é preciso colocar o problema de sua referência e de sua verificação ou correspondência com os fatos.

Assim como em sua polêmica anterior com Warnock, Strawson aceitava uma tese incontroversa, agora aceita duas: i) que ao fazer enunciados usam-se dois tipos de convenções semânticas: demonstrativas e descritivas, e ii) que “um enunciado histórico é verdadeiro se e somente se, de fato, se dá a situação histórica particular que ao proferi-lo se enuncia que se dá”.²⁹ E Strawson argumenta que Austin não consegue integrar essas duas coisas incontroversas em suas formulações.

Em todo caso, a referência dos enunciados aos fatos é problemática e, por conseguinte, o é também a caracterização da verdade como a correspondência dos enunciados com os fatos. Uma das dificuldades com a qual se depara esta teoria é que vários enunciados podem referir-se a um mesmo fato particular, por exemplo, “o gato está sobre o tapete” e “o gato está comendo o tapete”. Qual enunciado corresponde a este fato?

²⁷ P. F. Strawson. Verdad: una reconsideración de los puntos de vista de Austin. *Ibid.*, p. 266.

²⁸ *Ibid.*, p. 267.

²⁹ *Ibid.*, p. 268.

Finalmente, como conectar enunciados e fatos? Como distinguir os fatos ou situações entre si? Ou seja, como identificamos (ou individualizamos) fatos ou situações?

Strawson percebe que há problemas para identificar fatos. Por exemplo, assume que vários enunciados podem referir-se a um mesmo fato. E que o princípio identificador é a soma ou combinação de todas as referências indicadoras ou definidas a objetos no espaço-tempo. Há, porém, resultados indesejáveis: “João jantou com Maria um dia do mês passado” e “João jogou tênis com Maria um dia do mês passado”, se fazem referência às mesmas pessoas e ao mesmo dia, fazem referência a uma e à mesma situação.

A pragmática do significado e da verdade

Esta dificuldade de identificar os fatos e relacioná-los com os enunciados volta a ser apresentada por Strawson em *Significado e Verdade*, de 1969. Ele, porém, retoma o assunto a partir da própria teoria da linguagem. Pode-se falar dos teóricos da linguagem: os teóricos da semântica formal e os teóricos da comunicação intencional. Os primeiros somente abordam a verdade de uma linguagem dada, mas isso equivale a não encarar o problema filosófico da verdade em geral, o qual é, em compensação, abordado pelos teóricos da comunicação intencional.

Strawson pensa que, ainda quando seja muito pouco o que se pode dizer acerca da verdade *em geral*, é preciso dizê-lo. Por exemplo, pode-se pelo menos dizer sobre a verdade esta generalidade incontroversa: “Alguém que faz um enunciado ou asserção faz um enunciado verdadeiro se e somente se as coisas são, ao fazer o enunciado, como ele enuncia que são”.³⁰ E Strawson acrescenta – e defenderá – que não se pode elucidar a noção de fazer um enunciado ou uma asserção senão

³⁰ P. F. Strawson. Significado y Verdad. In: *Ensayos lógicos-lingüísticos*, op. cit., p. 206.

em termos de intenção dirigida a uma audiência, com a qual entram as considerações intencionais dos atos de fala e a dimensão performativa ou pragmática, além da sintática e a semântica.

E não é possível evitar esta dimensão pragmática refugiando-se na (somente) semântica. Com efeito, centrar-se e fixar-se na noção de correlação (entre enunciados e fatos) não ajuda muito para resolver o problema da verdade (isto é, caracterizando a verdade pura e simplesmente como correspondência), pois várias orações, não somente distintas senão inclusive opostas, estão correlacionadas – de uma e outra maneira – com o mesmo estado de coisas possíveis. Além disso, “uma e a mesma oração não ambígua está correlacionada, de uma maneira e outra, com muitos estados de coisas diferentes e em alguns casos mutuamente incompatíveis”.³¹ Esta falta de clareza na correlação precisa ser corrigida pelas considerações contextuais e pragmáticas.

Para estabelecer uma teoria do significado das orações, é preciso aludir à noção de condições de verdade e parece que não se pode evitar uma explicação dessa noção que não inclua referência essencial a atos de fala comunicativos, isto é, a intenção comunicativa, a dimensão pragmática ou performativa. Com efeito,

é uma coisa inofensiva e saudável dizer que conhecer o significado de uma oração é saber sob que condições aquele que a emite diz algo verdadeiro. Mas, se desejamos uma elucidação filosófica do conceito de significado, então o *dictum* representa não o final, senão o começo de nossa tarefa. Simplesmente restringe, e muda de lugar o nosso problema, forçando-nos a indagar o que é que contém a frase “diz algo verdadeiro”. (...) Porém, quando tentamos explicar o que é dizer algo verdadeiro, expressar uma proposição verdadeira, é inútil referir-se à crença ou à asserção (e, por meio disso, à crença). Então podemos nos aventurar inofensivamente: alguém diz algo verdadeiro se as coisas são como ele diz que são. Mas este “diz” tem já a força de “assevera”? Ou para evitar o “diz” que equivale a “assevera”, podemos nos aventurar inofensivamente: alguém propõe, de uma

³¹ Ibid., p. 207.

maneira ou de outra, uma proposição verdadeira se as coisas são tais como alguém acreditasse no que este propõe, acreditaria por este meio que elas são. E aqui a referência à crença é explícita.³²

E assim, se conecta com o conceito de intenção comunicativa (de crenças), isto é, com o aspecto performativo, intencional e pragmático da linguagem ao tratar do problema da verdade.

Observações críticas

As objeções de Strawson à teoria correspondencialista da verdade, neste caso representada por Austin, não parecem ser conclusivas, por alguns defeitos que exibem. Um deles percebe-se num argumento ao qual Strawson dá muita importância e que tem a ver com a análise da mesma relação de *correspondência*. Strawson diz que a relação de correspondência só pode dar-se entre uma expressão e um objeto, não entre uma expressão (em nosso caso um enunciado) e um fato. Esta tese, porém, parece-me insuficientemente justificada. Strawson aduz como razões que a noção de correspondência se aplica a objetos e não a fatos, porque implica o referir, e pode referir-se a um objeto, não a um fato. A razão disso, segundo ele, é que os objetos são fortes ontologicamente, enquanto que os fatos não são, e que convertê-los em fins de uma referência é hipostasiá-los. Aqui, contudo, Strawson está fazendo um uso muito arbitrário e pessoal de “referir” e de “corresponder”, uma vez que define “*fato*” de tal modo que já de antemão não será possível que uma expressão o refira ou lhe corresponda. E disse tomá-lo dos usos ordinários da palavra. Há, contudo, usos ordinários que legitimariam que certas expressões correspondessem a fatos. E não se trata de fazer os fatos “ontologicamente fortes” para que possam ser correlatos da relação de correspondência. Há um problema ontológico aqui. Não se faz justiça à

³² Ibid., p. 214-215.

linguagem ordinária numa metafísica descritiva que pretende ajustar-se a ela. A linguagem ordinária fala da verdade correspondencialista como uma intuição básica que não é recolhida pela metafísica descritiva delas. Expressões como: “É verdade que o gato está sobre o tapete” ou “‘O gato está sobre o tapete’ é verdade” teriam de levar a metafísica descritiva a incluir a teoria correspondencialista da verdade (talvez junto com a coerentista e a pragmática, modificando-se uma à outra). Tentaremos resolver, pois, ainda que seja de maneira muito resumida, este problema ontológico.

Parece muito arbitrário delimitar ou decidir que os objetos são reais e que os fatos não são reais porque cada um deles não é um objeto. Os fatos, porém, são configurações de objetos – ou objetos em configuração – e, por transitividade, se os objetos são reais, os fatos nos quais se configuram são também reais. Os fatos, então, são relações de objetos, estruturas de objetos, conformações ou configurações de objetos ou de coisas, em outras palavras, são “estados de coisas”. Deixa de ser real, no entanto, a relação que se dá entre objetos, por não ser ela mesma um objeto (senão um fato)? Estamos aqui diante do problema ontológico das relações. Pode-se dar uma interpretação nominalista a elas (como a que Strawson oferece) e declará-las irreais porque não se pode ver e tocar como os objetos que relacionam. Também é defensável uma interpretação realista (ontológica), a qual teria duas modalidades: a platônica e a aristotélica. A teoria platônica dirá que as relações existem *independentemente* dos objetos que relacionam. A teoria aristotélica dirá que as relações só existem *nos objetos e em virtude* dos objetos que relacionam. Numa interpretação realista uma expressão pode *corresponder ou referir-se* a um fato, pois nessa interpretação os fatos são tão reais como os objetos, de modo que se tem sentido falar de correspondência das expressões com os objetos – como admite Strawson – também faz sentido falar de correspondência entre expressões e fatos. Certamente a teoria platônica é mais simples, pois nela as relações – enquanto universais – têm inclu-

sive mais realidade que os objetos,³³ mas têm inconvenientes que eu desejaria evitar. Por isso parece-me preferível a interpretação aristotélica das relações, como existentes *entre e em virtude* dos objetos (excluindo os inconvenientes do realismo platônico, que são mais que os inconvenientes do realismo aristotélico, em todo caso).³⁴ Strawson tem, assim, de legitimar sua preferência pelos objetos e sua rejeição dos fatos como entidades “ontologicamente fortes”, uma vez que se pode argumentar que ambas são entidades reais, embora distintas e com diversos graus de “força ontológica”.

Esta tem sido a dificuldade ontológica que eu desejava apresentar a Strawson, haja vista que afeta profundamente a sua filosofia da linguagem. Há, porém, outra dificuldade que diz respeito diretamente à semântica e que reforça a teoria da correspondência assinalando uma dissonância entre a teoria da verdade e a teoria da linguagem que sustenta Strawson. Com efeito, Aloysius P. Martinich argumenta que Strawson tem uma teoria correspondencialista da linguagem e, se isto é assim, parece-me que o próprio Strawson estaria dando espaço para uma teoria também correspondencialista da verdade (além da pragmática-performativa). Com efeito, uma teoria correspondencialista do significado, sobretudo no que diz respeito aos enunciados, abre a porta para uma teoria correspondencialista da verdade, ou, pelo menos, não a exclui. Nesse sentido, Strawson teria de admitir a teoria correspondencialista da verdade e depois torná-la compatível com a teoria pragmática-performativa. Vejamos como Martinich tenta mostrar que Strawson aceita uma teoria correspondencialista da linguagem.

Segundo Martinich, a teoria correspondencialista da linguagem possui essas quatro proposições:

³³ Cf. H. N. Castañeda. *La teoría de Platón sobre las formas, las relaciones y los particulares en el Fedón*. México: Unam, 1976. p. 53-56.

³⁴ Abordei os inconvenientes do platonismo no meu livro: *El problema de los universales*, já citado na nota 1.

- C1. A linguagem é uma coisa, o mundo é outra.
- C2. Pelo menos alguns dos elementos da linguagem estão correlacionados com alguns objetos do mundo.
- C3. A estrutura básica da linguagem deve ser similar à estrutura básica do mundo.
- C4. A relação entre *palavras* e mundo é convencional.³⁵

Strawson admite C1 e C2 ao aceitar de Austin que “deve haver convenções que correlacionam as palavras de nossa linguagem com o que se encontra no mundo”.³⁶ Inclusive chega a dizer que “para que o enunciado de B seja verdadeiro, é necessário, *desde já*, que as palavras usadas por A ao fazer o enunciado estejam numa determinada relação convencional (semântica) com o mundo. E que as ‘regras linguísticas’ subjacentes a esta relação sejam as regras observadas tanto por A como por B”.³⁷ Strawson também acata C3 ao admitir que existem dois tipos de convenções linguísticas correspondentes a duas relações semânticas entre as expressões e o mundo: descritivas e referenciais.³⁸ Além disso, Strawson abraça C4 ao dizer que “um enunciado é verdadeiro quando há uma ... determinada relação ‘puramente convencional’ entre as palavras e o mundo”.³⁹

Martinich cita outras passagens das obras de Strawson apoiando sua tese de que ele aceita a teoria correspondencialista da linguagem. Se isso é certo, porém, não se percebe muito claramente como Strawson pode evitar uma teoria também correspondencialista da verdade, que está implicada na teoria correspondencialista da linguagem; ou, pelo menos,

³⁵ A. P. Martinich, Austin, Strawson and the Correspondence Theory of Language. In: *Crítica*, IX-26 (1977), p. 39.

³⁶ P. F. Strawson. Verdad, op. cit., p. 227.

³⁷ *Ibid.*, p. 230.

³⁸ *Ibid.*, p. 220 et seq.; P. F. Strawson. Reconsideración de los puntos de vista de Austin, op. cit., p. 272.

³⁹ P. F. Strawson. Un problema sobre la verdad, op. cit., p. 263.

não a exclui. Desta forma, haveria uma maneira de compatibilizar (ou, pelo menos, pressupor) a teoria correspondencialista da verdade com a teoria pragmática-performativa de Strawson. E então ele não poderia rejeitar a teoria correspondencialista da verdade, mas esta poderia coexistir com a teoria performativa ou inclusive integrarem-se ambas numa teoria “pragmática” mais ampla (ou correspondencialista-pragmática). Parece-me que esta seria uma postura mais ampla e completa.

Além disso, há um argumento que me parece muito forte para mostrar que Strawson não elimina de seu sistema certos traços e pressupostos fundamentais da teoria correspondencialista da verdade. Fernando Inciarte Armiñan apresenta isso do seguinte modo:

Sob a forma de uma – assim chamada – condição de existência, condição segundo a qual, aquilo de que se fala – seja neve, grama ou o que quer que seja –, tem que existir realmente para que a afirmação ou uso assertivo das frases enunciativas e das proposições em questão possa ser verdadeiro, a idéia da concordância com a realidade continua viva na teoria da redundância de Strawson, se não como parte integrante do conceito de verdade, como era ainda no caso de Tarski-Davidson, como pressuposto necessário.⁴⁰

Isso se relaciona com a impossibilidade que assinalamos em Strawson de não descartar – segundo Martinich – a teoria correspondencialista ou referencial do significado em sua explicação da linguagem. Como explica Wenceslao J. González Fernández: “tal condição de existência diz respeito à parte referencial do enunciado, pois é aquela que se relaciona com os elementos do mundo, de modo que se a referência é correta não teríamos um enunciado verdadeiro”.⁴¹

⁴⁰ F. Inciarte Armiñán. El problema de la verdad en la filosofía actual: verdad y sentido. In: *El reto del positivismo lógico*. Madrid: Rialp, 1974. p. 69.

⁴¹ W. J. González Fernández. Significado y verdad en P. F. Strawson. In: *Anuario Filosófico* de la Universidad de Navarra, 16-2 (1983), p. 132.

RÉPLICA A MAURICIO BEUCHOT

Peter F. Strawson

Agradeço a Mauricio Beuchot por sua cuidadosa e precisa enumeração das distintas coisas que em diferentes momentos eu afirmei acerca da noção de verdade, ou acerca do significado de “é verdadeiro”, ou (melhor ainda) sobre o que significa uma proposição ser verdadeira. Desejaria começar meu comentário fazendo algumas concessões.

A primeira delas é que em meus primeiros trabalhos sobre este tema cometi um erro que evitei nos trabalhos subsequentes. O erro surgiu pelo fato de ter limitado minha atenção às asserções positivas que estabeleciam que alguma proposição era verdadeira, ficando, assim, obrigado a afirmar que todos os usos de “é verdadeiro” eram instâncias de atos de fala, tais como confirmar, aprovar, conceder, etc. Não havia nada de errado em prestar atenção a tais usos da palavra, mas era errado não distinguir este aspecto do *uso* da palavra da questão acerca do seu *sentido* (permitindo, talvez que se confundisse um com o outro). Como diversos comentadores têm assinalado, isto pode ser percebido claramente a partir do fato de que “é verdadeiro” pode também ocorrer sem qualquer mudança de sentido, por exemplo, numa cláusula condicional ou num dos membros duma disjunção.

Em segundo lugar, como já observei em minha resposta a Warnock, “verdadeiro” é predicado de proposições. Dizer de uma proposição que é ela verdadeira é dizer algo sobre esta proposição. Dizer, contudo, de uma proposição empírica que ela é verdadeira é dizer que as coisas são, na realidade (ou de fato, ou no mundo) exatamente como qualquer um que asseverasse (ou conjecturasse, etc.) esta proposição estaria, deste modo, asseverando (ou conjecturando, etc.) que elas são. Neste sentido, sou e sempre tenho sido um teórico da verdade como correspondência.

Neste sentido, era Ramsey, e estou com Ramsey. Ambos estaríamos de acordo em aceitar (como qualquer um faria) a seguinte bicondicional: a proposição de que Brutus apunhalou César é verdadeira se e somente se Brutus apunhalou César. A primeira cláusula desta bicondicional é sobre uma proposição. A segunda cláusula é sobre o que aconteceu no mundo; ela relata um evento histórico e registra um fato histórico. A bicondicional como um todo afirma, tal como o mostra claramente sua forma, uma correspondência entre a proposição e o fato.

O que me separa, então, de Austin (e de Beuchot)? Em primeiro lugar, o que me separa de Austin são nossos diferentes pontos de vista no que diz respeito ao sujeito do predicado “é verdadeiro”. De acordo com Austin, o sujeito de uma predicação singular de “é verdadeiro” é, como interpreto, a ocorrência da oração (ou da cláusula) produzida ou proferida por um falante ou escrito numa determinada ocasião. Que o sujeito da predicação deva ser desta índole é uma condição necessária de todo o enfoque de Austin, ou seja, de sua concepção de que “é verdadeiro” significa uma relação em termos de convenções semânticas (demonstrativas e descritivas).

Eu, ao contrário, tenho sustentado, e ainda sustento, que “é verdadeiro” é predicado, ao menos primordialmente, não das palavras proferidas, mas do que é dito (a proposição expressada) no proferimento das palavras; ou, para utilizar uma expressão mais elegante, do conteúdo proposicional das palavras. A proposição ou o conteúdo proposicional,

porém, não é, como as ocorrências de palavras são, algo concreto, um item no mundo espaço-temporal. A proposição é algo abstrato, uma entidade abstrata.

Divirjo neste ponto tanto de Beuchot quanto de Austin? A resposta não é totalmente clara. Em algumas passagens de seu artigo, Beuchot parece mostrar certa simpatia à minha posição sobre este assunto, porém na conclusão ele parece inclinar-se para a posição de Austin. E o problema tem conexão direta com o assunto sobre o qual realmente divergimos (embora a divergência, como espero que fique claro, é na realidade mais tênue, menos substancial do que poderia à primeira vista parecer). Ela tem conexão direta com o assunto porque, embora seja correto sustentar que, quando se diz algo verdadeiro sobre o mundo, existem certas relações semânticas entre as palavras proferidas, como elas são ditas no momento e determinados itens concretos no mundo, é totalmente implausível sustentar que estas relações possam prevalecer entre um item abstrato (a proposição) e itens concretos no mundo.

Como fica, então, podem me perguntar, minha recente aceitação, há alguns parágrafos, de que quando temos uma proposição verdadeira temos uma correspondência entre uma proposição e um fato? Mantém-se firme porque o fato relevante é tanto entidade abstrata e intencional como uma proposição refletida sobre si mesma, estabelecida e aceita além de todo o questionamento e, portanto, não é mais que uma entidade concreta que aquela outra que ela reflete.

Não é esta uma doutrina impressionante? O que poderia ser mais concreto que os fatos? Podemos ver tanto por que ela é impressionante quanto por que ela não é realmente de modo algum impressionante, mas simplesmente correta, quando refletirmos com clareza sobre o seguinte pensamento: certamente, os fatos são fatos *sobre* itens concretos no mundo, nos casos empíricos relevantes (Brutus, César, uma ação de apunhalar). Esta classe de relação, entretanto, não se estabelece entre um

item concreto no mundo e outros. A proposição cuja asserção registra o fato é sobre os mesmos itens concretos, e a relação que se estabelece é a mesma em ambos os sentidos.

Posso prever uma objeção óbvia. Certamente, pode-se dizer, devemos admitir as duas coisas seguintes: i) a ação de Brutus de apunhalar César é um fato; ii) a ação de Brutus de apunhalar César é um evento concreto positivo no mundo – ele ocorreu num determinado lugar (o Capitólio), em uma data determinada (15 de março de 44 a.C.). O fato, portanto, não é algo abstrato, mas uma ocorrência histórica concreta.

A objeção é atrativa, mas errada. As expressões no gerúndio às quais ela faz alusão são enganadoramente ambivalentes. (Elas confundiram Austin em seu ensaio *Unfar to facts*). Estas expressões desempenham um duplo papel: *podem* designar eventos e itens concretos no mundo. *A ação de Brutus de apunhalar César* (enquanto um evento) aconteceu de fato no Capitólio em 15 de março de 44 a.C., mas *a ação de Brutus de apunhalar César no Capitólio em 15 de março a.C.* (fato) não ocorreu nunca em nenhum lugar, como tampouco ocorreu o fato (em sua forma menos específica) de que Brutus apunhalou César.

Se interpretarmos “fato” como *factum*, propiciamos esta confusão. É melhor dizer, adaptando Wittgenstein de maneira levemente irônica: *fatos* são tudo aquilo que é o caso.

Espero que fique claro agora que, tal como sugeri anteriormente, a diferença entre a posição de Beuchot e a minha não é tão substancial como poderia parecer no início. Não desejo agora (e há muito tempo não desejo) depreciar as proposições e os fatos como “pseudoentidades”. São entidades abstratas, intencionais. Eu admiti, na verdade insisti, que: 1) para cada proposição verdadeira existe um fato correspondente, registrado por cada proferimento daquela proposição; e tenho concordado que (2) quando uma proposição empírica verdadeira é expressa verbalmen-

te estabelecem-se relações semânticas convencionais entre as palavras utilizadas para expressá-la e aquelas realidades concretas sobre as quais a proposição trata.

A diferença que persiste é que eu protesto contra a assimilação de (1) por (2), ou seja, contra a confusão entre o truísmo acerca das intenções (proposições e fatos verdadeiros) e as verdades mais substanciais sobre as relações entre palavras e realidades concretas. Talvez o que subjaz no fundo de tudo isso é uma diferença sobre universais (incluindo as relações). E inclusive isso poderia ser atenuado pela ideia de que, embora considere os universais entidades abstratas, vejo, sem dúvida, suas instâncias ou exemplificações como realidades concretas. Talvez Aristóteles não esteja tão longe de Platão (depurado ou desmitologizado) como ele mesmo pode ter pensado.

STRAWSON:

Entre a Lógica Tradicional e a Lógica Clássica

Robert Calabria

Trata-se aqui, mais uma vez, de uma questão pertinente. Se estiver ou não de acordo com as posições assumidas por Peter Strawson na Filosofia da lógica, com sua crítica à interpretação vigente dos enunciados da linguagem ordinária, com sua (suposta) defesa do sistema tradicional, não há dúvida de que sua discussão nos coloca diante de um fato incontestável: o do desvio que a lógica atual representa, mesmo a chamada “clássica”, no que diz respeito ao corpo da doutrina tradicional aristotélico-escolástico.

A mera presença da Filosofia de Strawson acaba com o mito de que a lógica tradicional é plenamente incorporável, com prévia série de “correções” no sistema da lógica atual, mais precisamente nas teorias da quantificação uniforme ou na “lógica de classes”. Assim, o discurso de Strawson é pertinente. Outra coisa seria assinalar um acordo ou desacordo com seus pontos de vista acerca desses temas. Gostaria de desenvolver algumas observações sobre eles.

Oposição

É conhecido o fato de que a interpretação usual dos enunciados em A, E, I, O, mediante os recursos da lógica quantificacional vigente (ou a de classes), desmantela o quadrado de oposição de tal modo que

as únicas relações que permanecem em pé são as de contraditoriedade, ou seja, $A \leftrightarrow \neg O$ e $E \leftrightarrow \neg I$. Isto é consequência, como se sabe, de que na interpretação aludida, “todo” e “nenhum” carecem de compromisso existencial. Assim, por exemplo: o juízo em A, “Todo unicórnio é azul” é passível de ser construído como:

(1) $(x) (x \text{ é unicórnio} \rightarrow x \text{ é azul})$;

e o E corresponde como:

(2) $(x) (x \text{ é unicórnio} \rightarrow \sim x \text{ é azul})$.

(1) e (2) são considerados verdadeiros por aquilo que Strawson chama de “ortodoxia atual”, justificando essa designação com base em que para toda coisa x , o enunciado aberto “ x é unicórnio” é falso, ou raciocínios análogos; em suma, porque não há unicórnios. Assim, ao admitir a extensão vazia, A e E podem ser ambos verdadeiros, ficando abolida a contraditoriedade.

I e O são, respectivamente, $(\exists x) (x \text{ é unicórnio} \ \& \ x \text{ é azul})$ e $(\exists x) (x \text{ é unicórnio} \ \& \ \sim x \text{ é azul})$, como não há unicórnios tampouco poderá haver, com maior razão, nada que seja unicórnio e seja azul. Assim, A será verdadeiro e I falso, etc., ficando também sem efeito a subalternação. Mantém-se a diferença de valores veritativos entre A-O e E-I que convém a sua condição de contraditórios, mas I e O são ambos falsos (não há unicórnios, nem azuis, nem não azuis) de maneira que deixam de ser subcontrários.

Este fato é bem conhecido, pois comumente acredita-se que como a responsável por esta situação é a admissão da classe vazia, basta acrescentar uma cláusula que expresse o compromisso existencial em A e em E para reconstruir o quadrado das oposições. Assim, teríamos:

A.	Todo f é g .	$\sim(\exists x) (fx \ \& \ \sim gx) \ \& \ (\exists x)fx$
E.	Nenhum f é g .	$\sim(\exists x) (fx \ \& \ gx) \ \& \ (\exists x)fx$
I.	Algum f é g .	$(\exists x) (fx \ \& \ gx)$
O.	Algum f não é g .	$(\exists x) (fx \ \& \ \sim gx)$

Deste modo, a leitura de A poderia ser, “não existe nenhum x tal que seja f e não seja g, e há pelo menos um x que é f”, e assim para os demais. Esta opção restabelece as relações seguintes:

1) $A \rightarrow I$; $E \rightarrow O$: Subalternação

2) $\sim(A \ \& \ E)$: A e E voltam a ser contrários.

Mas, como assinala Strawson (1952), se negamos O para obter seu contraditório, deduz-se “ $\sim(Ex) (fx \ \& \ \sim gx)$ ” que é, como não deveria nos surpreender, o A da interpretação anterior e não o A existencialmente comprometido que queríamos. De modo que A e O deixaram de ser contraditórios e o mesmo acontece para E e I. Strawson também nos mostra o fracasso das conversões de E, fracassando a partir delas as formas silogísticas correlativas: o remédio foi quase tão ruim quanto a doença.

Uma interpretação “ortodoxa”

Não obstante seria um erro, tal como afirmou Strawson, acreditar que não há interpretações para as formas tradicionais tais que sejam válidas as leis e regras deste seu sistema correspondente. Há pelo menos dois, um de acordo com o espírito da notação quantificacional (ou de classes) e outro que se separa dele e se aproxima a certas formas de interpretação destes enunciados tal como se dão na linguagem ordinária, iluminando-se com isso, segundo Strawson, “certas características gerais” deste último. O primeiro procedimento consiste num tratamento caso a caso das situações em que as leis e regras tradicionais entravam em crise ao tentar expressá-las quantificacionalmente (ou na teoria de classes). Remeto o leitor ao texto de Strawson (1952), no qual se mostra o minucioso trabalho de correções e compensações que supõe acomodar o quadro de oposição, a teoria da inferência imediata, e a teoria do silogismo tradicional na teoria da quantificação uniforme (ou a teoria de classes). Registrarei aqui somente o final do processo. Nesta interpretação temos:

- A. $\sim(\text{Ex})(\text{fx} \ \& \ \sim\text{gx}) \ \& \ (\text{Ex})(\text{fx}) \ \& \ (\text{Ex})(\sim\text{gx})$
 E. $\sim(\text{Ex})(\text{fx} \ \& \ \text{gx}) \ \& \ (\text{Ex})(\text{fx}) \ \& \ (\text{Ex})(\text{gx})$
 I. $(\text{Ex})(\text{fx} \ \& \ \text{gx}) \ \vee \ \sim(\text{Ex})(\text{fx}) \ \vee \ \sim(\text{Ex})(\text{gx})$
 O. $(\text{Ex})(\text{fx} \ \& \ \sim\text{gx}) \ \vee \ \sim(\text{Ex})(\text{fx}) \ \vee \ \sim(\text{Ex})(\sim\text{gx})$

E como afirmou Strawson (1952, p. 173):

Para esta interpretação regem em conjunto todas as leis da lógica tradicional e também são válidas dentro da lógica das classes ou de fórmulas quantificadas de maneira que deste modo pode assegurar-se a coerência do sistema. Mas, o preço pago por sua coerência parece ser alto, se sentimos alguma ansiedade a respeito de que as constantes “todo”, “algum” e “não” do sistema devam refletir fielmente o comportamento lógico destas palavras na linguagem ordinária. Não é nada plausível sugerir que, se alguém diz “Alguns estudantes de inglês alcançarão notas altas este ano”, seja uma condição suficiente de sua enunciação de um enunciado verdadeiro, que nenhum dos estudantes obtenha uma nota alta. Mas, esta seria uma consequência da interpretação acima mencionada de I.

Na verdade o preço da restauração do quadro é bastante alto em termos de intuitividade. Poderíamos acrescentar ao comentário de Strawson o seguinte: que se na interpretação quantificacional usual dos enunciados categóricos torna-se paradoxal que A resulte verdadeiro pela vacuidade da extensão do termo sujeito, aqui temos nada menos que “Alguns f são g” *como uma forma não comprometida existencialmente*. Para dar um exemplo mais surpreendente que o nosso apresentado anteriormente: dada a estrutura de I, resulta que a inexistência de unicórnios torna verdadeiro tanto “Alguns unicórnios são azuis” como “Alguns unicórnios não são azuis”. Com efeito, como:

- 1) ‘ $(\text{Ex})(\text{x é unicórnio})$ ’ é falso, então
- 2) ‘ $\sim(\text{Ex})(\text{x é unicórnio})$ ’ é verdadeiro, e a partir daqui:
- 3) ‘ $(\text{Ex})(\text{x é unicórnio} \ \& \ \text{x é azul}) \ \vee \ \sim(\text{Ex})(\text{x é unicórnio}) \ \vee \ \sim(\text{Ex})(\text{x é azul})$ ’,

é verdadeiro pelo comportamento da disjunção. Este, porém, é precisamente o I “Alguns unicórnios são azuis” de acordo com esta interpretação. De modo similar para O. De maneira que, como não há unicórnios, podemos afirmar esta pitoresca variedade em matéria de animais fabulosos, mas esta situação está longe de ser satisfatória.

É como se Strawson nos dissesse aquilo que é dito na conhecida anedota: “Bem, senhores. Agora temos representada a lógica tradicional, mas que pena!, *isto* já não é a lógica tradicional”. Certamente nesta notação quantificacional temos tão somente uma lógica tradicional “simulada” tal como está em moda dizer agora, e é uma simulação que intuimos que não funciona bem como queríamos.

Digressão sobre o desvio “clássico”

Antes de passar a considerar e discutir o outro procedimento de interpretação concebido por Strawson, e a favor do qual argumenta, gostaria de me aprofundar um pouco num fato que se desprende do que foi visto até aqui: o de que a primeira lógica “desviante” foi a que hoje chamamos, precisamente, lógica “clássica” (a que se inicia com Boole, Frege, Russell, etc.).

Esta lógica diverge da tradicional não somente enquanto *rejeita* leis que esta última aceita como válidas (nove modos do silogismo, conversões “por acidente”, leis de oposição, enfim ...) num sentido mais forte. A lógica clássica contém teses que são negações de leis tradicionais. Ou seja, considera como necessariamente verdadeiros enunciados que um lógico tradicional daria como necessariamente falsos. Vejamos como se dá isso.

A título de exemplo consideramos a contrariedade de A e E. Na lógica tradicional temos que “Todo f é g” e “Nenhum f é g” não podem ser ambos verdadeiros.

Sabemos que na lógica clássica esta lei é rejeitada, mas não apenas isso, ou seja, se *quantificarmos sobre classes*, podemos construir o seguinte enunciado: $(E\beta) ((x \in \beta \rightarrow fx) \& (x) (x \in \beta \rightarrow \sim fx))$.

Em termos clássicos podemos ler este enunciado da seguinte maneira: há pelo menos uma classe tal que todo x que pertence a ela é f e nenhum x que pertence à referida classe é f .

A resposta a este enigma é: a classe vazia; e precisamente para a interpretação simultaneamente quantificacional e classe-teórica este enunciado é verdadeiro. Considerando a classe nula 0 , o enunciado “ x e 0 ” é falso e, portanto, a conjunção dos seguintes condicionais universalmente quantificados será classicamente verdadeiro: $(x)(x \in 0 \rightarrow fx) \& (x)(x \in 0 \rightarrow \sim fx)$.

Há, então, uma classe para a qual os contrários são ambos verdadeiros, e por meio da generalização existencial temos: $(E\beta) ((x \in \beta \rightarrow fx) \& (x) (x \in \beta \rightarrow \sim fx))$.

Como, porém, ‘ $(Ex)(fx)$ ’ equivale a ‘ $\sim(x) \sim(fx)$ ’, temos a seguinte tese, que chamaremos tese clássica (TC): $\sim(\beta) \sim((x) (x \in \beta \rightarrow fx) \& (x) (x \in \beta \rightarrow \sim fx))$.

Em termos de classes quantificadas, no entanto, a contrariedade de A e E se escreveria: $(\beta) \sim((x) (x \in \beta \rightarrow fx) \& (x) (x \in \beta \rightarrow \sim fx))$.

De maneira que nossa tese clássica (TC) constitui precisamente a negação da lei tradicional de contrariedade.

Temos um exemplo correlativo na divergência (mais divulgada) da lógica intuicionista com respeito à clássica. É sabido que o princípio do terceiro excluído *não vale* na lógica intuicionista, porém, S. C. Kleene demonstra (1965) um teorema que no âmbito de análise matemática equivale a uma *negação* deste princípio. Referindo-se a ele (1965, p. 84), Kleene afirma: “Em *27.17 nós diretamente refutamos (um fechamento de um exemplo substitutivo de) $Av \sim A$, $(x)(A(x) \vee \sim A(x))$ e $\sim(X)(A(x) \vee \sim A(x))$ e em *27.18 adicionamos $\sim Av \sim AA$, etc. para esta lista”.

E mais adiante, “no intuicionismo informal, é necessário cuidar de identificar as razões para enunciados da forma” “A não se segue (ou é improvável)”: em contraste a “A é absurdo”, o qual é simplesmente $\sim A$. Num caso semelhante “a lei do terceiro excluído $A \vee \sim A$ não se segue” uma razão é simplesmente que $A \vee \sim A$, *embora não absurdo em si mesmo* (Cf. *51a) *tem consequências absurdas*, por exemplo, uma das formas:

$(\beta) (A (\beta) \vee \sim A (\beta))$ (Cf. 27.17).

“Se admitimos quantificação de proposições variáveis, seu fechamento $(A)(A \vee \sim A)$ é absurdo” (Kleene, 1965, p. 176).

Deste modo Kleene demonstra que a divergência intuicionista é mais profunda do que à primeira vista se havia pensado. Curiosamente, porém, este mesmo autor minimiza a importância do desvio correlativo da lógica clássica com respeito à tradicional, pois no Capítulo 1 do mesmo texto havia dito, referindo-se a Brouwer: “em seu famoso artigo de 1908 sobre o descrédito dos princípios lógicos, ele rejeita a crença tradicional *que a lógica clássica derivada de Aristóteles* tem uma validade a priori” (1965, p. 1, grifos nossos).

Embora, como vimos, o teorema que temos chamado TC, estabelece precisamente *a negação* da extinção *universal do princípio tradicional da contrariedade de A e E*, e, se não estou equivocado, isto mostra que a divergência da lógica clássica com respeito à tradicional é, ao menos, tão profunda como a intuicionista com respeito à primeira.

A única objeção plausível a esta colocação é talvez de caráter quiniiano. Diria que tanto no caso (3) como no caso descrito, aqui trata-se *não de lógica*, mas de “matemáticas com pele de cordeiro”. No texto de Kleene o citado caráter é obvio, no nosso o salto até a Matemática se faria *no preciso instante em que quantificamos sobre variáveis de classe*.

A referida objeção é pertinente, mas poderíamos argumentar que o limites da fronteira tão nítida entre lógica e Matemática (Quine vs. Russell) é também discutível e, por outro lado que, quer se chame “lógica clássica” ou “Matemática clássica”, mantém-se uma profunda

divergência com respeito à lógica tradicional. E isto, naturalmente, justifica seguir as reservas de Strawson diante das tentativas de “traduzir” um sistema em outro.

Oposição e pressuposição

Existe outra maneira de abordar essa questão, segundo Strawson, que garante a coerência do sistema tradicional e mantém um nível aceitável de intuitividade e acordo com a linguagem ordinária. Visto que “cada caso de não validade, de fracasso das leis tradicionais, surgiu da inexistência dos membros de alguma classe sujeito como compatível com a verdade ou falsidade de algum enunciado das formas A, E, I, O”, a solução surge a partir da proposta “que torna a inexistência de membros de alguma classe sujeito incompatível com a verdade ou falsidade de qualquer enunciado destas formas” (1952). Vejamos em que consiste.

Consideremos o exemplo de Strawson: alguém diz “Todos os filhos de João estão dormindo”, mas, João não tem filhos. Seja “fx”, “x é filho de João” e “gx”, “x está dormindo”. Então, de acordo com a primeira interpretação quantificacional, o enunciado em questão é *verdadeiro*, posto que sua forma é “ $\sim(\text{Ex})(\text{fx} \ \& \ \sim\text{gx})$ ” e ele é consequência de “ $\sim(\text{Ex})(\text{fx})$ ”, ou seja, de que João não tem filhos. De acordo com a última interpretação quantificacional (a que “salva” as leis do sistema tradicional), o referido enunciado é *falso*, dado que sua forma seria “ $\sim(\text{Ex})(\text{fx} \ \& \ \text{gx}) \ \& \ (\text{Ex})(\text{fx}) \ \& \ (\text{Ex})(\sim\text{gx})$ ”, mas “ $\sim(\text{Ex})(\text{fx})$ ” é incompatível com ela.

A interpretação da linguagem corrente, todavia, não está de acordo com nenhuma destas linhas. O mais provável é que, sabendo que João não tem filhos, diante da afirmação de que todos eles estão dormindo, não respondêssemos “É certo” ou “Está equivocado”, mas sim (e talvez com certa ênfase) “Mas ... João não tem filhos”.

Ou seja, entenderíamos que para que o enunciado em questão fosse *verdadeiro*, os filhos de João deveriam existir e deveriam estar dormindo, e para que fosse falso os filhos de João deveriam existir, mas ao menos um deles estar acordado; no entanto, se eles *não existem* a questão se o enunciado é verdadeiro ou falso não se coloca.

Forçando um pouco este raciocínio Strawson considera, no exemplo citado, que a existência dos filhos de João é justamente *uma condição necessária para que o enunciado em questão assumo um valor veritativo*.

Generalizando, os enunciados “Todo f é g” e “Existe ao menos um f” mantém a relação que poderíamos caracterizar do seguinte modo:

- 1) “Existe ao menos um f” *não* forma parte do enunciado em A como algo que se *assevera conjuntamente* com “não há f que não seja g” (Isto tornaria o enunciado do exemplo um enunciado falso).
- 2) A *verdade* de “Existe ao menos um f” *não é* um condição necessária da *verdade* de “Todo f é g” (Neste caso diríamos que está *implicado* por ele e se repetiria o caso 1).
- 3) Se “Todo f é g” *possui um valor veritativo*, então “Existe ao menos um f” *é verdadeiro*.

O enunciado 3 é fundamental para entender a relação relevante e sua contrapositiva talvez descreva a situação com contornos mais nítidos:

- 4) Se “Existe ao menos um f” *é falso*, então “Todo f é g” carece de valor veritativo.

Assim, de todo enunciado S que, como “Todo f é g”, mantenha uma relação com um enunciado S', como “Existe ao menos um f”, de acordo com as condições da lista reduntante 1)-4), diremos que S *pres-supõe* S'.

A solução de Strawson consiste, no entanto, numa generalização: Estabelece que os enunciados correspondentes as quatro formas tradicionais A, E, I, O, pressupõem “Existe ao menos um *f*” no sentido descrito.

Desta maneira, segundo Strawson, obtemos:

- a) Preservar a validade das regras e leis do sistema tradicional.
- b) Conferir a “Todo”, “Algum”, e “não” o sentido “... que tem num vasto grupo de enunciados da linguagem ordinária”.
- c) Destacar o fato de que precisamente nos enunciados deste grupo, a não vacuidade da extensão do termo sujeito está pressuposta no sentido descrito. Este tipo de enunciado poderia ser expresso fielmente por orações do tipo: “Todos os ...”, “Cada um dos ...”, “Nenhum dos ...”, “Alguns dos ...”, onde o *os/dos* manifesta a pressuposição.

Observações

Bivalência e terceiro excluído

O que segue, embora implique reservas sobre a verdade literal do item a) anterior, não pretende ter o valor de objeção radical, salvo talvez para um defensor da lógica moderna “clássica” ou para quem acredita que entre o tradicionalismo aristotélico escolástico e esta houve uma passagem sem rupturas, contra o que sustentamos anteriormente. Pretende somente contribuir para determinar a situação da Filosofia de Strawson neste ponto. A observação geral é óbvia, mas envolve ao menos, na minha opinião, que a concepção de Strawson tem um caráter desviante, seguramente a respeito da lógica clássica, mas possivelmente também a respeito da tradicional, como, aliás, ele mesmo percebe (Cf. Strawson, 1952, p. 226-227).

Ela é a seguinte: a doutrina da pressuposição comporta uma rejeição do Princípio de Bivalência dos enunciados e isto, por sua vez, pode envolver outras divergências.

O referido princípio, que vale para a lógica clássica (não sei até onde para a tradicional) poderia enunciar-se deste modo:

- a) Há somente dois valores veritativos: verdadeiro e falso.
- b) Todo enunciado possui *pele menos* um destes valores veritativos.
- c) Todo enunciado possui *no máximo* um destes valores veritativos.

As propostas de lógicas polivalentes (desde Lukasiewicz e Post até agora) implicam uma rejeição de a); há autores, como Dunn (1976) que rejeitam c); a concepção de Strawson rejeita b). Esta rejeição é o que permite ao autor obter a aceitação de "(...) todo o conjunto de leis do sistema (tradicional) sem incompatibilidade".

O que eu queria destacar é precisamente a obviedade de que esta realização se dê (se tal ocorre) sob uma restrição. Ela é naturalmente a que mantém as regras e leis tradicionais, mas *sob a condição de que os enunciados considerados sejam verdadeiros ou falsos, de que possuam valor veritativo*, dependendo isto, como vimos, da não vacuidade das extensões de seus sujeitos. Afirma Strawson (1952, p. 176-177):

Devemos imaginar que cada uma das regras lógicas do sistema, quando são expressas em termos de verdade ou falsidade, se acha precedida pela frase "Supondo que os enunciados em questão são verdadeiros ou falsos, então...". Assim a regra segundo a qual A é contraditório de O enuncia que *se os enunciados correspondentes das formas A e O têm ambos valores veritativos*, então devem ter valores veritativos opostos; a regra segundo a qual A implica I enuncia que *se os enunciados correspondentes destas formas têm valores veritativos*, então se o enunciado de forma A é verdadeiro, o enunciado da forma I deve ser verdadeiro, etc.

Essa restrição, “se os enunciados correspondentes têm valores veritativos ...”, acompanhada, naturalmente, da tese de que há enunciados que carecem deles, torna a concepção strawsoniana da lógica algo que diverge num sentido bastante forte da clássica, e é extremamente surpreendente que um filósofo tão clássico como Quine adira em alguns aspectos sem reservas à ideia que ele mesmo chamou de uma “lacuna veritativa”. Consideremos, por exemplo, o princípio do terceiro excluído. Não se poderia dizer que ele vale irrestritamente e em todas as suas versões na Filosofia da lógica de Strawson. Há versões do citado princípio que dizem, por exemplo, “dados dois enunciados contraditórios, ao menos um deles deverá ser verdadeiro”. Acredito, contudo, que se se trata de um enunciado que carece de valor veritativo, sua negação tampouco deveria ter valor veritativo, de maneira que o princípio não seria válido segundo esta interpretação. Valeria, ao contrário, a que diz: dois enunciados contraditórios não podem ser ambos falsos porque, por exemplo, “Todo unicórnio é azul” e “Algum unicórnio não é azul”, embora nenhum deles seja verdadeiro (pela ausência de unicórnios no universo) tampouco podem ser falsos, neste caso porque não têm valor de verdade.

Outra forma usual de apresentar esta lei é “ $p \vee \sim p$ ”, mas vejamos o que diz Quine a respeito em (1961, p. 50):

“ $p \vee \sim p$ ” ilustra a lei do terceiro excluído, que se enuncia comumente dizendo que todo enunciado ou é verdadeiro ou é falso. Não se deve identificar esta lei com ‘ $p \vee \sim p$ ’; esta última é um enunciado não especificado pendente da especificação de p , que se converte na verdade menor: ‘Rodriguez está enfermo \vee –Rodriguez está enfermo’. Mas, *pode-se formular a lei do terceiro excluído dizendo que ‘ $p \vee \sim p$ ’ é verdadeiro para todo enunciado p , e de modo correspondente a respeito da lei de contradição. Para qualquer enunciado p , os compostos ‘ $p \vee \sim p$ ’ e ‘ $\sim(p \& \sim p)$ ’ são óbvias e trivialmente verdadeiros (grifos nossos).*

Não sei até onde chega a identificação de Quine do princípio do terceiro excluído com o princípio de bivalência, mas de qualquer modo acredito que:

- 1) Se Quine identifica terceiro excluído e bivalência, Strawson não aceita o princípio do terceiro excluído porque rejeita o de bivalência.
- 2) Embora não seja o caso, Strawson rejeitaria a tese de que ‘ $p \vee \sim p$ ’ é verdadeiro *para todo enunciado p, admitindo-a por sua vez para todo enunciado p que possua valor veritativo*.

1) e 2) configuram, porém, uma rejeição da validade *geral* do princípio lógico em questão. Esta observação poderia talvez estender-se ao princípio de não contradição e neste caso a posição de Strawson revestiria aspectos mais heréticos.

Acredito que vale a pena observar que este desvio da lógica clássica não comporta, no entanto, um desvio da lógica tradicional, porque autores como Lukasiewicz e Kneale assinalaram as restrições que Aristóteles propôs para o princípio de bivalência, e no que diz respeito à lei do terceiro excluído, a formulação do estagirita é como segue: “Não é possível que se dê algo entre os dois extremos de uma contradição, senão que é necessário afirmar ou negar uma coisa de outra qualquer *dada*” (Kneale, 1961, p. 44, grifos nossos).

Nessa formulação não há considerações sobre valores veritativos, mas se a tradução é exata então poderia conjecturar-se que neste “*dada*” que sublinhamos estivesse presente uma exigência de *acerto referencial* ou de *não vacuidade* da extensão do termo sujeito, de pressuposição no sentido de Strawson.

Pressuposição e correção

Há outro aspecto a considerar que na minha maneira de ver distancia Strawson de ambos os sistemas, o tradicional e o clássico. Trata-se do tema da correção dedutiva. Tanto os filósofos de um sistema quanto os de outro presumiriam (os modernos “clássicos” aqui com mais vigorosas razões) que seu sistema é “dedutivamente correto”.

Chamamos correção dedutiva àquela característica de um sistema lógico que assegura sua preservação da verdade, que garante que se partirmos de enunciados verdadeiros, as regras do sistema nos conduzirão somente a conclusões verdadeiras. Para o sistema clássico são conhecidas as demonstrações de correção.

O sistema de Strawson, contudo, não nos proporciona uma garantia desse tipo porque, como ele mesmo observa, não podemos assegurar a partir da verdade de um enunciado em E que a classe *predicado* não seja vazia. Referindo-se a isso o autor destaca: “Que a adoção desta sugestão (no que diz respeito à pressuposição e aos valores veritativos) salvou a vigência das regras do sistema tradicional é bastante óbvio para todas as regras exceto talvez *para aquelas que permitem ou implicam a validade da simples conversão de E e I*” (Strawson, 1952, p. 177, grifos nossos).

Com efeito, se consideramos o enunciado em E “nenhum animal marinho é uma sereia”, sua conversão seria “Nenhuma sereia é um animal marinho”. Como, no entanto, há animais marinhos o convertente é verdadeiro, mas como não há sereias o convertido não é nem verdadeiro nem falso. Prevendo sabiamente esta possibilidade o autor expressa:

Mas, se isto é certo, não constitui uma objeção nem leva ao fracasso das regras tal como as entendemos agora. Assim, talvez um enunciado da forma “xÉy” poderia ser verdadeiro enquanto que o enunciado correspondente da forma “yÉx” não seria nem verdadeiro e nem falso. Mas, tudo o que necessitamos é que enquanto os enunciados correspondentes das formas “xÉy” e “yÉx” sejam ambos verdadeiros ou falsos, devem ser, ambos, ou verdadeiros ou falsos. Isso nos é assegurado interpretando “xÉy” como a forma da série dos enunciados ordinários que começam com “Nenhum...” ou “Nenhum dos...” do tipo descrito nesta seção (Strawson, 1952, p. 177).

Estou de acordo, mas isso comporta uma restrição muito drástica aos raciocínios por conversão. Estes funcionam bem no caso de E somente se a *premissa e a conclusão possuem valor veritativo*. E é o caso que tanto os lógicos tradicionais com os clássicos proclamam que em seus

raciocínios da forma “Nenhum *f* é *g*, portanto, nenhum *g* é *f*” *basta* que a premissa seja *verdadeira* para que a conclusão seja *verdadeira*, condição que nem sempre é satisfeita na interpretação de Strawson.

É de destacar que também a teoria do silogismo padece do mesmo problema. Veja-se, por exemplo, estes dois casos:

1) Todos os leões são felinos

Nenhum felino é uma quimera

Nenhuma quimera é leão

2) Todos os leões são felinos

Nenhum felino é uma quimera

Alguma quimera não é leão

Não havendo quimeras, o raciocínio 2) não é válido para a lógica clássica, ou melhor, constitui um contraexemplo para a alegação de validade de AEO, na quarta figura¹ que, como sabemos, o lógico tradicional sustenta.

A defesa de Strawson do sistema tradicional, no entanto, seria algo assim como o que segue: em AEO, quarta figura, se os enunciados do silogismo têm *todos* valor veritativo, então sendo as premissas ver-

¹ “É fácil ver que em cada figura há 64 formas aritmeticamente possíveis ou *modos* do silogismo. Porque a primeira premissa pode ter qualquer das formas A, E, I, O; para cada uma destas quatro possibilidades, a segunda premissa também pode ter qualquer das quatro formas e para cada uma destas 16 possibilidades, a conclusão pode ter qualquer dos quatro modos, o que produz 64 modos em cada figura. Posto que existam quatro figuras, no total há 256 possíveis modos do silogismo. Destes 256 se reconhecem como válidos somente 24, os demais não são válidos. Normalmente se oferece os modos válidos da seguinte maneira:

1ª Figura – AAA, EAE, AII, EIO, AAI, EAO

2ª Figura – EAE, AEE, EIO, AOO, EAO, AEO

3ª Figura – AAI, IAI, AII, EAO, OAO, EIO

4ª Figura – AAI, AEE, IAI, EAO, EIO, AEO

em que a primeira letra em cada caso está pela premissa que contém o termo que é o predicado da conclusão (a *premissa maior*), a segunda pela premissa que contém o termo que constitui o sujeito da conclusão (a *premissa menor*), e a terceira letra pela conclusão”. Cf. Strawson, Peter F. *Introduction to Logical Theory*. London: Methuen, 1952, p. 159-160 (N. do T.).

dadeiras, a conclusão deverá ser verdadeira. O assunto é se esta defesa não parecerá um pouco fraca ao lógico tradicional, uma vez que parece admitir certas “anomalias”, como é precisamente a do caso em que de premissas verdadeiras obtemos uma conclusão *carente de valor veritativo*.

Provavelmente o lógico tradicional *acredita* que *todos* os juízos possuem valor veritativo, isto é, pressupõe, mas num sentido ingênuo, não como Strawson, e percebe a defesa que este faz como uma suspeita sobre a validade de AEO, quarta figura.

A situação em 1), no entanto, é talvez mais alarmante, uma vez que ali não há conflito entre o tradicionalismo e classicismo moderno (ambos declaram que AEE, quarta figura, é válida), mas a concepção de Strawson volta a lançar sombras sobre a validade de 1), posto que para manter a doutrina da pressuposição deveria dizer que “nenhuma quimera é leão” carece de valor veritativo, enquanto que os outros dois (talvez por razões distintas) anunciam sua verdade.

Naturalmente, poder-se-ia sustentar que ainda assim AEE, quarta figura, é válida enquanto é impossível que suas premissas sejam verdadeiras e sua conclusão falsa. E, também, e isto talvez mais no espírito de Strawson, poder-se-ia argumentar que aquele que assevera “Todo h é g, Nenhum g é f”, mas rejeita “Nenhum f é h” incorre em inconsistência no sentido que Strawson dá a esta palavra, isto é, o de cancelar suas asserções anteriores, o de desdizer-se.

É preciso observar, todavia, de todas as maneiras, que embora continue se sustentando mediante estes pretextos que a forma em questão é válida, isso não garantiria o que temos chamado de “correção”, a saber, a necessidade *incondicional* de que se as premissas do silogismo nessa forma são verdadeiras, então a conclusão deverá ser *verdadeira*.

A natureza do colapso de AEE, quarta figura, torna-se clara quando consideramos sua “redução” ao modo da primeira figura correspondente, isto é, EAE. Ela poderia ser exposta deste modo:

Hipótese:

- 1) Todo h é g (A)
- 2) Nenhum g é f (E)
- 3) EAE (Primeira figura) é válido

Tese:

- 4) Nenhum f é h (E).

Redução (ou demonstraçã):

Trocando a ordem das premissas, temos:

- 5) Nenhum g é f (E)
- 6) Todo h é g (A)

Como por hipótese 3) EAE é válido na primeira figura, temos:

- 7) Nenhum h é f . (E)

E a continuação, por conversão *simpliciter*, obtemos:

- 8) Nenhum f é h .

Como consequência, se substituimos f por “quimera” e h por “leão” o enunciado correspondente a 7) pode ser verdadeiro enquanto que o correspondente a 8) carece de valor veritativo, de maneira que a redução de AEE, quarta figura, falha neste ponto.

É óbvio também que a origem da falha está na conversão de E. Esta falha alcança assim mesmo a conversão de E “por acidente”, e neste último caso a doutrina de Strawson afasta-se do sistema tradicional e se aproxima do clássico no qual simplesmente não é válida.

Em resumo, temos que as estimativas lógicas sobre estes casos, em termos de correção, seriam:

- 1) Para a conversão simples de E: correta para o sistema tradicional e o clássico. Incorreta para a de Strawson.

- 2) Para a conversão por acidente de E em O: correta para o sistema tradicional, incorreta para o sistema clássico vigente (não é *válida* nele), incorreta para o sistema de Strawson (não basta que E seja verdadeiro para garantir que o convertido em O também o seja).
- 3) Para a forma silogística de AEE, quarta figura: correta para o sistema tradicional, correta para o clássico, incorreta para o de Strawson (como espero ter explicitado, não basta que as premissas sejam verdadeiras para garantir a verdade da conclusão).
- 4) Para a forma silogística AEO, quarta figura: correta para o sistema tradicional, incorreta para o clássico (não é *válida* nele), incorreta para a concepção de Strawson pelas mesmas razões que no caso 3.

Certamente Strawson poderia seguir considerando que estes casos “não constituem objeções nem levam ao fracasso das regras tal como agora são entendidas (isto é, supondo que tanto premissas quanto conclusão possuem valores veritativos)”. Tampouco pode-se deixar de ver que não satisfaz a condição de correção, dado que esta *não pode pressupor outra coisa senão a verdade das premissas*. Ter de declarar, por exemplo, que em AEE, quarta figura, se as premissas são verdadeiras *e a conclusão tem valor veritativo*, então esta última será verdadeira, supõe reconhecer que as regras dedutivas do sistema não são suficientes para a preservação da verdade.

Se estas observações são acertadas, então se poderia ver em Strawson, como acredito que é verdade, mais que um filósofo do tradicionalismo lógico, um tipo “*sui generis*” de lógico desviante.

E se a Filosofia da linguagem ordinária de Strawson é correta, então teríamos aqui uma confirmação de sua afirmação de que “nem as regras aristotélicas nem as russellianas dão conta da lógica exata de qualquer expressão da linguagem ordinária, porque a linguagem ordinária não tem lógica exata”. Sua lógica talvez sequer seja correta, mas isso decepcionará somente àqueles que tenham sentimentos aristotélicos ou russellianos.

Lógica tradicional, enunciados hipotéticos e \rightarrow

Strawson observa corretamente o erro que consiste em identificar o emprego do conector \rightarrow com o uso de “se ... então ...” na linguagem ordinária. Considere-se, por exemplo:

- 1) Se chove, então o jogo é suspenso.
- 2) Chove \rightarrow o jogo é suspenso.

É claro que a ausência de chuva ou garoa é suficiente para verificar 2), mas não para verificar 1). As leis para \rightarrow chamadas (erroneamente, segundo Strawson) “paradoxos da implicação material” ilustram sobre esta divergência.

Provavelmente, contudo, houve situações na lógica tradicional em que a linha de raciocínio apresentava certa “semelhança de família” com o comportamento peculiar de \rightarrow .

Considere-se a doutrina das regras do silogismo. Seja, por exemplo, a forma AAA, na Primeira figura.

Sabendo que a mesma é válida diríamos talvez que tem de cumprir a totalidade das regras, mas se atendemos à regra “da premissa mais fraca”, o que podemos dizer enquanto esta carece de premissas fracas? Ao afirmar que cumpre a regra devemos advertir que satisfaz seu enunciado *vacuamente*, ou seja, como não tem premissas fracas então não poderá ter o par: premissa fraca e conclusão forte com que transgrediria a regra. Observe-se, porém, que se essa carência é suficiente para que se considere cumprido o preceito correspondente, esta situação, embora não exatamente igual, tem certa semelhança com a verificação vácuca de $p \rightarrow q$ mediante a falsidade de p .

Claro que se poderia dizer que esta regra não se aplica para o caso de Barbara² ou que “não é pertinente” a respeito dela. Mas, ainda não sendo aplicável ou pertinente a tal regra, o que acontece com os enunciados “cumpre a regra” e “não cumpre a regra”? Veja-se que as orações que os expressam são significativas. Poderíamos afirmar por acaso que carecem de valor veritativo? Não, porque o enunciado que disse “não cumpre a regra” é falso; do contrário o silogismo Barbara seria inválido. E sendo assim, ou admitimos que o silogismo Barbara cumpre a regra em questão, junto com o caráter vácuo de seu cumprimento, ou então deveríamos assumir um desvio lógico que permitisse a um enunciado carecer de valor veritativo enquanto que sua negação é falsa.

Veja-se que esta situação exemplifica outras mais gerais que não sei se tiveram solução lógica, por exemplo: Basta não transgredir uma proibição para assegurar que se cumpriu a lei específica? Os juristas asseveram que a generalidade de uma norma consiste em alcançar “a todos aqueles que estão nas condições previstas pela regra”. Isto tornaria absurdas as perguntas acerca do cumprimento de leis por aquele que não está nas condições que elas especificam? Não estou seguro disso. Observe-se também, no entanto, que o caminho de dar sentido à oração, mas negar valor veritativo ao enunciado, esbarra na dificuldade análoga assinalada para o caso do silogismo. As peculiaridades de \rightarrow talvez se orientem, inconscientemente, a uma simplificação teórica que torne homogêneo todos estes casos. É isto, na verdade, não com pouco risco, mas talvez esta tentação já estivesse presente na doutrina das regras do silogismo.

Uma observação final: Strawson dá como uma das leis reguladoras de \rightarrow e “se ... então ...”, a seguinte: (se p então q; e se q então r) \rightarrow (se p então r).

² Os nomes dos silogismos foram dados na Idade Média com o intuito de facilitar a memorização. As vogais dos nomes são as mesmas vogais usadas para designar as proposições. Exemplo: O silogismo BARBARA contém três Universais Afirmativas A (AAA), de acordo com a Primeira figura (N. do T.).

Substituído “p” por “Nenhum leão é quimera”, “q” por “Nenhuma quimera é leão” e “r” por “Nenhuma quimera é leão”. Assim temos: (Se nenhum leão é quimera, então nenhuma quimera é leão e se nenhuma quimera é leão, então nenhuma quimera é leão) \rightarrow (Se nenhum leão é quimera, então nenhuma quimera é leão).

É verdadeiro o conseqüente desta implicação material? Se o é, a lei para \rightarrow é correta, mas torna-se duvidosa a doutrina da pressuposição, se não o é, então deverá carecer de valor veritativo (não poderá ser falso, uma vez que expressa a conversão de um enunciado em E), porém assim o que se torna duvidosa é precisamente a lei em consideração.

Note-se que agora antecedente e conseqüente carecem de valor veritativo, situação não prevista na tabela de verdade de uma implicação material clássica.

Continuar a considerar, ainda assim, a forma em questão como uma lei, faz com que o \rightarrow de Strawson comporte-se de um modo suspeitosamente semelhante ao modo de uma lógica trivalente e, por isso, desviante.

Referências³

DUNN, J. M. A Kripke style semantics for R-mingle Using a Binary Accesibilizing Relation. In: *Studia Lógica*, vol. 55, 1976.

KLEENE, S. C. *Introducción a la metamatemática*. Madrid: Tecnos, 1974.

_____. *Foundations of intuitionistic mathematics*. Amsterdam: North Holland, 1965.

³ As referências originais foram modificadas em função de alguns ajustes feitos nas citações do texto. Estes ajustes foram autorizados pelo próprio professor Robert Calabria, que gentilmente respondeu nossas dúvidas em relação à tradução de seu texto (N. do T.).

KNEALE, W.; M. *El desarrollo de la lógica*. Madrid: Tecnos, 1961.

PUTNAM, H. Three-valued logic, 1957. In: *Mathematics, Matter and Method*, 2. Philosophical Papers. Cambridge: Cambridge University Press, 1975. Vol. 1.

QUINE, W. V. O. *Mathematical Logic*. Massachusetts and London: Harvard U.P., 1961

_____. *Los métodos de la lógica*. Barcelona: Ariel, 1952.

STRAWSON, P. F. Sobre el referir. In: *Ensayos lógico-lingüísticos*. Madrid: Tecnos, 1983.

_____. *Introduction to logical theory*. Londres: Methuen, 1952.

RÉPLICA A ROBERT CALABRIA

Peter F. Strawson

Referindo-se ao Capítulo 6 da minha *Introduction to Logical Theory*, o professor Calabria demonstra de modo correto e sistemático que, tal como exposta, a doutrina da *pressuposição* (e do fracasso na atribuição de valor de verdade nos casos de fracasso de pressuposição) implica uma concepção da lógica que é substancialmente *desviante* tanto no que diz respeito à lógica tradicional quanto à lógica moderna clássica. Não tenho nenhuma objeção a respeito de sua argumentação sobre estes pontos. Gostaria, todavia, de assinalar que do início ao fim do capítulo em questão, usei a palavra “enunciado” de modo indiferente, tanto para aqueles usos de sentenças que representei como possuindo valor de verdade, quanto aqueles que representei como carecendo de valor de verdade devido ao fracasso de uma pressuposição existencial. Por conseguinte, o professor Calabria tem toda razão ao assinalar que onde “enunciados” do último tipo figuram, muitas leis lógicas, do gênero da tradicional ou da lógica moderna clássica deixaram de se sustentar.

Se, contudo, adotarmos uma interpretação diferente das consequências do fracasso na pressuposição; se sustentássemos que tal fracasso é resultado, não da emissão de um enunciado (proposição) carente de valor de verdade, mas do *fracasso absoluto de produzir um enunciado (proposição) genuíno*, então as consequências que o professor Calabria deriva não se seguiriam. Poderíamos continuar sustentando que as leis amea-

çadas seriam ainda incondicionalmente válidas para todas as proposições genuínas. Posso referir-me aqui a minha resposta ao artigo do professor Caorsi, na qual dou uma explicação mais completa dessa alternativa para o caso da referência *singular*. O princípio é o mesmo em ambos os casos. Citarei novamente a oportuna frase cunhada por Austin ao descrever tais pseudoproposições como “vazias por falta de referência”.

REFERÊNCIA E TERMOS SINGULARES

Carlos E. Caorsi

Delimitação do problema¹

Entre os supostos existenciais assumidos pela lógica clássica encontra-se o de que todo termo singular deve ser denotativo. O referido suposto expressa-se em teoremas como:

$$Fa \rightarrow (Ex) Fx$$

$$(x)Fx \rightarrow Fa$$

Não obstante, parece claro que a declaração de que todo termo singular deve ser denotativo não tem um caráter lógico. De modo que se não existem razões lógicas para não admitir termos singulares não denotativos parece que devemos encarar o problema de como enfrentá-los uma vez admitidos na linguagem da lógica. Em particular, nos interessará aqui o caso em que esses termos singulares não denotativos são entendidos como sujeitos de orações.

¹ Para desenvolver este artigo segui em grande medida as exposições feitas por Haack (1980, 1982).

Segundo Haack (1980), é possível agrupar os distintos tipos de respostas que têm sido dadas ao referido problema nas seguintes estratégias:

- 1) Excluir as sentenças refratárias (aquelas que têm termos singulares não denotativos no lugar do sujeito) do alcance da lógica (Estratégia do *não item*).
- 2) Traduzir as sentenças refratárias ao formalismo de modo que sejam acessíveis ao tratamento formal (Estratégia da *forma enganosa*).
- 3) Modificar a lógica a nível do cálculo de predicados.
- 4) Modificar a lógica a nível do cálculo proposicional.

Destas estratégias, a 1) é assumida por Frege (1892) e por Strawson (1950); a 2) por Russell (1905); enquanto que a 4) é assumida por Strawson (1952) e (1964).

A solução de Frege

Em 1892 Frege adota a estratégia de tipo (1), que consiste em não admitir termos singulares não denotativos na linguagem da lógica e das matemáticas. Para isto, porém, é insuficiente garantir uma denotação para cada termo singular que se introduz na linguagem, isto é, negar-se a admitir termos singulares não denotativos, uma vez que, ainda nesse caso, seria possível construir, com expressões já pertencentes à linguagem, termos singulares que carecem de denotação. Isso torna-se mais claro se distinguimos na linguagem entre termos singulares simples como “João”, “2”, etc., e termos singulares compostos como “O filho maior de João”, “A raiz quadrada de 2”, etc., que estão formados pelo nome “João” e o functor “O filho maior de ...” e o nome “2” e o functor “A raiz quadrada de ...” respectivamente.

Embora seja possível recusarmos admitir em nossa linguagem um nome que careça de denotação, não é possível fazer o mesmo com aqueles termos singulares compostos por funtores e nomes já admitidos. Assim, por exemplo, suponhamos que exista uma pessoa que se chama João e não tem filhos. Neste caso, “João” é um nome que tem denotação, mas “O filho de João”, construído a partir deste e do functor “O filho de”, carecerá de denotação; ou também a partir do termo singular denotativo “-2” podemos construir “A raiz quadrada de -2” que carece de denotação.

Uma vez que reconhecemos a possibilidade de construir estes tipos de termos, devemos fornecer algum mecanismo que permita atribuir uma denotação a todos os termos que não a têm. Para levar isso a cabo, Frege propõe atribuir uma denotação artificial (por exemplo, o zero) a todo termo singular não denotativo.

Embora inquestionável do ponto de vista formal, este modo de proceder é considerado muito artificial por alguns autores como Russell.

A solução de Russell

Em 1905 Russell adota uma estratégia do tipo (2), que consiste em sustentar que as expressões que contêm descrições definidas como sujeito lógico não são, na realidade, da forma sujeito-predicado. Além disso, garante que as descrições definidas são termos singulares apenas na aparência, sendo, na realidade, o que ele chama expressões incompletas, isto é, expressões que carecem de significado, mas que contribuem para o significado total dos enunciados nos quais ocorrem. Isto é evidente, na opinião de Russell, na medida em que, uma vez que os enunciados que contêm descrições definidas como sujeito e que têm aparentemente a forma sujeito-predicado são reescritos mostrando sua verdadeira forma lógica, o suposto termo singular desaparece.

Assim,

O atual rei da França é calvo

que representamos em nossa linguagem por

$$(a) G (\exists x)Fx$$

onde $G = \text{é calvo}$ e $F = \text{é o rei da França}$, apesar de ter aparentemente a forma sujeito-predicado, é um enunciado existencial do tipo

$$(b) (\exists x) (Fx.(y) (Fy \leftrightarrow x=y).Gx)$$

que poderíamos ler como: Existe um x que é o atual rei da França e para todo y se y é o atual rei da França x é idêntico a y e x é calvo. Ou, mais informalmente: Há um e somente um rei da França e é calvo.

Como se pode ver, em (b) não aparece o termo singular " $(\exists x)Fx$ " que figurava como sujeito em (a).

Como se pode ver facilmente, (b) implica logicamente o enunciado

$$(c) (\exists x)F$$

e, portanto, (a) implica logicamente (c). De acordo com isso, quem afirma que o atual rei da França é calvo está afirmando, por sua vez, que existe um rei da França. Deste modo, se não há um rei da França, ou seja, se o termo é não denotativo, o enunciado é falso e o problema dos enunciados com termos não denotativos como sujeitos é resolvido. Todo enunciado que tenha um termo não denotativo no lugar do sujeito é falso.

De acordo com esta interpretação, porém, a negação de (a), a saber,

$$\neg G(\exists x)Fx$$

é ambígua porque pode significar tanto a afirmação de que há um rei da França e que não é calvo como a negação de que há um rei da França e, portanto, que seja calvo. Estas duas situações seriam representadas respectivamente por:

$$(d) (Ex) (Fx.(y) (Fy \leftrightarrow x=y). \neg Gx)$$

e

$$(e) \neg(Ex) (Fx.(y) (Fy \leftrightarrow x=y). Gx)$$

que Russell se encarregou de distinguir utilizando em *Principia Mathematica* o recurso de prefixar o termo descritivo à expressão para esclarecer desse modo seu alcance. Assim a notação correspondente a (d) seria:

$$(d') (i x Fx) \neg G ((ix) Fx)$$

e a correspondente a (e):

$$(e') \neg(ix Fx) G((ix)Fx).$$

As críticas de Strawson a Russell

Em 1950 Strawson submete à crítica a proposta de Russell. Seus argumentos contra Russell podem ser resumidos da seguinte maneira:

Argumento 1: (Baseado no fato de que Russell não distingue entre tipos, tipos de usos e tipos de proferimentos). Como Russell não distinguiu uma expressão (tipo) de seu uso (tipo de uso) pensou que se a expressão era significativa deveria existir o objeto, ao qual fazia referência, mas enquanto ser significativa é uma característica das expressões, referir é uma característica de seus usos. De acordo com isto pode haver uma expressão, por exemplo, “O atual rei da França”, que seja significativa mesmo quando com os usos que podemos fazer agora dela não conseguimos fazer referência.

E, do mesmo modo, ao não distinguir entre uma oração (tipo) e o uso de uma oração (tipo de uso) Russell pensou que se a oração era significativa deveria ser verdadeira ou falsa. Como, no entanto, o que pode ser significativo são as orações e o que pode ser verdadeiro ou falso são os seus usos, uma oração como “O atual rei da França é calvo” pode ser significativa ainda quando o uso que façamos dela não seja nem verdadeiro nem falso.

Nesta última afirmação subsiste uma ambiguidade a respeito de se devemos entender que o uso desta expressão produz um enunciado ou não. O modo de entender esta ambiguidade dá lugar à seguinte ramificação do Argumento 1:

Argumento 1(a): Em 1950 Strawson refere-se ao uso da oração “O rei da França é calvo” em uma ocasião em que não há rei da França como um uso ilegítimo, o que parece sugerir que com o mesmo não é possível fazer um enunciado. De modo que, de acordo com a colocação na referida passagem, a solução proposta por Strawson consistia em sustentar que o uso de expressões cujo sujeito é um termo singular não denotativo não configura um enunciado e, portanto, não deve ser objeto da lógica, que se ocupa unicamente de enunciados. Esta solução seria do tipo (1), ou seja, do tipo que Haack (1980) denominou de *não item*.

Argumento 1(b): Em 1952 e 1964, ao desenvolver o que aqui chamaremos de Argumento 2 (ver o argumento 2 mais adiante), Strawson, quando analisa as relações existentes entre enunciar que o atual rei da França é calvo e a existência do rei da França, assinala que:

- 1) A relação entre o enunciado “O atual rei da França é calvo” e o enunciado “Existe um rei da França” não é de implicação lógica, senão de pressuposição.
- 2) Um enunciado E pressupõe outro enunciado E' se e somente se a verdade de E' é condição necessária para a verdade de E. De modo que se E' é falso, o enunciado E não será verdadeiro nem falso.

É importante assinalar que a relação de pressuposição é definida aqui como uma relação entre enunciados e não entre orações e que, portanto, se afirmamos 1), como o faz Strawson, devemos admitir que o uso de “O atual rei da França é calvo” constitui um enunciado ainda quando não há rei da França. Como se infere disso, porém, diferentemente do que é sustentado em I(a), o uso da oração “O atual rei da França é calvo” em uma ocasião na qual não existe um rei da França constitui um enunciado que não é nem verdadeiro e nem falso. Se, no entanto, como acabamos de ver, a resposta é que se produz um enunciado, como parece emergir de Strawson (1952, 1964), então a sua proposta ficaria compreendida dentro da do tipo (4).

Argumento I(c): Finalmente, e embora isso não constitua um argumento propriamente dito, em 1964 Strawson parece sugerir que isto não é necessariamente assim. A respeito disso afirma:

Assim, poder-se-ia supor que qualquer um que rejeitasse o ponto de vista de que a teoria das descrições oferece uma análise geral adequada, ou uma explicação do funcionamento das descrições definidas, ver-se-ia obrigado, em virtude desta rejeição, a adotar incondicionalmente a teoria da lacuna veritativa e a rejeitar incondicionalmente a teoria da falsidade no caso de falha radical de referência. A distinção entre referência identificadora e asserção existencial é completamente inegável. *O sentido no qual a existência de algo que responde a uma descrição definida usada com o propósito de fazer uma referência identificadora, e sua suscetibilidade de ser distinguida de qualquer coisa por uma audiência determinada, se pressupõe e não se assevera, num proferimento que contém tal expressão usada deste modo, se mantém absolutamente firme, escolhe-se ou não o ponto de vista de que uma falha radical de pressuposição atribuiria ao enunciado valor de verdade* (1964, p. 101, grifos nossos).

Parece decorrer desta passagem uma afirmação de independência entre dois problemas que até o momento haviam sido tratados juntos: o problema *pressuposição/afirmação*, por um lado, e o problema *lacuna veritativa/valor de verdade*, por outro.

Argumento 2: (Baseado em indicar que “O rei da França é calvo” não tem como consequência lógica “Existe o rei da França”), Russell supôs erroneamente que afirmar que o rei da França é calvo era afirmar, por sua vez, que há um rei da França. Fato que se expressa em que, da análise proposta por Russell de “ $G((\exists x)Fx)$ ”, a saber “ $(\exists x)(Fx.(y)(Fy \leftrightarrow x=y). Gx)$ ” se segue logicamente “ $(\exists x)Fx$ ”. Não obstante, a relação que existe entre “O rei da França é calvo” e “Existe o rei da França” é um tipo essencial de implicação que não deve confundir-se com a implicação lógica. Em virtude disto, quem afirma que o rei da França é calvo não está afirmando que existe um rei da França. Aqui volta a se apresentar uma situação ambígua, uma vez que não fica claro que tipo de implicação existe entre estes dois enunciados. Nos textos de Strawson aparecem ao menos dois modos de tratar a referida ambiguidade, o que bifurca o argumento 2 nos dois seguintes:

Argumento 2(a): Esta ambiguidade é solucionada em 1952 quando Strawson adota a definição de pressuposição de Frege. Segundo esta definição, como já assinalamos, um enunciado E pressupõe outro enunciado E' quer dizer que a verdade de E' é uma condição da verdade ou falsidade de E. A relação de pressuposição tal como se coloca aqui é uma relação entre enunciados e, portanto, de acordo com a mesma, quem diz: “O atual rei da França é calvo” está com isso fazendo um enunciado. Este fato contradiz a proposta feita em 1(a), de acordo com a qual o proferimento: “O atual rei da França é calvo”, na medida em que produzia uma falha referencial configurava um uso ilegítimo e, portanto, não dava lugar a um enunciado. Com isso vemos que a proposta de Strawson se deslocou da estratégia do não item para uma estratégia do tipo (4), como já assinalamos ao desenvolver 1(b).

Argumento 2(b): Por outro lado, em 1964 a proposta a respeito da ambiguidade anterior volta a ser pouco clara. Isto se produz como resultado de que Strawson admite, como assinalamos anteriormente, que o “O rei da França é calvo” não tem de carecer de valor de verdade quando não se cumprem as condições de existência e unicidade. Isto, sem dúvida,

não pode sustentar-se sem contradizer a definição de pressuposição de 1952. Com efeito, parece que Strawson adota agora uma caracterização da pressuposição em termos das intenções do sujeito. Assim, em 1964 (p. 95-96) afirma:

A tarefa da referência identificadora se define em termos de um tipo de intenção do falante que elimina a atribuição, ao falante, da intenção de dar a conhecer a informação em questão acerca da existência e unicidade. Tudo isto se pode dizer de maneira perfeitamente natural de outros modos. Assim, que exista um elemento particular ao qual se aplica o nome ou a descrição e que, se não é único neste aspecto, satisfaça alguma condição de unicidade conhecida pelo ouvinte (e satisfaça alguma condição de unicidade conhecida pelo falante), não é parte do que o falante assevera num proferimento no qual o nome ou descrição é usado para realizar a função de referência identificadora; trata-se, antes, de uma pressuposição do fato de que se assevere o que se assevera (grifos nossos).

Creio, todavia, que estas caracterizações mais pragmáticas da pressuposição, na medida em que apelam para a intenção do falante, estão muito longe, em precisão e clareza, da proposta de 1952, o que não deixa de ser uma perda lamentável.

Observações sobre as críticas de Strawson

Observação (1) a I(a): Como já assinalou Russell (1959), a força deste argumento reside em que expressões como “O atual rei da França”, que contém termos egocêntricos, podem dar lugar a referências diferentes em distintas ocasiões de uso, coisa que não acontece por exemplo com “O rei da França em 1789”. No caso desta última expressão todos os usos têm a mesma referência, assim a diferença entre uso e oração não parece tão decisiva para a argumentação.

De acordo com Strawson, na medida em que é a expressão que é significativa, são seus usos que têm referência ou carecem dela. O que, porém, entende Strawson por ser significativo? Dar o significado de uma

oração é, segundo Strawson, dar as diretrizes gerais para seu uso ao fazer asserções (enunciados) verdadeiras ou falsas. De acordo com isto, que uma oração seja significativa “é o mesmo que o fato de que possa ser usada corretamente para falar de algo e que ao usá-la assim alguém fará uma asserção verdadeira ou falsa” (Strawson, 1950, 1983, p. 21).

O fato de que a oração e a expressão respectivamente sejam significativas é precisamente o fato de que a oração poderia ser usada em determinadas circunstâncias para dizer algo verdadeiro ou falso e de que a expressão poderia ser usada em certas circunstâncias para mencionar uma pessoa particular... (Strawson, 1983, p. 23).

O que não deixa de ser pouco claro nestas definições de significado e significatividade é o alcance de “*poderia*”, que parece desempenhar um papel capital nas mesmas. Consideremos a oração:

(I) O rei do Uruguai é calvo.

Sem dúvida, não existiu nenhuma circunstância e é sumamente improvável que chegue a existir alguma circunstância na qual (I) possa ser usada para dizer algo verdadeiro ou falso. É do mesmo modo a respeito de que o termo singular “O rei do Uruguai” pode ser usado para mencionar uma pessoa particular. Parece, todavia, que Strawson não está de acordo em considerar (I) como não significativa. A propósito disso Strawson assinala (1952, p. 85) que deve ser possível descrever ou imaginar circunstâncias nas quais a expressão seja aplicável. Claro está que poderíamos imaginar circunstâncias nas quais (I) seria um enunciado verdadeiro. Não obstante, a noção mesma de imaginável é menos precisa que a de possível. Neste ponto, parece que a diferença entre a caracterização do significado entre Russell e Strawson residiria em que, enquanto para Russell um termo singular é significativo se e somente se exista um objeto que é sua denotação, para Strawson um termo singular é significativo se e somente se haja um *objeto possível* que é sua denotação.

Observação (2) a 1(a): Em 1980 Haack assinala que o argumento que chamamos 1(a) que tem a seguinte forma:

1) o uso de uma sentença cujo termo sujeito não é denotativo é ilegítimo e não constitui um enunciado;

2) mas a lógica se refere a enunciados de modo que tais sentenças estão fora do alcance da lógica;

necessita apoiar-se em duas premissas que não estão em sua opinião suficientemente fundamentadas. Estas premissas são:

P.1) A lógica somente se ocupa de enunciados.

P.2) Os usos de sentenças de referência sem denotação não constituem enunciados.

A fundamentação de P.1, totalmente insuficiente na opinião de Haack, é que não podemos atribuir valores de verdade às sentenças porque se pudéssemos atribuir valores de verdade teríamos de admitir que elas podem mudar de valor. Isto não é suficiente – assinala Haack – para provar que as sentenças não podem ser verdadeiras ou falsas e menos ainda que a lógica deve ocupar-se unicamente de itens portadores de valores de verdade.

Por sua vez, a fundamentação de P.2, tem dois passos:

Passo (1): Destinado a mostrar que a expressão “O rei da França é calvo” é uma referência sem denotação uma vez que não há rei da França. A motivação para esta postura nasce – observa Haack – de uma concepção da referência de acordo com a qual *uma condição necessária para uma referência adequada é que se empregue uma expressão com denotação*. Em 1964 (p. 97) Strawson afirma:

Poderia acontecer que não houvesse nenhum elemento particular ao qual o falante considera que está se referindo, que o que ele e talvez também a sua audiência considera que é conhecimento identificador de um elemento particular não seja conhecimento identificador, senão uma crença completamente falsa. Isto não é mais que um caso do que se poderia chamar sem controvérsia de uma falha radical de pressuposição de existência da referência identificadora.

Passo (II): O segundo passo é argumentar que alguém que no uso de uma sentença não faz referência, faz um uso ilegítimo desta sentença. A motivação para supor que um uso ilegítimo de uma sentença não é um enunciado em absoluto parece surgir, segundo Haack, do fato de que o contexto característico dos casos de uso ilegítimo do paradigma de Strawson não são afirmações e, uma vez que Strawson parece usar em 1950 “enunciado” e “afirmação” de modo intercambiável, isso leva a uma conclusão de que um uso ilegítimo de uma sentença não é um enunciado (Haack, 1980, p. 134). Acrescenta Haack, porém, que esta linha de pensamento é inaceitável. Não há razão pela qual a expressão “O rei da França é calvo” não deve dizer-se afirmativamente, por exemplo, por um francês monárquico ou por alguém que acreditasse que Pompidou era rei.

Observação a 1(c): É claro que é possível, como assinala Strawson em 1(c), rejeitar a teoria das descrições de Russell e, no entanto, sustentar uma teoria alternativa de acordo com a qual a falha radical de referência tivesse como resultado um enunciado falso. Isto é assim desde o momento que reconhecemos que não há razões para supor que a teoria de Russell seja a única que pode ter estes resultados. Assim sendo, concordamos com Strawson que a rejeição da teoria de Russell não nos obriga a abraçar a teoria das lacunas veritativas. Muito diferente parece-me, contudo, a afirmação de que o reconhecimento de que a existência do objeto referido pela descrição definida se pressupõe e não se assevera nos usos desta última, não implica aderir à teoria da lacuna veritativa. Creio que, sem dúvida, implica isso se entendo a relação de pressuposição como é defendida por Strawson em 1952 (p. 175). Segundo o que é exposto nessa obra, um enunciado E pressupõe outro enunciado E' se e somente se a verdade de E é condição necessária da verdade ou falsidade de E'. Assim, se se produz uma falha radical de referência, E' que no caso que nos interessa é um enunciado existencial, não pode ser verdadeiro, e como sua verdade é condição necessária da verdade ou falsidade de E, parece que E não pode nesse caso ser nem verdadeiro e nem falso. Está claro que poderíamos ainda, neste caso, evitar cair na teoria da lacuna

veritativa adotando um terceiro valor de verdade que seria tomado por aqueles enunciados que não são nem verdadeiros e nem falsos, contudo não parece ser isto o que Strawson estava pensando.

Observações a 2: Em 1979 Quesada expõe esta objeção de Strawson a Russell assinalando que a razão para ela reside em que uma negação de existência não contradiz uma oração como

(a) O atual rei da França é calvo.

O argumento de Strawson teria mais ou menos esta forma:

Como vimos nas páginas anteriores (a) implica, segundo a interpretação de Russell,

(c) Há na atualidade um rei na França

e portanto a negação de (c)

(f) Não há na atualidade um rei na França,

na medida em que contradiz a (c), deve contradizer a (a). Isto, porém é falso. Não diríamos que (f) contradiz a (a), ou que a pessoa que afirma (f) está contradizendo aquela que afirma (a). Strawson sustenta, além disso, que (a) não é verdadeira e nem falsa, dado que (a) pressupõe (mas, não implica) (c), e (c) é falsa. A negativa de Strawson de admitir que (c) é uma consequência lógica de (a), contudo, provém do fato de que se $\langle (a) \rangle$, $\langle c \rangle$ é uma implicação² da lógica bivalente clássica, então (a) é falsa se (c) o é e (f) parece implicar claramente que (c) é falsa; de

² Uma implicação possível para uma língua natural L de uma lógica ou sistema de lógica é um par ordenado $\langle G, A \rangle$, cujo primeiro membro é um conjunto de orações de L e o segundo uma oração de L; G e A são tais que a conjunção das orações do conjunto G implica intuitivamente a oração A, existindo, além disso, formalizações admissíveis de A e dos elementos de G no sistema em questão. Uma aplicação possível $\langle G, A \rangle$ é realmente uma aplicação de um sistema de lógica se, para toda a formalização admissível a de A e b de G, a é uma consequência neste sistema de b. Neste caso podemos dizer também que o sistema em questão dá conta (da correção) da inferência $\langle G, A \rangle$. (Quesada, 1979, p. 80-81).

mancira que (a) seria falsa se (f) fosse verdadeira e vice-versa. Assim (a) e (f) seriam contraditórias, o que segundo Strawson não está de acordo com nossas intuições.

Quesada, no entanto, assinala que a negação de uma oração pode ser de dois tipos: *assertiva* ou *refutativa*. Quando *negamos assertivamente*, afirmamos algo incompatível com a oração negada. Quando *negamos por refutação* simplesmente rejeitamos a oração negada sem nada afirmar com isso.

Assim, a negação de (a) poderia ser:

(g) O atual rei da França não é calvo (Negação assertiva).

Ou

(h) Não é certo que o atual rei da França seja calvo (Negação refutativa).

Porém, como assinala Quesada, esta é precisamente a distinção proposta por Russell entre representações primária e secundária de uma descrição.

A saber:

(g') Há uma entidade que é agora o rei da França e não é calvo.

E

(h') É falso que haja uma entidade que seja o rei da França e seja calva.

Quesada termina argumentando, no entanto, que na negação refutativa de (a) –, ou seja, em (h) – se diz algo que não somente é compatível com (f) senão que é trivialmente verdadeiro se (f) o é. Assim, pois, (f) implica intuitivamente (h). O último fato é o responsável de que a inferência de (f) para (g) seja intuitivamente incorreta. De modo que utilizando como formalizações de (g') e (h')

(d) $(\exists x) (F_x \cdot (y) (F_y \leftrightarrow x=y)) \cdot \neg G_x$

e

$$(e) \neg(Ex) Fx.(y) (Fy \leftrightarrow x=y). Gx$$

respectivamente, e

$$(j) (Ex) Fx$$

como formalização de (f) é possível dar conta da situação anterior sobre a correção da inferência de (h) a partir de (f) e da incorreção da de (g) a partir de (f) mediante a teoria russelliana das descrições. “De modo que, menos pelo fato de que do ponto de vista sintático o procedimento de formalização russelliano parece bastante estranho, a lógica habitual bivalente somada à teoria das descrições de Russell parece refletir a situação intuitiva” (Quesada, 1979, p. 86).

Acredito, todavia, que esta argumentação de Quesada não pode ser considerada convincente. Na realidade, creio que a força do argumento de Quesada reside em que considera (h') como uma paráfrase correta de (h). Suponho que Strawson se recusaria a admitir este último do mesmo modo que se recusou a admitir que “Existe um único indivíduo que é o atual rei da França e é calvo” é uma boa paráfrase de “O atual rei da França é calvo”. E como parece claro, admitir (h') como uma boa paráfrase de (h) é admitir também esta última paráfrase.

Referências

- FREGE, Gotlob. *Über Sinn und Bedeutung*, 1892. Versão espanhola in Simpson, 1973. p. 3-27.
- HAACK, Susan. *Lógica divergente*. Madrid: Paraninfo, 1980.
- _____, *Filosofía de las lógicas*. Madrid: Cátedra, 1982.
- QUESADA, J. D. Presuposiciones referenciales y lógica trivalente. In: *Teorema*, vol. IX-1, Valencia, 1979.

RUSSELL, Bertrand. On denoting. *Mind*, XIV, 1905, p. 470-493. Versão espanhola in Simpson, 1973, p. 29-48.

_____. Mr. Strawson on Referring. 1959. In: RUSSELL, B. *My Philosophical Development*, p. 238-245. Versão espanhola in: Simpsom, 1972, p. 87-96.

SIMPSON, Thomas Moro (Comp.). *Semântica filosófica, problemas y discusiones*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 1973.

_____. (Comp.). *Formas lógicas, realidad y significado*. Buenos Aires: Eudeba, 1975.

STRAWSON, Peter F. On Referring. *Mind*, IX, 1950. Versão espanhola in: Strawson. 1983. p. 11-39.

_____. *Introducción logical theory*. London: Methuen, 1952.

_____. Identifying Reference and Truth Values. *Theoría*, XXX, 1964. Versão espanhola in: Strawson. 1983. p.90-112.

_____. *Ensayos lógico-linguísticos*. Madrid: Tecnos, 1983.

WHITEHEAD, A. N.; RUSSELL, B. *Principia mathematica* to * 56. Cambridge: Cambridge University Press, 1962.

RÉPLICA A CARLOS E. CAORSI

Peter F. Strawson

O ensaio do professor Caorsi é dedicado ao controverso problema da falta de referência por parte dos termos singulares que são descrições definidas. (O ensaio faz uma breve alusão ao caso dos nomes, mas estes não constituem seu tema central). Caorsi expõe e discute os enfoques de Frege e Russell, o meu e os de dois de meus críticos (Haack e Quesada). Sua exposição e discussão são modelos de clareza; cada ponto sendo completa e adequadamente esclarecidos. O que me resta fazer é comentar os pontos tal qual ele os coloca e tentar esclarecer mais minha própria posição.

Não precisamos nos deter muito em Frege. Seja qual for a situação com os nomes, Caorsi assinala que é obviamente impossível excluir de uma linguagem logicamente aceitável a classe inteira das descrições definidas bem formadas que carecem de denotação. E a ideia de lhes atribuir uma referência arbitrária é, defende Russell, muito artificial para que mereça consideração.

No caso da teoria de Russell, a questão é diferente. Trata-se de uma teoria elegante e engenhosa que ainda tem adeptos, embora eu não seja um deles. O professor Caorsi expõe os argumentos que eu utilizei, estabelece distinções entre eles e acrescenta suas observações sobre os resultados.

Em minha opinião, o professor Caorsi aceita a minha distinção entre uma sentença, o uso de uma sentença e o proferimento de uma sentença. Eu sustentei que são as *sentenças* que possuem significado (significação), que são seus *usos* que são candidados ao seu valor de verdade (a serem avaliados como verdadeiros ou falsos) e que são seus *proferimentos* os que frequentemente, se bem que não necessariamente, geram um uso genuíno (ou, poderíamos dizer, usando uma velha terminologia, os que geram proposições). Embora aceite a distinção em geral, no entanto, Caorsi levanta uma dúvida acerca de minha explicação do significado das sentenças e afirma que detecta uma diferença entre duas posições distintas que eu tenho adotado em diferentes publicações.

É fácil esclarecer esta dúvida. Eu afirmei que o fato de uma sentença (declarativa) ter significado consistia simplesmente na *possibilidade* de que seja usada (ou tenha sido usada) para expressar uma proposição, para dizer algo que é verdadeiro ou falso. O professor Caorsi cita como exemplo “O rei do Uruguai é calvo”, assinalando que é no mínimo altamente improvável que, segundo a minha concepção (que se opõe à de Russell) sobre as descrições definidas, esta sentença possa algum dia ser proferida para dizer algo verdadeiro ou falso. Minha breve resposta aqui é que o tipo de possibilidade que eu tinha em mente era uma possibilidade lógica, não uma possibilidade prática ou natural.

Agora vou me referir à suposta diferença entre as concepções que expus em 1950 e as de publicações posteriores (1952 e 1964). Ambas as concepções incluem a doutrina de uma falha no valor de verdade como uma consequência de uma falha na referência por parte de um termo sujeito singular que forma parte de uma sentença tal como é proferida numa ocasião dada. Na primeira concepção, porém, segundo sugere o professor Caorsi, a falha é representada como uma consequência do fracasso dos proferimentos em questão de produzirem um uso *genuíno* da sentença (i.e., o fracasso de produzir uma *proposição*). Ao contrário, na segunda concepção, ele argumenta, a lacuna veritativa resulta unicamente da falsidade do enunciado existencial que é *pressuposto* pelo enun-

ciado asseverado (aqui a pressuposição é entendida como uma relação entre enunciados tais como que se S1 pressupõe S2, a falsidade de S2 priva S1 da possibilidade de ser verdadeiro ou falso).

Então, é certo que parece que estas duas concepções são mutuamente incompatíveis. E se equipararmos “proposição” e “enunciado”, elas são, de fato, formalmente incompatíveis, dado que uma nega e a outra parece admitir a produção de um enunciado/proposição nos casos em questão. Aliás, é verdade que na publicação de 1964 eu explicitamente admito a conveniência do termo “enunciado” neste caso, quando escrevo: “Podemos reconhecer o caráter de suas *intenções* e a *natureza de sua atuação na fala* ao dizer que faz um enunciado” (*Ensayos Lógico-Linguísticos*, p. 100). Trata-se, com efeito, de um reconhecimento do caráter formal do que ele disse, assim como da intenção com a qual o disse. Eu logo afirmo, porém, que suas intenções são frustradas pelo fracasso da referência, e que o que ele disse não é o enunciado que ele pretendia fazer. Eu explicaria isto agora observando que embora o que ele disse qualifica-se *formalmente* como *enunciado*, não consegue, por falta de referência, expressar uma *proposição*. Utilizando os termos de Austin, trata-se de um “vazio por falta de referência”. Podemos continuar, se quisermos, a usar o termo “enunciado” em tais casos, mas o termo perde a força de seu “conteúdo proposicional”. A sentença usada é significativa porque é logicamente possível que seja usada para expressar uma proposição. Nos casos em que analisamos a possibilidade, contudo, não se verifica, e não se expressa proposição alguma, embora uma vez mais, se quisermos, podemos dizer que se faz um enunciado ou asserção.

Desta maneira, sugiro agora que a última abordagem (1952, 1964) pode e deve ser assimilada ou reconciliada com a primeira (1950). Admito, todavia, que as formulações que empreguei não tornam isto imediatamente claro, pois não distingo explicitamente entre o uso meramente formal do termo “enunciado” e seu emprego com o sentido total que agora atribuo ao termo “proposição”. Caorsi, portanto, está plenamente justificado em empregar o termo “enunciado” como o emprega.

Devo expressar meu total acordo com outros dois pontos expostos por Caorsi. Ambos reconhecemos que a doutrina da lacuna veritativa não é uma consequência necessária da rejeição da Teoria das Descrições de Russell. Há outros métodos, além do de Russell, para permitir que a falha da referência por parte de um termo sujeito singular implique a falsidade do que se diz. E também há teorias que permitem a existência de um terceiro valor de verdade. Como mostra Caorsi, nenhuma dessas possibilidades me atraiu (ou me atrai). Referir-me-ei agora a Haack e a Quesada tal como foram citados por Caorsi.

O ponto mais substancial de Haack refere-se aos casos em que existe certamente algo específico que o falante quer expressar, isto é, que tem a intenção de se referir mediante o uso de uma descrição singular definida, mas no qual esta descrição não é de fato verdadeira em relação a este algo específico em questão ou não é corretamente aplicável ao mesmo. Seu exemplo é “O rei da França é calvo” expressado por um francês monárquico moderno ou por alguém que por engano supõe que o atual presidente da França é o rei deste país. No primeiro caso, a pessoa em particular a que se faz referência, isto é, o objeto da referência segundo a intenção do falante poderia ser, por exemplo, o Conde de Paris, e no segundo caso, o senhor Mitterand.

Esses casos deveriam certamente ser distinguidos dos casos de uma falha *radical* da referência (isto é, os casos aos quais eu havia me dedicado originalmente, nos quais não existe nenhuma pessoa em absoluto que responda àquilo a que o falante queria referir-se, porque o falante estava, suponhamos, enganado, confundido, iludido ou autoiludido). Em relação aos casos que Haack expõe como exemplos, penso que temos uma escolha entre duas coisas a dizer. Em primeiro lugar, podemos aceitar a intenção do falante afirmando que este, de fato, ressalta uma proposição verdadeira ou falsa acerca da pessoa que é objeto de sua referência, mas que por utilizar uma descrição incorreta desta pessoa não consegue dar uma expressão satisfatória à proposição afirmada. Alternativamente poderíamos adotar uma posição mais rígida, de que a mera

existência de um objeto de referência na intenção do falante não é uma condição suficiente para a expressão de uma proposição; que é necessário, além disso, que o termo singular empregado seja corretamente aplicável a este indivíduo; de tal forma que, o que o falante disse em tal caso é mais um exemplo de uma falha em expressar uma proposição e, portanto, carece de valor de verdade. Eu pessoalmente inclino-me para a primeira – e mais generosa – alternativa. Em outros trabalhos¹ tratei mais detalhadamente destes e outros casos.

Algumas concessões devem ser feitas a Haack. Em primeiro lugar, é evidente que a distinção entre o significado de uma sentença e a proposição, se houver, expressa num proferimento de uma proposição é ociosa no caso das sentenças perfeitamente gerais, por exemplo, das Ciências Naturais ou das Ciências Matemáticas puras. Nestes casos é relativamente inócuo dizer que as sentenças-tipo em si mesmas têm um valor de verdade, embora isso conduza ao engano se se perde de vista sua natureza qualificativa. Mesmos nos casos (a maioria) em que é claramente incorreto dizer que uma sentença-tipo, considerada fazendo-se abstração de qualquer uso da mesma, que ela tem um valor de verdade, certamente a lógica pode ocupar-se adequadamente destas sentenças apenas no seguinte sentido: dizer que a sentença “Está chovendo e não tenho guarda-chuva” implica logicamente ou acarreta a sentença “Está chovendo” é uma forma breve e perfeitamente aceitável de dizer que qualquer proposição expressa pela primeira sentença implica logicamente ou acarreta uma proposição expressa pela segunda.

E assim chego ao limite das concessões que faço a Haack.

Finalmente, e de forma breve, referir-me-ei a Quesada. Digo “de forma breve” porque concordo essencialmente com o espírito do veredicto que, sobre o argumento de Quesada, Caorsi expõe em seu último

¹ Cf. “Direct Singular Reference: Intended Reference and Actual Reference”. In: *Wie Steht die Analytische heute*. Ed. Nagl and Heinrich. R. Oldenbourg Verlag, Wien Munchen, 1986.

parágrafo: que é inconclusivo. A distinção crucial é a que o próprio Quesada estabelece entre “negação assertiva” e o que chamo “negação refutativa” de “O rei da França é calvo”. A primeira delas (a negação assertiva) preserva a pressuposição existencial e, portanto, nas atuais circunstâncias, sofre da mesma falta de valor de verdade que a expressão afirmativa. A segunda (“a negação refutativa”) é algo um tanto diferente: trata-se de um comentário metalinguístico *sobre* a expressão afirmativa, refutando-a por carecer de valor de verdade com base na falha da pressuposição existencial. Este tema é tratado com grande cuidado e sutileza pelo doutor Noel Burton-Roberts em seu livro *The Limits of Debate: a Revised Theory of Semantic Presupposition*, publicado pela Cambridge University Press em 1989.

Gostaria de concluir estes comentários insistindo sobre a excelente impressão que me causou a admirável clareza da análise do professor Caorsi.

STRAWSON E A METAFÍSICA

Juan C. D'Alessio

Strawson distinguiu dois tipos de metafísica ao contrastar a metafísica descritiva e a prescritiva. Embora haja diferenças cruciais entre elas, a tarefa que realizam quando estão associadas é importante. Disto se segue que estão estreitamente envolvidas e que há conexões importantes entre ambas: a tarefa da metafísica descritiva consiste num efetivo exame de nossos pensamentos acerca do mundo, enquanto que a chamada metafísica prescritiva é revisionista dos mesmos e, portanto, busca produzir uma estrutura melhor. Na história do pensamento temos interessantes exemplos de um e de outro caso, mas é de privilegiar, segundo este autor, os resultados desta última. Tenho assinalado, entretanto, que uma é interdependente da outra, posto que sem a primeira não teríamos a ocorrência da metafísica prescritiva como material a revisar. Exemplos de aguda originalidade se dão em ambas as modalidades de pensamento.

Um dos resultados de sua articulação consiste no fato de que a natureza ontológica das entidades em questão é considerada crucial para que se cumpram as condições para ser satisfatoriamente incluídas entre as entidades. Isto se cumpre no caso particular de Strawson, no sentido de que as entidades às quais se atribuem certas características precisam ser aquelas que cumprem as condições adiantadas por este autor.

Por outro lado, quando nos perguntamos acerca de qual é a Filosofia da Linguagem defendida por Strawson, a resposta é que o seu papel cumpre um rol crucial no pensamento deste filósofo, não somente para compreender os meios para descrever a realidade, senão também para explicá-la. Este autor considera que um atento exame do uso das palavras é o melhor e realmente o único método seguro em Filosofia. Nesse sentido é oportuno assinalar que esta concepção da linguagem desautoriza, em princípio, tentativas de redução das expressões a outras expressões ou de entidades a outras entidades supostamente menos complexas.

É interessante notar, uma vez que não constitui um tema central desta exposição, que os parâmetros deste antirreduccionismo, que assinalamos, não possuem a consequência de priorizar a linguagem, mas sim a de ter diante desta uma determinada postura. Igualmente, ser ontologicamente antirreducionista não é consequência de ser simplesmente um pensador que privilegia aspectos ontológicos, senão de sê-lo de um modo qualificado, isto é, dependerá do tipo particular de ênfase que é o caso em cada um destes dois âmbitos.

Uma vez feita esta apresentação geral, começaremos a desvendar como funcionam diante da sua análise dos particulares.

Vemos que há uma característica que não é levada em conta por Strawson. Com efeito, este autor não considera a natureza das relações dos particulares aos quais se aplicam os termos que se julgam aplicáveis a indivíduos. Atentamos para o fato de que tais relações podem mostrar variações relevantes e interessantes, dependendo do *status* ontológico das entidades às quais sejam aplicáveis termos de individuação.

Acreditamos que Strawson não leva em consideração a ontologia dos particulares quando substitui expressões descritivas por outras ao que parece logicamente equivalentes àquelas, edificadas estas a partir de expressões que descrevem dados sensoriais.

Naturalmente, um argumento que se pode adiantar é que estas expressões aparecem como logicamente equivalentes somente em concepções que consideram uma estreita relação entre estas duas entidades, a saber, objetos e dados sensoriais. Uma postura suspeita ante as bases do pensamento empirista poderia questionar tal relação estreita e indagaria se a suposta equivalência lógica é tal. Descobrir-se-ia que a mesma se desvanece rapidamente, haja vista que é possível que um dos enunciados que descreve uma delas seja verdadeiro enquanto que o enunciado que descreve a outra entidade seja falso. Esta dependência da natureza do dado sensorial e dos enunciados que o referem pode ser pormenorizada com maior detalhe e a isso nos dedicaremos na sequência.

É dentro desta linha de análise que se insere nossa pergunta: Em que medida Strawson está consciente que a provisão da estrutura formal da qual seguem as proposições do tipo adiantado têm a ver com a aceitação ou recusa do empirismo neste campo?

Consideramos que fica condicionado aos termos aplicáveis às propriedades que estas sejam traduzidas em termos de enunciados condicionais. Nesse sentido, o problema é saber se os termos disposicionais, como os mencionados, podem ter o mesmo valor de verdade que preveem os enunciados nos quais os mesmos são substituídos por aqueles que proveem a característica de evidência.

Consideramos que nesta tentativa de assimilação se tem previsto uma apresentação aplicando termos apropriados para sensações, traçando assim um paralelo que não consegue distinguir a diferente situação ontológica entre ambas as entidades; ademais, isto embaça consequentemente a diferença etimológica, a linguística e a epistemológica, por conseguinte, com um empobrecimento da exposição em geral.

Quando desejamos realizar as assimilações supostas pelo empirismo não é difícil ver que nos termos disposicionais têm sido incluídos os poderes informativos da linguagem e subsequentemente os explicativos.

Esta é uma tendência à supersimplificação, posto que o interessante seria, seguindo uma proposta enfatizada persistentemente pelo professor Strawson, lograr uma tipologia destas distintas funções, lugar no qual lamentavelmente deter-se-ia a influência da perspectiva empirista, dado que entendemos que a linguagem não apresenta características que deem aval à hipótese de que se ajusta a mesma.

Uma conclusão a que chegamos ao fazer esta análise é que o tipo de exame ao qual fazíamos antes referência não esclarece a natureza dos métodos empregados. Uma pergunta que pode ser feita consiste em indagar em que medida a estrutura semântica e conceitual originada no empirismo é suficiente para expressar o que é requerido pelo uso de nossa linguagem. Em relação à exposição anterior pode-se perguntar em que medida estas exposições são compatíveis com outras posições.

Vejamos a observação anterior com certo detalhe. Partindo da distinção já adiantada entre dois tipos de metafísica que este autor considera, a metafísica revisionista fornece-nos exposições cuja importância e interesse são permanentes, os quais constituem episódios-chave na história do pensamento. Em contraste, autores como Kant e Aristóteles são colocados como metafísicos descritivos.

Dentro desta exposição havíamos assinalado os vínculos entre metafísica descritiva e prescritiva. A nós interessam os vínculos que se presume que a primeira delas tem com o ceticismo. Strawson estabelece que esses vínculos são estreitos e que a metafísica descritiva pode enquadrar-se dentro das formas do pensamento assimilável ao ceticismo e a um projeto de análise filosófico e conceitual. Nesse contexto indica-se que a metafísica leva a cabo a tarefa de expressar e propor esquemas conceituais e mudanças nos mesmos: uma maneira de registrar e expressar os estilos de pensamento e as direções que tomam. Seria um erro, no entanto, pensar a metafísica somente neste aspecto histórico. Há algo central ao espírito humano, a seu pensamento e, portanto, à Filosofia, que não tem história. Certas características, categorias e conceitos funda-

mentais não mudam. São lugares comuns do pensamento. É com estes e suas combinações e conexões fundamentais e com as estruturas resultantes delas que se constituem os conteúdos das metafísicas descritivas.

Levando-se em conta este ponto de vista é pouco provável que uma novidade genuína surja neste tipo de atividade do pensamento assim caracterizado. A metafísica descritiva tem uma longa e distinta história e é improvável que novas verdades sejam descobertas, isto se dá antes a partir de exposições revisionistas. Isto não significa que a tarefa da metafísica descritiva tem sido ou pode ser feita de uma vez por todas. Consequentemente o aspecto revisionista significa que a metafísica encontra-se numa tarefa de redescoberta e redimensionamento das velhas verdades, a partir de um panorama mais amplo.

Este ponto de vista claramente está constituído a partir de um enfoque realista, atendendo ao fato de que o conteúdo da descrição em questão ajusta-se a descrever a estrutura real de nosso pensamento acerca do mundo. Neste sentido, a metafísica revisionista está destinada a produzir uma melhor e mais detalhada descrição do mundo.

De acordo com Strawson, as produções da metafísica revisionista são sempre interessantes e constituem permanentemente episódios-chave na história do pensamento. Com isto talvez fique visível que tal tarefa não pode ser realizada de uma vez por todas de um modo permanente. Uma diacronia em algum sentido epistemológico parece assinalar-se à tarefa, uma constante sujeição à mudança, à revisão e ao aprofundamento e, talvez, nesse sentido, seus momentos cruciais aparecem ao mesmo tempo, paradoxalmente como pontuais e como móveis. Dito de outro modo, relativizados.

Isto obedece a certa característica de nosso sistema conceitual: (segundo a exposição de Strawson que passamos a considerar) o sistema conceitual tem um único e simples marco espaço-temporal para seus objetos, porém este é incompleto, devemos descobrir novos lugares ocupados por novos objetos nele.

Temos uma complicação adicional: essa diretiva oferecida como condição para que tenhamos um único sistema espaço-temporal de objetos físicos não nos provê, em relação com sua falta de completude, tampouco regras completas de individuação, não de identidades que sejam autossuficientes, vale dizer, que não basta que possamos dizer “a mesma coisa”, também devemos estar em condições de dizer “o mesmo lugar” e para o caso, “o mesmo instante”.

Suponhamos que encontremos um objeto x num tempo t e o reidentifiquemos logo em um tempo t' , parece que o fato de que saibamos quais são as relações espaciais a respeito de um objeto não basta para que conheçamos quais são suas relações temporais, quer tanto especificamente a respeito deste, quer com respeito ao espaço eventualmente implicado com sua identificação.

Temos inclusive dificuldade, neste contexto de crítica, de captar o possível sentido das expressões como “se reidentificamos mais tarde em t' ”. As dificuldades do uso desta expressão, não consideradas por Strawson, são muito interessantes e ilustrativas de uma dificuldade básica a nosso entender, mas seu tratamento neste lugar nos afastaria do tema principal desta exposição. Basta assinalar que tal expressão é muito importante e crucial em alguns interessantes exemplos que ele usa, assim como para organizar séries não bem ordenadas do tipo das que se estabelecem a partir de séries geradas por relações não transitivas, como “ser contemporâneo de”.

Tornemos a um aspecto da questão espacial dos procedimentos de identificação que nos recomendam. Suponhamos que estamos em condições de estabelecer os critérios de nosso esquema conceitual de um sistema espaço-temporal único para a identificação de indivíduos, e especificamos em seus termos, as condições de identificação de “mesmo objeto”, no entanto isto não é suficiente, posto que considero que é igualmente fundamental e importante estar em condições de prover critérios adequados e independentes de aplicação de “mesmo lugar”. E como indicamos, de estar em condições de resolver as complexida-

des previsíveis para a provisão de critérios de identificação de "mesmo tempo" (isto é, o mesmo instante – ou lapso – temporal) de um modo independente.

Exploremos este tratamento por parte de Strawson. Suponhamos que encontro um objeto x num tempo t e reidentifico x mais tarde em t' . Então parece que o fato de que saiba quais são as relações espaciais, e o fato de que saiba quais são as relações espaciais de um objeto y em t , e as relações espaciais que um objeto y possui com um objeto x em t , e as relações espaciais que um objeto z possui com x em t , não se segue que saiba algo acerca das relações que um objeto y tenha com um objeto z em t ou as que estes mantenham em t' .

Ainda que operemos com a estrutura de um único sistema espaço-temporal deve haver a possibilidade de uma resposta independente a uma possível pergunta com uma formulação deste tipo: a) Quais são as relações espaciais que os objetos possuem e que proveem critérios de identificação enquanto tais? b) Quais são as relações espaciais que os objetos possuem, bem como suas inter-relações espaciais, tais que estas não autorizam uma derivação transitiva sem uma ulterior fundamentação?

Com efeito, o fato de que saibamos quais são as relações espaciais em que um objeto x e um objeto y se encontram e saibamos as relações espaciais que um destes tem com um objeto z , não significa que tenhamos a relação em que dito objeto se encontra a respeito do outro.

Este problema aplica-se quando nos deparamos com o tema da reidentificação complicado com a questão da diferença temporal envolvida. Se operarmos com uma única estrutura espaço-temporal devemos estar em condições de responder a segunda pergunta do tipo: Qual é, em relação com a posição espacial de z em t , a relação espacial de y em t' ? Isso exigiria que pudesse responder a essa pergunta embasado nas rela-

ções espaciais de y e z em t , o que por sua vez exigiria sermos capazes de reidentificar não somente particulares senão também lugares espaciais e lugares temporais.

Estes requisitos sugerem carências na filosofia de Strawson, no seguinte sentido: existe a crença de que a identificação e a reidentificação de lugares não é algo muito diferente da reidentificação de lugares *mais algo*, mas se cremos que pode e deve ser um procedimento independente, isto por sua vez requer um tipo muito intrincado de compreensão – esquema conceitual –, o qual envolve por sua parte uma detalhada aproximação e descrição.

A exposição de Strawson poderia tender a uma solução em termos de um *interplay*, interação, entre estes dois aspectos. Por um lado, os lugares são definidos por sua relação com as coisas, por outro, nos encontramos com o fato de que um dos requerimentos para a identificação de entidades materiais, as quais têm diferentes procedimentos, é sua existência em relação com o tema da continuidade espaço-temporal.

Diante disso nos ocorrem várias objeções de distinta natureza. Uma delas, sobre a qual não vamos nos deter, é que este tratamento não admite um fato epistêmico incontrovertível e há ainda uma incidência topológica que não ficaria registrada pelo procedimento recomendado da interação.

Outra, a qual tampouco nos propomos pormenorizar, é que não fica claro se os aspectos espaciais e os aspectos temporais oferecem por sua vez esta regra de interação ou não. Da resposta a tal alternativa surgiram diferenças cruciais no tratamento da natureza do espacial e do temporal, por um lado, e do espacial, por outro, e também dos parâmetros de identificação e/ou de especificação, com a conseqüente transformação epistêmica que é envolvida.

Uma terceira seria que um requisito como o expressado impede, para muitos tipos de entidades, que um particular x em um lugar l e num momento t seja o mesmo que num alternativo l' e num alternativo t' .

Embora tendamos a concordar com esta descrição de uma limitação de nossos critérios de identificação neste sentido, estaríamos muito mais cautelosos a respeito da linha de argumentação sobre a qual edificar tal operação corrente em nosso sentido comum e explorável em nossos dêiticos.

O argumento de Strawson reforça sua proposta de base acerca de um conjunto contínuo espaço-temporal singular e unitário. Este requisito supõe que para conjuntos de lugares espaciais há uma série temporal isomórfica com o agregado forte de que ambos os conjuntos sejam conexos (cada um por sua parte) e, além disso, biunivocamente enlaçáveis aos efeitos de assegurar contiguidade. Se este requisito torna-se muito forte não conseguimos vislumbrar claros parâmetros para sustentar tão forte aceitação.

Ademais, este critério, como já ficou assinalado, submete-nos à perplexa circunstância de que os critérios de identificação das coisas baseiam-se nos critérios de identificação dos lugares e estes baseiam-se nos critérios de identificação das coisas. Esta é outra circunstância em que se torna oportuna a crítica. A base desta exposição torna-se implausível, posto que este assinalado encontro intimida nossa perplexidade e nossa flagrante incomodidade ontológica, lógica e epistemológica em contraste com a ponte argumentativa que Strawson elege diante desta questão.

A nosso juízo todo este enfoque tem um desenlace imediato, claro e inquestionavelmente ligado a uma proposta de base. O desenlace consiste em privilegiar alguns tipos de entidades como *básicas* para a determinação da categoria de nosso esquema conceitual geral, isto é, sustentamos a nossa noção de particular basicamente a partir dos particulares materiais dos quais aquela descrição anterior mais negativa tem a notar algo de perplexo, ali onde desemboca de um modo natural.

Em nosso ponto de vista essa descrição leva implícita esta consequência, até supomos que estava argumentativamente destinada a desencadeá-la. Também entendemos que há neste argumento o mesmo tipo de interdependência que a argumentação mesma exhibe, isto é, o argumento em termos de uma interdependência entre a) esquemas conceituais de contínuo espaço-temporal e b) critérios de individuação, resulta especular como se estabelece a interdependência entre identificação de particulares e identificação de lugares no esquema. Em outras palavras, para colocá-lo em termos de proporcionalidade, o esquema conceitual está para os critérios como os particulares materiais estão para os procedimentos de identificação de lugares no esquema. Se concordarmos a respeito disso, temos um enfoque em termos de um esquema espaço-temporal simples e único que privilegia os particulares materiais e *vice-versa*.

Nessa perspectiva este tipo de argumentação, longe de deixar provado um ponto de vista sustentado em fatores externos às necessidades intrínsecas da posição que pretendo demonstrar, faz uso de um poder de apresentação que não chega a ser argumentativo, em cujo caso tenderíamos a vê-lo como uso expressivo de uma postura filosófica mais do que como argumentos a favor dela.

Com efeito, o esquema escolhido como válido explica nossos critérios de identificação, ou seja, é operativo, somente quando escolho critérios empiristas de identificação e, conseqüentemente seleccione em concordância determinadas entidades como básicas, movido por aspectos reducionistas de uma gnosiologia não sujeita à revisão. Lamentavelmente, quando saímos do marco geral desta proposta, é possível ficar perplexo diante da mencionada interdependência. É possível classificar ela mesma como sintomática, em um duplo sentido: como algo que remete a algo ou deixa transparecer algo distinto dela mesma, e também no sentido médico, a saber, expressando um desvio do saudável. Não saudável é para um filósofo suspender a perplexidade, conformar-se com casos satisfatórios antes de ter tentado a tipologia, não passar pela minuciosa

revisão e exploração de diversas instâncias. Este é um conselho prático de vastos alcances, levado à prática e sugerido a outros por este autor que nos ocupa, salvo numa condição como esta em que os supostos prévios escapam a sua perspectiva e não podem ser tematizados por ele.

Para concluir meu ponto de objeção quero apresentar dois exemplos que exibem que a possibilidade distintiva existe e que outro paradigma poderia ser considerado descritivo da situação, com algumas eventuais vantagens.

- a) Se se tomam como particulares básicos os eventos no lugar dos particulares materiais.

Na consideração de Strawson temos que estes são realizados ao nível dos fatos particulares. Argumentamos, segundo nosso entendimento de forma exitosa, que os níveis de realização dos eventos a cargo dos fatos particulares materiais dão uma descrição empobrecida de tais fatos; que no âmbito epistemológico essa redução não pode ser levada a cabo e seguir aplicando as categorias explicativas e conceituais que correspondem a estes níveis ontológicos, não facilmente assimiláveis nem ao enfoque gnosiológico nem ao enfoque ontológico empirista; porém, o que é muito importante, não tão facilmente prescritível de nossa conceitografia de base para uma pintura sensível de nossas categorizações conceituais efetivas no âmbito de diversas atividades que abarcam desde a linguagem ordinária como as distintas atividades científicas, para somente nomear duas delas.

- b) Outro exemplo que me interessa particularmente deixar expressamente assinalado, e com isto deixo a lista aberta, constitui o caso das intenções, não consideradas por Strawson.

Se consideramos os critérios que nosso autor prevê no Capítulo 3 sobre a noção de pessoa, poderia nos surpreender que não mencione para nada esta característica que, em nossa opinião, é das mais peculiares e representativas para a apresentação dos critérios de pessoa.

É claro que caracterizações em termos de intenções, tomando-as como entidades, dificilmente aceitaríamos um tratamento dentro do marco conceitual regido pela unicidade e singularidade de um contínuo espaço-temporal.

Com certeza não seria oportuno, pertinente ou apropriado um tratamento deste tipo de entidades em termos de acontecimentos espaço-temporais, os quais prescreveriam, mas apenas se pormenorizados os critérios de atribuição e/ou os de singularização.

Nem disposições e nem intenções são espaço temporalmente identificáveis de um modo taxativo. Há razões de tipo linguístico que o asseguram no âmbito da linguagem ordinária. Há razões de tipo epistemológicas que o corroboram no plano dos usos científicos da linguagem para este tipo de conceitos e suas correlativas ontologias.

Nesse sentido entendemos que os riscos deste tipo de exposição vão mais além de uma mera caracterização em termos de uma provável *petito principii* (ao que fazemos referência com nossa censura sobre a interdependência do argumento) senão que, acima daquela questão meramente formal, há outra mais substancial e que é de tipo conceitual: preocupa-nos o empobrecimento ontológico, gnosiológico, e epistemológico que envolve.

E inquieta-nos também que não chegamos a perceber que seria uma compensação suficiente e justificada (nem a que nível a obteríamos) para tal tipo de perda.

RÉPLICA A JUAN C. D'ALESSIO

Peter F. Strawson

Em seu judicioso artigo o doutor D'Alessio expressa um ceticismo sério e meditado no que diz respeito à explicação que dei na primeira parte de *Individuals*, daquilo que sustento ser o caráter fundamental de nosso esquema conceitual, isto é, da estrutura de ideias em termos da qual pensamos a realidade. Ele chama a atenção acerca da inter-relação que encontro entre: 1) nosso operar com o esquema de um sistema espaço-temporal unificado e único; 2) a interdependência de nossas capacidades para reidentificar objetos, por um lado, e lugares, por outro; 3) nossos critérios de individuação dos últimos [lugares]; 4) a posição básica ocupada na totalidade do esquema conceitual pelas coisas materiais que ocupam espaços e são relativamente duráveis (incluídas as pessoas). Ele vislumbra alguns problemas internos nesta explicação, particularmente com respeito ao tempo, mas sugere mais seriamente que os requeridos fatos em sua defesa padecem da carência séria de algum suporte externo, independentemente, com a consequência de que há um ar de *petito principii* (ou circularidade) no conjunto.

Conectada com esta última acusação encontra-se outra que poderia parecer ainda mais grave, a saber, que a explicação oferecida é uma explicação gravemente empobrecida, tanto do ponto de vista ontológico quanto epistemológico. Isto nos deixa com uma visão exaurida tanto da realidade quanto de nosso lugar nesta, de nosso conhecimento desta e

nosso pensamento sobre ela. Os *eventos* e as *intenções* são duas categorias de itens que D'Alessio menciona em particular como merecendo um tratamento mais significativo. Afirma que o primeiro não recebe e o segundo não poderia receber em meus termos um tratamento adequado. Na realidade sugere, em relação aos eventos, que estes, em vez dos objetos materiais, poderiam vantajosamente ser tomados como os particulares básicos.

Minha reação inicial e natural consiste em assinalar que os eventos são, em sua maior parte, as ações de, ou acontecimentos para, substâncias individuais e que a identificação de eventos particulares de um tipo dado envolve normalmente referências a substâncias individuais em questão. Agora, porém, inclino-me a pensar que esta é uma resposta inadequada e a dizer que às vezes se parece mais com uma mútua interdependência, enquanto identificação entre eventos particulares e substâncias individuais. Desse modo, estou preparado para promover eventos particulares em paridade de *status* com coisas materiais particulares e pessoas até onde concerne a seu *status* ontológico como particulares de base. Se isto é correto dificilmente há algum problema adicional acerca das intenções. Porque estas são essencialmente passíveis de serem atribuídas aos indivíduos nas listas de suas ações (eventos) por meio da explicação de sua conduta verbal e não verbal. O que se sustenta para as intenções se sustenta também *mutatis mutandis* para as propriedades disposicionais.

Espero mostrar deste modo ao menos uma boa vontade para responder positivamente à acusação de empobrecimento e sou grato ao doutor D'Alessio por sensibilizar-me ante o problema.

A METAMETAFÍSICA DE STRAWSON: Identificação Versus Individuação

Jorge J. E. Gracia

Em 1959 P. F. Strawson publicou um livro intitulado *Individuals*, que teve um êxito instantâneo e que, desde então, converteu-se num clássico da Filosofia contemporânea.¹ O livro contém muitas análises profundas de noções filosóficas e apresenta soluções frequentemente originais e brilhantes a problemas que têm preocupado os filósofos ao longo dos séculos. O aspecto mais surpreendente do tratado, porém, é que se apresenta como uma investigação metafísica. O surpreendente provém de dois fatores. Em primeiro lugar, surpreende encontrar um livro de filosofia inglesa investigando a metafísica numa época em que a filosofia anglo-saxã havia chegado à conclusão de que a metafísica era uma disciplina inútil, cujos ditames careceriam de sentido e cujos problemas eram somente aparentes. Em segundo, é surpreendente que Strawson considere seu livro um tratado de metafísica, pois a obra não trata de metafísica no sentido tradicional da palavra, mas, como mostrarei mais tarde, daquilo que prefiro chamar metametafísica.

¹ A edição que usarei é a Garden City, Nova York: Anchor Books, Doubleday and Co., Inc., 1963. As referências às páginas pertinentes serão colocadas entre parênteses na continuação do texto.

Neste resumido texto proponho-me mostrar, primeiro, que a metafísica de Strawson não é metafísica num sentido tradicional e, portanto, que a tese sobre a natureza de sua investigação perde o brilho de surpresa que originalmente causa. Em segundo lugar, tento explicar como a metafísica tradicional que Strawson rejeita tem, no entanto, um campo de investigação próprio e distinto daquele da disciplina que ele pratica. O trabalho divide-se em duas partes. A primeira, mais breve, versará sobre a distinção que Strawson faz entre “metafísica descritiva” e “metafísica revisionária”² e a segunda, um pouco mais ampla, tratará sobre o problema da individuação e sua relação com o problema da identificação. O argumento da primeira parte é destinado a mostrar como a distinção de Strawson revela que sua concepção da metafísica não é a que tradicionalmente se tem entendido por metafísica, senão uma metametafísica. Na segunda parte apresento um exemplo de como a concepção da metafísica de Strawson deixa sem resolver problemas metafísicos tradicionais e indico a diferença fundamental entre estes problemas e os que preocupam o autor.

Metafísica descritiva e metafísica revisionária

Strawson apresenta a distinção entre “metafísica descritiva” e “metafísica revisionária” na introdução do livro que mencionamos anteriormente. A metafísica descritiva, em suas próprias palavras, “se contenta em descrever a estrutura atual de nosso pensamento sobre o mundo [enquanto que] a metafísica revisionária trata de produzir uma estrutura melhor” (p. xiii). Destas duas metafísicas, Strawson adota a primeira. Com efeito, segundo ele, o produto das melhores metafísicas revisionárias é admirável, mas a utilidade filosófica permanente delas

² Prefiro a tradução de *revisionary* como “revisionária” e não como “revisionista” por sua semelhança com o termo “reacionária”, que sem dúvida revela corretamente a atitude de Strawson com respeito a ela.

deriva exclusivamente de saber até que ponto contribuem para o desenvolvimento da metafísica descritiva, pois a metafísica revisionária está a serviço da descritiva. Aristóteles e Kant são bons exemplos de metafísicos descritivos, segundo Strawson, enquanto que Descartes, Leibniz e Berkeley praticaram a metafísica revisionária.

Mostrarei de três formas que a distinção de Strawson implica uma concepção da metafísica como metametafísica muito diferente da concepção tradicional. Em primeiro lugar, porque ambos os termos da distinção de Strawson implicam uma concepção metametafísica da metafísica. Em segundo lugar, porque como consequência da primeira razão, Strawson ignora a concepção tradicional da metafísica. E, em terceiro lugar, porque ele explicitamente favorece uma metafísica descritiva, cujo caráter é sem dúvida metametafísico.

Começando, então, com o primeiro ponto, pode-se perceber que Strawson mantém uma concepção metametafísica da metafísica, dado que ambos os termos da distinção que apresenta a metafísica descritiva e a revisionária implicam uma concepção metametafísica da disciplina. Da natureza metametafísica do primeiro termo não fica dúvida, pois a descrição de nossas estruturas conceituais que, por sua vez, presumem ser descrições do mundo, é necessariamente uma empresa metametafísica se a metafísica tem a ver, por sua vez, com a descrição do mundo. Considere-se, por exemplo, as duas proposições seguintes:

(I) A causa de X é Y.

(II) Na estrutura conceitual M, a causa de X é Y.

Estas duas proposições não são equivalentes. Na primeira descreve-se ou estabelece-se um fato sobre o mundo: que Y é a causa de X. Na segunda, porém, descreve-se um fato mental: que dentro de certo esquema conceitual, Y é considerado como a causa de X. Para nos darmos conta de quão diferentes são estas proposições, no entanto, se é

que o que foi dito não é suficiente, basta que substituamos as variáveis X, Y e M pelos valores respectivos "o mundo", "Deus" e "tomista", por exemplo. Esta substituição resulta nas proposições seguintes:

(I') A causa do mundo é Deus.

(II') Na estrutura conceitual tomista, a causa do mundo é Deus.

Se ainda depois deste exemplo fica alguma dúvida sobre a grande diferença entre (I) e (I'), por um lado, e (II) e (II') por outro, somente temos de nos perguntar sobre o critério de falsificação delas. No caso de (I') o critério teria de a ver com uma demonstração de que Deus não pudesse ser a causa do mundo, por exemplo, no caso de que não exista. Esta demonstração, porém, não renderia a falsidade de (II'), pois, todavia, poderia ser verdade que no esquema conceitual tomista a causa do mundo seja Deus, ainda quando se soubesse que nesse sentido o esquema conceitual tomista estivesse equivocado. Se a metafísica descritiva, no entanto, se restringe a descrever estruturas conceituais, sem dúvida seu conteúdo estará composto de proposições de tipo (II) e não de tipo (I), o qual necessariamente implica que não versa sobre a realidade e que, portanto, é antes uma metametafísica do que uma metafísica propriamente dita.

Com respeito à metafísica revisionária, contudo, a situação não parece tão clara. Como seu objetivo, segundo Strawson, é produzir uma estrutura conceitual melhor, poder-se-ia objetar que não se relaciona principalmente com o pensamento e que, portanto, não é, como o é a metafísica descritiva, uma metametafísica. Não obstante, este argumento não é conclusivo, pois se pode contraobjetar que o objetivo da revisão está principalmente ligado a nossas estruturas conceituais e não à realidade independente delas. Dada a definição que nos fornece Strawson, seria perfeitamente possível modificar estas estruturas sem referência à realidade com base puramente em princípios tais como a coerência interna da estrutura, de maneira que as proposições da metafísica revisionária de Strawson não necessariamente teriam de diferir das da metafísica

descritiva. As proposições de tipo (II) que vimos anteriormente poderiam não somente formar parte dessa metafísica, senão serem as únicas das quais tal metafísica estivesse composta e, portanto, a diferença entre a metafísica revisionária e a descritiva residiria somente em que o fim da primeira consistiria em tratar de modificá-las (por que e em que sentido, Strawson não nos explica), enquanto que na segunda o fim seria a descrição das estruturas mentais, ou seja, a produção de proposições de tipo (II), sem tratar de modificá-las. Por tudo isso, então, vemos que tanto a metafísica descritiva como a revisionária podem ser consideradas, se aderirmos aos critérios de Strawson, como tipos de metametafísica.

Isto nos leva ao segundo ponto, que a distinção entre metafísica descritiva e metafísica revisionária ignora a concepção da metafísica mais comum na História da Filosofia, como disciplina que versa sobre a realidade e não sobre nossos esquemas conceituais mentais. Com efeito, os autores a quem Strawson se refere como exemplo de suas duas metafísicas ficariam escandalizados se soubessem o fim que Strawson lhes atribui. Aristóteles negaria categoricamente que o fim da metafísica, e muito menos de *sua* metafísica, era, como defende Strawson, a descrição da estrutura efetiva de nosso pensamento sobre o mundo. Para Aristóteles o fim tanto da metafísica considerada como ciência quanto de suas disposições metafísicas próprias, é a investigação do ser, ou seja, do mundo real.

Há uma ciência que investiga o ser enquanto ser e os atributos que lhe pertencem em virtude de sua natureza. No entanto, esta não é a mesma que as ciências particulares, pois nenhuma destas trata do ser enquanto ser. Elas separam uma parte do ser e investigam o atributo que pertence a esta parte, como fazem as ciências matemáticas, por exemplo. Porém, como estamos buscando os primeiros princípios e causas últimas (...) portanto, é do ser enquanto ser que devemos encontrar as causas primeiras.³

³ Aristóteles. *Metafísica*. Madrid: Gredos, 1997, IV, 1, 1003 a 2032.

Segundo Aristóteles, a metafísica é uma ciência, com efeito a metafísica é a disciplina científica por antonomásia, e a ciência corresponde à investigação do ser e seus princípios e causas últimas e não à investigação de nosso pensamento. Sem dúvida, é por meio de nosso pensamento sobre o mundo que investigamos a realidade, mas o pensamento e as conclusões a que chegamos não são o objeto da investigação. É possível sustentar que, para Aristóteles, toda a ciência, e em particular a metafísica, consiste em descrição, mas não há fundamento para concluir que essa descrição seja uma descrição de nosso pensamento ou de nossos esquemas mentais. As proposições a que a metafísica chega ou trata de chegar, segundo Aristóteles, são proposições de tipo (I), não do tipo (II). A descrição de nosso pensamento, para Aristóteles, seria objeto ou da Psicologia ou da história do pensamento, segundo se tenha em mente estudar os processos mentais ou as diversas concepções que o homem tem desenvolvido sobre o mundo, porém nunca da metafísica.⁴

Por outro lado, tampouco Descartes, Leibniz ou Berkeley pensavam que seu fim principal, como praticantes da metafísica, consistia somente na revisão da forma de pensar, como pretende Strawson. É possível que este tenha sido um de seus objetivos, quando descobriam que os conhecimentos geralmente aceitos eram errôneos, mas certamente o fim principal que eles acreditavam que perseguiram era, como no caso de Aristóteles, a investigação e o conhecimento do mundo.⁵ Isto está claro não somente pelo que dizem, senão que também está implícito em seus diversos procedimentos. As conhecidas provas sobre a existência de Deus e dos atributos divinos, por exemplo, com que estes filósofos coincidem, não tinham como fim a descrição de nosso pensamento senão o estabelecimento da existência de uma realidade divina extramental e a descrição de sua natureza. E nisto os fins gerais destes filósofos, ainda no caso de Kant, não diferem significativamente dos fins gerais do astrôno-

⁴ Destas duas alternativas somente a primeira encontra-se estabelecida nos textos aristotélicos (*De Anima* I, 1). A segunda é uma especulação minha.

⁵ Não creio que seja necessário fazer referência aos textos pertinentes – nosso fim não é histórico, mas filosófico. Ademais, o próprio Strawson não cita os textos em que embasa sua interpretação destes filósofos.

mo que trata de estabelecer a existência de um astro e suas propriedades e relações com outros astros. As diferenças são apenas metodológicas ou de fins mais específicos, como sugere Aristóteles na passagem já citada.

Tudo isto indica que falta à distinção de Strawson ao menos um termo. Além da metafísica descritiva e da revisionária há outro tipo de metafísica, que é, com efeito, a cultivada por Aristóteles, Descartes e outros grandes filósofos do passado, segundo a qual o objeto da investigação é a realidade. A esta metafísica, então, seguindo a tradição filosófica mais comum, poderíamos chamá-la propriamente de “metafísica” e contrastá-la com a concepção da metafísica de Strawson como metametafísica. A segunda é a disciplina que não tenta descrever a realidade, mas, como diria Strawson, “a estrutura de nossos pensamentos”, ou seja, nossa estrutura conceitual.

Em terceiro lugar, o caráter metametafísico da metafísica de Strawson está claro porque, ainda que concluíssemos que a metafísica revisionária não é na realidade uma metametafísica e que, portanto, Strawson concede espaço em seu esquema à metafísica tradicional, o fato é que para ele a disciplina importante e a que ele persegue em *Individuals*, como já vimos no início, é a metafísica descritiva, e da natureza metametafísica da metafísica descritiva não ficam dúvidas. Está claro, portanto, que sua concepção da metafísica é metametafísica. E, com efeito, esta concepção da disciplina se perfilou claramente quando Strawson argumenta que a metafísica descritiva “não difere em intenção da análise filosófica, lógica ou conceitual” (p. xiii). Esta disciplina, então, não investiga a realidade, reduzindo-se à descrição e à análise de nossos conceitos.

A identificação dos particulares

A perspectiva metametafísica que Strawson adota revela-se particularmente clara na forma com que transforma os problemas tradicionais da metafísica em problemas de metametafísica. Disto há muitos

exemplos no livro, mas limitar-me-ei, por razões de espaço, à análise de apenas um: o problema da individuação da metafísica clássica, que Strawson transforma no problema da identificação dos particulares (para a presente discussão, os termos “particular” e “indivíduo” serão considerados sinônimos).

O problema da individuação tal como se apresenta na metafísica tradicional tem a ver com a determinação do princípio ou causa da individualidade dos indivíduos. No caso, por exemplo, do indivíduo Sócrates busca-se o princípio ou causa de sua individualidade. Se Sócrates é homem e homem é universal, o que é que faz com que Sócrates seja indivíduo?

Este é sem dúvida um dos problemas mais discutidos na História da Filosofia e é o problema a que se tem dado mais atenção no contexto da individualidade. Com efeito, as teorias que tratam de resolvê-lo são muitas. A origem da individuação tem sido encontrado na matéria, na forma, nas características individuais, nas relações, na essência, e em outros princípios e componentes das coisas individuais. Alguns chegaram a afirmar que o princípio ou causa da individuação é um princípio *sui generis*, a *haecceitas* de Escoto e o “particular nu”⁶ de Bergmann, por exemplo. Talvez a solução mais freqüente, no entanto, seja a identificação do princípio de individuação com as coordenadas espaço-temporais do indivíduo: Sócrates é indivíduo porque está aqui e agora e nisto se distingue, por exemplo, de Aristóteles, que agora está ali.⁷

Temos claramente aqui um problema fundamental que, todavia, não se considera resolvido e cujo caráter metafísico, no sentido mais tradicional do termo, é indisputável. Era de esperar, então, que num livro como o de Strawson, dedicado à investigação dos indivíduos, encon-

⁶ Traduzimos a expressão em espanhol “particular desnudo” por “particular nu”. Em inglês a expressão usada por Bergmann é “bare particular” (N. do T.).

⁷ Exploro todas estas teorias em meu livro *Individuality: An Essay on the Foundations of Metaphysics*. Albany: State University of New York Press, 1988.

trariamos uma análise deste problema. E, com efeito, deparamos com um problema semelhante e com uma solução espaço-temporal similar à conhecida solução ao problema da individuação a que nos referimos anteriormente. Como já era de se esperar por aquilo que foi dito, porém, Strawson expõe o problema da individuação desde uma perspectiva metametáfisica convertendo-o em outro problema, o problema que versa sobre a maneira como identificamos os particulares. O teor metametáfisico da análise fica claro desde o início, quando Strawson nos diz que “parte de seu objetivo é mostrar algumas características gerais e estruturais do esquema conceitual em termos do qual pensamos sobre as coisas particulares” (p. 2). De acordo com este programa, Strawson nos apresenta uma descrição de como, segundo ele, identificamos os particulares. A pergunta que Strawson se coloca não é sobre o que faz um indivíduo ser indivíduo, mas sobre a maneira como identificamos os indivíduos, ou seja, sobre as causas e princípios com base nos quais os identificamos. Por isso, as causas ou princípios em questão não têm a ver com um fato no mundo, mas com um fenômeno mental – nosso pensamento e conhecimento sobre o mundo. Este é o mesmo problema que em outro lugar chamei de problema da discernibilidade e, embora pareça-me intuitivamente óbvio que se trata de um problema diferente do da individuação, acrescentarei algumas considerações para torná-lo claro ao leitor que não esteja convencido.

Em contraste com o problema metafísico da individuação, o problema da discernibilidade é bem mais epistêmico e tem a ver com a maneira com a qual discernimos os indivíduos *qua* indivíduos. Como distingo Sócrates, por exemplo, como um indivíduo? Usando a terminologia tradicional poderíamos perguntar: qual é causa ou princípio pelo qual o conhecemos como indivíduo? Ou expressado de uma forma diferente: Quais são os critérios que usamos para identificar os indivíduos como tais? Com efeito, enquanto que uma perspectiva metafísica sobre a individuação tenta determinar as condições necessárias e suficientes *de que algo seja individual*, a perspectiva metametáfisica busca as condições

necessárias e suficientes *com base nas quais as mentes conhecem que algo é individual*. A diferença entre estas duas questões parece óbvia se consideradas as seguintes razões.⁸ Tomem-se as duas proposições seguintes:

(A) X é um indivíduo devido a Y.

(B) Sei que X é um indivíduo devido a Y.

Por simples inspeção vê-se que (A) e (B) são proposições radicalmente diferentes, mas sua diferença pode ser demonstrada da seguinte maneira: “Y” na segunda proposição poderia ser substituída pela expressão “Pedro me disse que era indivíduo”, por exemplo, dando como resultado a proposição seguinte:

(B’) Sei que X é um indivíduo porque Pedro me disse que era um indivíduo.

É está claro que (B’) tem tanto sentido como (B). Com efeito, é totalmente razoável chegar a conhecer a individualidade de algo baseado no dizer ou na autoridade e, portanto, estas podem ser razões suficientes para conhecer que X seja um indivíduo. A mesma substituição na primeira proposição, contudo, nos dá um absurdo:

(A’) X é um indivíduo porque Pedro me disse que era um indivíduo.

O que poderia isto significar? Que relação causal poderia ter o que Pedro disse com a individualidade de X? Pois a existência de X, sua individualidade, e outras características ontológicas são, sem dúvida, independentes do que diga Pedro. O que disse Pedro pode ser importante e pertinente, mas não para a individualidade de X. Assim sendo, nunca poderia constituir uma condição suficiente de tal individualidade, embora fosse uma condição suficiente do conhecimento que alguém tenha dela.

⁸ Utilizei os exemplos que seguem in: Los problemas filosóficos de la individualidad. *Revista Latinoamericana de Filosofía*, 1985, p. 3-26.

Da mesma maneira, poderíamos indicar certos fatores que pelo menos em princípio poderiam ser considerados condições suficientes da individualidade, mas que não poderiam ser levados em conta sob nenhuma circunstância como condições suficientes da discernibilidade dos indivíduos. Tome-se, por exemplo, a matéria. Esta é um princípio de individuação favorito de muitos filósofos. Depois de tudo, o material do que se faz uma coisa parece ser o que causa que seja isto e não aquilo – o mármore em duas estátuas idênticas de Apolo parece ser a causa de que haja duas e não uma. A matéria, porém, não pode ser a razão pela qual discriminamos um indivíduo, uma vez que ela, considerada em si mesma e separada das circunstâncias que a rodeiam e das características que a acompanham, não tem características perceptuais. É preciso lembrar que dentro do esquema conceitual aristotélico, aceito pela grande maioria daqueles que adotam esta posição, a matéria em si não tem características categóricas tais como qualidades, quantidade, etc. E se isso é assim, então como poderia a matéria ser a origem da discernibilidade do indivíduo? Com efeito, o exemplo das duas estruturas de Apolo dá origem a uma confusão, pois o mármore tem características perceptuais enquanto que, supostamente, a matéria não as tem. De maneira que se é o mármore o que se considera princípio de individuação, esta é uma teoria da “matéria caracterizada” e não da matéria como tal. É a matéria, todavia, a que tem sido identificada por muitos como o princípio de individuação. Concluindo: dizer que “X é um indivíduo devido à matéria” tem algum sentido, mas dizer “Sei que X é um indivíduo devido à matéria” é pelo menos estranho e possivelmente absurdo.

O caráter metametafísico da perspectiva de Strawson confirma-se quando examinamos seus argumentos com mais detalhes. Strawson começa por distinguir entre dois tipos de identificação: a identificação que faz o falante e a identificação que faz o ouvinte (p. 3). A identificação do falante ocorre quando aquele que fala usa certas expressões tais como nomes próprios, alguns pronomes, algumas frases descritivas que começam com o artigo definido e expressões compostas destas, para se referir a uma coisa particular. Este tipo de identificação dos particulares

não apresenta problemas, segundo Strawson. O segundo tipo, porém, é problemático. Ocorre quando o ouvinte pode identificar o particular que o falante identifica. O problema surge porque a identificação do ouvinte não se segue necessariamente da identificação do falante. O problema, então, consiste em estabelecer as condições que governam a identificação do ouvinte em nosso esquema conceitual. Em outras palavras: Como identificamos os particulares dos quais ouvimos falar? Strawson indica que isto ocorre de muitas maneiras. Por exemplo, a identificação pode efetuar-se com base numa referência a outro particular de outro tipo com o qual o particular que se quer identificar se relaciona de alguma forma. Este tipo de identificação, porém, segundo reconhece Strawson, tem um valor limitado, pois opera somente dentro de uma história particular e não dentro da história geral ou total da qual fazemos parte. Para a identificação efetiva necessitamos um requisito mais estrito, que Strawson encontra no fato de que “o ouvinte pode separar através da vista, ou do ouvido, ou do tato ou pode de alguma forma discriminar pelos sentidos, o particular a que se faz referência, sabendo que é este particular” (p. 6). Esta condição, segundo Strawson, é suficiente, mas não necessária para a identificação dos particulares: não rege, portanto, a identificação de todos os particulares, mas quando opera temos um caso de identificação demonstrativa. E se chama demonstrativa porque é nestes casos que os demonstrativos são usados *par excellence*.

Há outros casos de identificação de particulares, entretanto, que não são demonstrativos e isto, segundo Strawson, dá lugar a uma preocupação que não tem nem fundamento prático e nem teórico. Estes casos surgem em contextos nos quais o falante se refere a particulares que não estão presentes em nosso campo sensível. Nestes casos nos referimos a estes particulares com descrições ou com nomes. Os nomes, todavia, reduzem-se em última instância a descrições, posto que um nome é inútil se não se tem descrições para explicar sua aplicação. De maneira que, segundo afirma Strawson, “pareceria que dependemos somente e em última instância de descrições em termos gerais para a identificação

não-demonstrativa dos particulares” (p. 7). Se isto é assim, todavia, como podemos estar seguros de que uma descrição se refere somente a um particular e, portanto, é efetiva em sua identificação?

A resposta de Strawson a esta pergunta é dupla. Em primeiro lugar nos diz: “(...) não é necessário saber que a descrição identificadora se aplique somente a uma coisa. Tudo o que se necessita para que a identificação esteja segura, é que o ouvinte chegue a conhecer com base nas palavras do falante, o particular ao qual se refere o falante” (p. 8).

E isto requer somente que cada um dos interlocutores conheça um particular apresentado pela descrição em questão e que tenha razões para supor que os particulares que conhece são o mesmo ou algo parecido. Isso indica, segundo Strawson, que não há fundamento prático para duvidar da possibilidade da identificação não demonstrativa dos particulares com base na possível existência de particulares não únicos.

Strawson, porém, concede que esta resposta não é teoricamente efetiva para responder ao problema que propõe a pergunta. A resposta efetiva requer uma demonstração de que a identificação não demonstrativa está ligada à identificação demonstrativa. De modo que sua resposta, em segundo lugar, tenta explicar como isto é possível. E é possível graças ao sistema espaço-temporal no qual nos encontramos, pois este sistema torna possível que a identificação não-demonstrativa, baseada em descrições de particulares que não estão presentes em nosso campo sensível, esteja ligada à identificação demonstrativa dos particulares presentes em nosso campo sensível.

Construímos somente um quadro, uma estrutura unificada em que nós mesmos ocupamos um lugar e na qual cada elemento se concebe como direta ou indiretamente relacionado com os demais. E a armação desta estrutura, o sistema de relações comum unificante é espaço-temporal. Através de referências identificadoras encaixamos os relatos e histórias de outras pessoas junto com as nossas, em uma história sobre a realidade empírica. E este encaixamento, esta

conexão, descansa em última instância em relacionar os particulares que figuram nas histórias no sistema espaço-temporal único que nós mesmos ocupamos (p. 17).

Tudo isto tem sentido e revela até certo ponto a maneira como identificamos os indivíduos em nossa experiência. Os problemas que vejo com o enfoque de Strawson não têm a ver com este aspecto de sua teoria, mas, em primeiro lugar, com o fato de que Strawson não entenda ou se negue a entender o fundamento prático e teórico da objeção baseada na possível duplicação dos indivíduos. Seu enfoque metametafísico impossibilita que se considere a objeção em seu contexto metafísico original. E é por esta mesma razão, em segundo lugar, que a solução que nos dá deixa sem resolver o problema original que a objeção expõe. Explico-me.

O problema que Strawson expõe é, em sua própria terminologia, o “da possibilidade da reduplicação em massa de coisas e eventos” (p. 10). Por exemplo, a possibilidade de que não haja somente um Sócrates, mas um número enorme deles. O que impede que haja muitos e não somente um? O que faz com que Sócrates seja único? O que torna impossível que Sócrates funcione, por exemplo, como funciona “homem”? Pois ao passo que não pode haver mais do que um Sócrates, pode haver um número infinito de “homem”. Exposto desta forma, este problema é o mesmo problema que preocupa a todos os filósofos que se relacionam com o chamado “princípio de individuação” que mencionamos anteriormente, pois o que eles buscam são os princípios ou causas que impossibilitam a reduplicação da qual fala Strawson. Naturalmente, o contexto neste caso é puramente metafísico, dado que se fala da realidade e dos princípios ou causas que são responsáveis pelas suas características, neste caso a impossibilidade da reduplicação dos indivíduos. Considerado desta forma, o problema tem um fundamento puramente teórico e não prático, uma vez que entendemos que em nossa experiência não se dão estas enormes reduplicações, porém, por outro lado, não sabemos o que torna impossível essas reduplicações. Neste último

sentido o problema é tão interessante teoricamente como o seguinte problema: o que faz que uma enfermidade particular seja contraída por alguns e não por outros, por exemplo.

Strawson, no entanto, não entende ou se nega a entender o fundamento teórico do problema porque o enfoca desde uma perspectiva metametafísica. Em primeiro lugar, ele não se pergunta sobre a causa ou princípio que impossibilita a reduplicação, senão sobre os princípios ou causas que funcionam em nossa identificação dos indivíduos, ou seja, sobre aquilo que impede que *em nossa experiência* se dê a reduplicação. O que se busca são os critérios de identificação que usamos em nosso esquema conceitual e não os princípios ou causas da individuação. É por isso que a solução de Strawson é tanto prática quanto teoricamente efetiva. É praticamente efetiva porque parece que identificamos os indivíduos em termos espaço-temporais. E parece teoricamente efetiva porque o esquema espaço-temporal que estrutura nossa experiência é único e tem a nós e ao que nos rodeia como pontos de referência imediatos e demonstrativos.

Por razões bem conhecidas, contudo, esta solução ao problema metametafísico de Strawson não é necessariamente efetiva em teoria como solução ao problema da individuação. Com efeito, há uma série de objeções a este ponto de vista se considerado como teoria da individuação, mas que não o afetam se considerado puramente como uma teoria da identificação. Indicarei algumas destas para que se veja mais claramente o caráter metametafísico deste problema e sua diferença radical com o problema metametafísico que Strawson expõe.

Em primeiro lugar, a teoria espaço-temporal da individuação tenta explicar uma característica substancial das coisas (a individualidade) por meio de uma característica accidental ou relacional – o tempo e o espaço. Que as coisas ocupam espaço e estejam no tempo parece posterior à constituição das coisas, e certamente o é se as coordenadas espaço-temporais não são mais que uma estrutura conceitual de tipo kantiana. Ou seja, sua individualidade parece ser metafisicamente anterior a sua tem-

poralidade e localização espacial. Eu sou aquele que está aqui e agora, e que eu esteja aqui e agora depende em certo sentido de mim, e não vice-versa. Esta objeção é particularmente efetiva contra aquelas metafísicas que além de manter uma teoria espaço-temporal da individuação aceitam também a distinção entre essência e acidente. Nesse caso é muito difícil manter que algo acidental, como as coordenadas espaço-temporais, pode determinar a individualidade da substância. Por um lado, os acidentes são definidos como algo não necessário à substância, mas, por outro, mantêm-se que são necessários para sua individualidade, que por sua vez se considera necessária. Numa metafísica que não aceita a distinção entre a essência e o acidente, entretanto, parece estranho dizer que as coordenadas espaço-temporais sejam tanto condições necessárias quanto suficientes da individuação, quando não parecem fazer parte do indivíduo e estão sujeitas à mudança. Com efeito, ainda quando as coordenadas espaço-temporais são interpretadas como não relacionais e intrínsecas, a individuação parece ser consequência de algo mais fundamental.

Estas considerações, porém, não apresentam maior dificuldade para uma teoria metametafísica da identificação, por duas razões. Em primeiro lugar, porque a teoria metametafísica somente busca descrever como identificamos os indivíduos e não o que os torna indivíduos. E, em segundo lugar, porque não parece haver nenhum problema com a noção de que cheguemos a nos dar conta de algo por meio de características accidentais e extrínsecas. O reconhecimento de algo, entretanto, não é fundamental ou intrínseco a esse algo, logo não surge nenhuma dificuldade para explicá-lo extrinsecamente.

E o mesmo ocorre com outras objeções. Por exemplo, outra dificuldade que com frequência soma-se contra a teoria espaço-temporal da individuação tem a ver com a individuação de seres espirituais tais como as mentes, as almas, etc., em metafísicas em que tais entidades são consideradas indivíduos. Assim, que espaço e tempo ocupam? É razoável pensar que os pensamentos estão no tempo, mas a noção de

que estão também no espaço é algo que necessita sustentação filosófica e, portanto, não deve ser usada para fundamentar outras ideias a não ser que já tenham sido estabelecidas firmemente. Ademais, dentro de esquemas metafísicos nos quais há entidades metafísicas que não estão circunscritas por limites espaço-temporais, esta resposta não é efetiva.

É preciso levar em conta que esta última dificuldade não é conclusiva, pois o princípio de individuação das entidades espirituais não pode ser o mesmo que o das entidades físicas. Por conseguinte, o fato de que os seres espirituais não estejam localizados no tempo e no espaço não implica necessariamente que não sejam individuais, ou que não se possa dar conta da individualidade, não implicando também que a teoria espaço-temporal da individuação de entidades espaço-temporais seja incorreta. O êxito da objeção reside no fato de que ela força aqueles que mantêm a teoria espaço-temporal da individuação das entidades físicas a complicarem sua teoria, fazendo-os agregar um princípio de individuação diferente para as entidades espirituais se desejarem conservar sua individualidade.

Note-se, além disso, que os partidários da teoria espaço-temporal não podem escapar a estas considerações dizendo que não há seres espirituais, ou que os seres espirituais não necessitam de individuação. Os que não aceitam a existência de seres espirituais não se escapam porque a possibilidade de sua existência é suficiente para criar o problema no campo teórico. E como a noção de um ser espiritual não parece *prima facie* contraditória, uma teoria completa da individuação teria de dar conta da individuação de tais seres.

Para nossos propósitos presentes, todavia, não importa determinar se esta objeção é definitiva ou não. Basta que nos demos conta de que ela afeta a teoria espaço-temporal da individuação de uma forma que não afeta a teoria espaço-temporal da identificação, pois aquele que defende a última teoria pode sustentar que conhecemos as entidades espirituais

sempre que estas aparecerem em dimensões espaço-temporais, sem necessidade de assegurar que seu princípio de individuação é espaço-temporal.

Finalmente, aquelas teorias que defendem que não somente as substâncias, senão também as características das substâncias, são individuais, teriam dificuldade em explicar sua individuação em termos espaço-temporais. Como se perguntaram muitos críticos tradicionais da teoria espaço-temporal, o que individualiza o espaço e o tempo? Esta é outra maneira de perguntar por que estas coordenadas espaço-temporais não podem ser instanciadas mais de uma vez. Ou expressando isso de outra forma, por que não pode haver mais de um indivíduo que compartilha as mesmas coordenadas espaço-temporais? Como se perguntavam os medievais: Pode mais de um anjo bailar na ponta de um alfinete?

Esta terceira e última objeção, como as outras duas anteriores, não afeta a teoria espaço-temporal desde que esteja construída, como o faz Strawson, como uma resposta à questão metametafísica que tem a ver com a identificação, embora apresente sérios problemas a uma teoria espaço-temporal da individuação. Tudo aquilo que foi referido anteriormente indica que, mesmo que Strawson tenha uma teoria que *prima facie* prometa uma solução ao problema da identificação, ele deixou sem resposta a questão da individuação presente na metafísica tradicional. Com efeito, muitos filósofos do passado deram-se conta da distinção entre estas duas questões e trataram de oferecer respostas a ambas. Por exemplo, para Tomás de Aquino o princípio de individuação é a matéria quantificada, mas o princípio da identificação é o lugar (coordenadas espaço-temporais) que ocupa o indivíduo.

Naturalmente, segundo Strawson não há necessidade de resolver o problema que tem a ver com o princípio da individuação, uma vez que ele reduz, primeiro, a metafísica a uma metametafísica e, segundo, os problemas tradicionalmente entendidos como problemas relacionados à natureza da realidade a problemas que têm a ver com o conhecimento e com nossas estruturas conceituais. Seu esquema, então, é consistente,

mas deixa sem resolver os problemas da metafísica tradicional. Seu erro não é, como acreditam muitos partidários da metafísica tradicional, abrir as portas à metametafísica, pois era hora de que a metafísica tradicional entendesse que além dos problemas que lhe concernem existe um complexo número de problemas que surgem quando se busca descrever as estruturas conceituais com as quais interpretamos o mundo. Com efeito, é neste sentido que o livro de Strawson e sua concepção da metafísica como metametafísica devem ser considerados uma grande contribuição à história da disciplina, pois abriu um campo de investigação filosófica nem sempre reconhecido pela metafísica tradicional. O erro de Strawson consiste em tentar fechar as portas à metafísica tradicional, ao identificar a metametafísica como a única metafísica legítima e tratar de reduzir os problemas metafísicos a problemas metametafísicos.

RÉPLICA A JORGE J. E. GRACIA

Peter F. Strawson

Em seu sutil e interessante trabalho, o professor Gracia refuta com grande cortesia meu direito a considerar *Individuals* como um trabalho de metafísica. Pelo contrário, ele disse, este corresponde a um *gênero* diferente, ao qual dá o atraente título de metametafísica.

Suas motivações são as seguintes. O objetivo da metafísica, como tradicionalmente e corretamente se entende, é descrever e elucidar os traços estruturais ou fundamentais mais gerais da realidade, daquilo que existe; no entanto, o objetivo que eu coloquei para o que chamo “metafísica descritiva” é elucidar os traços estruturais ou fundamentais mais gerais de nosso *esquema conceitual* (humano), isto é, do nosso *pensamento* acerca da realidade. Trata-se, diz o professor Gracia, de duas empresas diferentes: a segunda é, na melhor das hipóteses, uma variante de ordem superior da primeira, de onde surge seu título de metametafísica. Continua afirmando, de forma persuasiva e correta, que os grandes filósofos do passado, incluindo os que eu mencionei, eram de fato metafísicos tradicionais e não, ou pelo menos não primordialmente, metametafísicos de nenhum tipo. Por exemplo, alguns daqueles a quem chamo de metafísicos “revisonistas” [revisionary]¹ poderiam de fato ter defen-

¹ Traduzimos *revisionary metaphysics* por metafísica revisonista e não por metafísica revisionária como fez Jorge J. E. Gracia. Optamos pela primeira por ser mais utilizada, no entanto encontramos também a expressão *revisionary metaphysics* traduzida por metafísica prescritiva (N. do T.).

dido que aqueles eram sistemas novos ou pouco conhecidos de pensar acerca do mundo ou da realidade, o fizeram não meramente por fazê-lo ou porque pensavam que seus esquemas tinham um elegante atrativo, senão porque seus esquemas de fato refletiam a natureza da realidade tal como ela é. E isto também é válido, continua ele, em relação a quem ornamentei com a classificação de “descritivos”. Não é verdade que um deles, a saber, Aristóteles, especificamente disse que sua investigação metafísica não dizia respeito, como as ciências especiais, a este ou àquele aspecto da realidade, senão à realidade em geral, ao ser enquanto tal? (Embora não o tenha feito, o professor Gracia poderia ter representado Kant como um caso especial ou misto, alguém que, por um lado, descreveu o esquema conceitual com cujos termos nos vemos restringidos a *pensar* acerca da realidade (empírica) e, por outro, ofereceu uma explicação profundamente metafísica de como e por que nos vemos assim restringidos).

Minha resposta é a seguinte. Existe uma diferença entre a pergunta: Quais são os traços mais gerais da realidade e como se relacionam estruturalmente? E a pergunta: Quais são os conceitos ou tipos de conceitos mais gerais em cujos termos concebemos ou pensamos a realidade e como se encontram estruturalmente relacionados? A primeira é a pergunta que busca responder à metafísica tradicional. A segunda é a pergunta a que se referem meus “metafísicos descritivos”.

A diferença, porém, não é tão significativa como parece. Suponhamos que se admita que haja certos conceitos e tipos de conceitos de alta generalidade e relações estruturais entre eles que impregnam profundamente o que pensamos e o que dizemos acerca da realidade. Que haja, em outras palavras, um esquema conceitual comum. Então seria bastante inconcebível que esta estrutura conceitual tivesse o uso universal que tem, a *menos que* nós, de fato, assumamos ou tomemos como certo que ela reflete a verdadeira natureza da realidade. Assim

sendo, a pergunta “Qual é a estrutura geral de nosso pensamento acerca da realidade?”, e a pergunta “Qual *consideramos* ser a estrutura geral da realidade?” são, de fato, um mesmo questionamento.

E isto tem uma resposta óbvia que é a seguinte. Seu metafísico descritivo pode oferecer uma descrição e elucidação adequada de nossas crenças ou pressupostos comuns acerca da natureza da realidade (nossa ontologia ordinária de trabalho, se vocês quiserem). O verdadeiro metafísico, entretanto, preocupa-se em saber se estas crenças ou pressupostos são verdadeiros, se a realidade é, de fato, como nós a consideramos normalmente. E a existência do que você chama “metafísicos revisionistas” mostra que alguns deles estão dispostos a refutar nossa ontologia ordinária de trabalho por não ser verdadeira enquanto realidade última, à realidade tal como ela é. Pense em Berkeley ou Leibniz (ou inclusive em Kant)!

A resposta a esta contestação é quase igualmente óbvia. Salvo que nos concebamos como radicalmente enganados e equivocados, há ao menos um pressuposto inicial muito forte favorável à correção básica da ontologia ordinária de trabalho (com a qual estamos de todo modo naturalmente comprometidos), ou seja, favorável à adequação geral de nosso esquema conceitual ordinário como representação fiel da estrutura geral da realidade. E qualquer desafio que se coloque a este pressuposto deve ter um ponto de origem. Deve começar a partir de algum ponto dentro de nosso equipamento de ideias ou conceitos já existentes, por exemplo, de algumas considerações abstratas da existência e a identidade ou a unidade e a pluralidade ou talvez de considerações acerca da natureza do conhecimento ou da experiência ou da consciência. Não podemos esperar avaliar tais considerações, contudo, a menos que tenhamos de antemão uma imagem clara da forma em que os conceitos que formam o ponto de partida do desafio trabalham de fato em relação com o resto de nosso equipamento conceitual (E podemos acrescentar que, quando de fato levamos a cabo uma investigação clara deste equipamen-

to conceitual, de imediato vemos que os desafios radicais distorcem o panorama e nos levam a uma incoerência conceitual ou a uma fantasia que é apenas inteligível).

Se tenho razão em tudo isto, é fácil deduzir que a única forma segura de cumprir a tarefa metafísica tradicional é precisamente a forma que eu recomendo com o título de “metafísica descritiva”, e creio ter direito a aplicar a mim mesmo (embora não dentro da filosofia do próprio Hume) a máxima de Hume de que “devemos cultivar a verdadeira metafísica com algum cuidado a fim de destruir a falsa e adulterada”.

Desta forma defendo o nome de metafísica ao trabalho de *Individuals*.

Naturalmente pode-se argumentar que eu não tenho razão em tudo isto, mas para provar deve-se comprovar.

* * *

Referir-me-ei agora à questão da individualização dos particulares, que o professor Gracia coloca como exemplo de uma interrogação verdadeiramente metafísica que minha “metametafísica” deixa sem resolver. Minha resposta é a seguinte.

Cada indivíduo físico pertence a uma classe (as substâncias secundárias de Aristóteles) e o único traço essencial de cada um destes indivíduos reside em ser membro desta classe. Assim, pois, a única verdade essencial acerca de Sócrates, ou de qualquer outro homem, é que ele é um homem (um ser humano). Isto é válido para ele ou para qualquer outro homem, enquanto existente. Enquanto existente, ele, ou qualquer outro ser humano, poderá ter uma história cujos detalhes não são essenciais (são acidentais) se bem que todos, dado que é um homem, devem ser coerentes com sua humanidade. Todos os conceitos de uma classe (de tipo-substância) de coisas físicas, tal como o conceito de ser humano, são concepções de coisas que ocupam espaço com traços característicos, móveis ou estáticos, com certa duração no tempo, capazes de mudanças características e que exibem alguma variação de caráter de um membro a outro do mesmo tipo ou classe. Cada um destes conceitos

de um tipo impõe limitações sobre o campo de possíveis variações que qualquer membro individual desta classe pode sofrer. Por exemplo, é impossível que um homem siga existindo se se converte em espada ou em continente. Poderíamos de fato dizer que cada um destes tipos de conceitos implica em si mesmo o princípio de identidade ou individuação desta classe. Não se requer nada mais. E o que *distingue* essencialmente um membro desta classe de substâncias de qualquer outro membro da mesma classe é precisamente a *diferença* entre sua localização ou percurso espaço-temporal e o dos demais. E aqui adoto de forma comprometida, ou admito uma vez mais, minha adesão a uma teoria substancial e espaço-temporal da individuação e não meramente a uma teoria espaço-temporal da identificação ou do conhecimento.

Ao reconhecer que se trata duma teoria autenticamente metafísica (e não meramente metametáfísica) da individualização dos particulares físicos, o professor Gracia sugere que esta teoria implica certas dificuldades insuperáveis. Em primeiro lugar, sugere que esta teoria nada faz para demonstrar a impossibilidade da “reduplicação massiva”. Isso, porém, não é necessário demonstrar! Talvez haja um “mundo em outra parte” que seja a imagem exata do mundo de nossa experiência, do mundo no qual o professor Gracia e eu vivemos. Nesse caso, o professor Gracia e eu seguimos sendo indivíduos totalmente distintos de nossos dublês, precisamente por que estes estão *em outra parte*. Isto não constitui nenhum problema para a teoria da individualização espaço-temporal.

Creio que a objeção a que o professor Gracia atribui maior peso é aquela na qual a localização espaço-temporal atual de qualquer indivíduo ou o percurso espaço-temporal atual que percorre é algo acidental ou extrínseco a sua identidade. A individualização, disse ele, deve por certo estar baseada em algo mais fundamental, em algo mais essencial. Obviamente tem razão na primeira destas argumentações. A localização e o percurso atuais são algo totalmente acidental. A objeção, porém, já foi contestada. Como já ficou manifesto, o essencial para cada indivíduo em particular é justamente o fato de ser membro de uma classe substancial à qual pertence. Esta característica é algo que ele não pode perder

sem deixar de ser idêntico ao que é, ou seja, sem deixar de ser! Esta, contudo, é uma necessidade bastante geral, comum a todos os membros de qualquer classe. Os indivíduos particulares não têm essência *individual*. Somente as coisas gerais e universais a têm. Cada *universal* distinto (propriedade, número ou tipo) tem de fato sua essência individual, encapsulada no significado do termo geral que a significa. Não é este, entretanto, o caso dos indivíduos particulares. O particular é simples e essencialmente da classe que é substância, como qualquer outro membro dessa classe.

A seguinte dificuldade marcada pelo professor Gracia refere-se a particulares puramente mentais ou espirituais – mentes ou almas ou pensamentos (entendidos como episódios mentais). Estes particulares não parecem gozar de uma localização espacial própria. E por certo não a têm, mas seus possuidores de fato a têm. Seus possuidores são individualizados, como já vimos, e as mentes ou pensamentos são individualizados precisamente por serem a mente ou o pensamento deste ou aquele indivíduo espaço-temporal particular. Meu pensamento, ao meio-dia, de que vai chover, é individualizado por ele ser meu. O pensamento similar do professor Gracia às 2 horas da tarde, por ser seu. Quanto aos particulares puramente espirituais e não destacados² (por exemplo, os anjos dos medievais), que não são diferenciáveis espacialmente, em relação a eles não há um princípio de individuação (isto é, essa concepção é incoerente), ou devem ser concebidos como *infima species*, em cujo caso cada um deles terá uma essência individual única exaustiva de sua natureza, de tal modo que não pode existir um princípio geral de individuação para a classe. Em qualquer caso, seu *status* como particulares fica questionado.

Com isto concluo minha resposta ao professor Gracia. Queria, no entanto, expressar uma vez mais meu apreço à cortesia, clareza e habilidade com que preparou sua refutação.

² Traduzimos *undetached* por *não destacados*. Não destacados significa não individualizados, ou seja, aqueles seres (anjos, seres espirituais) que não podem ser individualizados por não estarem no espaço, uma vez que a individuação para Strawson depende da localização espaço-temporal (N. do T.).

ALGUMAS DISTINÇÕES SOBRE A NOÇÃO DE INDIVÍDUO

Jesús Mosterín

Etimologia

A palavra “indivíduo” deriva do latim *individuum*, que significa indiviso ou indivisível.

O verbo grego *térmo* quer dizer cortar, amputar ou dividir. Daí se deriva *tomé* (corte, secção, amputação) e *tómos*, pedaço cortado, separado ou dividido, fragmento, e falando de obras escritas em vários rolos de papiro, *tomo* significa rolo ou livro individual, parte de uma obra em vários rolos ou tomos.

O não cortado, o não dividido, o indiviso ou indivisível expressa-se em grego mediante o adjetivo *átomos*. Cícero introduziu no latim o adjetivo *in-dividuus*, como tradução de *á-tomos*.

No século 3º o filósofo Porfírio escreveu uma famosa Introdução (*Eisagogé*) às categorias de Aristóteles, na qual incluiu o termo técnico *átomon* (plural: *átoma*) para se referir aos indivíduos ou entidades singulares e irrepitíveis, como Sócrates. A *Eisagogé* de Porfírio foi traduzida para o latim e comentada por Boécio dois séculos mais tarde. Boécio traduziu a voz grega *átomon* pela latina *individuum*, que assim passou a

ocupar uma posição bem estabelecida no vocabulário filosófico medieval, dada a grande difusão que as obras de Boécio tiveram na Idade Média.

A palavra “indivíduo” está etimologicamente associada à ideia do não partido ou dividido. Um indivíduo é algo indiviso ou, ao menos, algo que nós escolhemos não dividir com o escalpelo de nosso pensamento.

O indivíduo como objeto de referência

A noção mais geral de indivíduo é a noção referencial, segundo a qual um indivíduo é o objeto de referência de um sujeito lógico ou gramatical, isto é, de uma expressão nominal. Neste sentido dizemos na lógica de primeira ordem que as variáveis (interpretadas) referem-se a indivíduos.

Como tem indicado Strawson,¹ mediante expressões nominais podemos introduzir no discurso coisas de qualquer tipo, desde particulares substanciais (minha avó paterna) até universais (a liberdade), passando por proposições e fatos (que tem chovido toda a noite) e particulares não substanciais (seu sorriso). Assim sendo, “podemos nos referir identificadamente a qualquer coisa”,² uma vez que “qualquer coisa é um indivíduo”,³ com o qual a palavra “indivíduo” (*individual*) acaba sendo reconhecida como sinônima de “coisa em geral”.⁴

Quine tem tratado de limitar o âmbito das coisas às quais podemos fazer referência (e com as que, segundo ele, nos comprometemos), excluindo, por exemplo, os atributos. Esta exclusão não deixa de ser

¹ P. Strawson. *Subject and Predicate in Logic and Grammar*. London: Methuen, 1974. p. 129.

² P. Strawson. *Individuals*. London: Methuen, 1959. p. 274.

³ *Ibid.*, p. 137.

⁴ *Ibid.*, p. 246.

artificiosa desde o ponto de vista linguístico. Está embasada na distinção semântica entre o que Barwise chama cidadãos de primeira (as coisas as quais podemos nos referir) e o que chama de cidadãos de segunda (as coisas as quais podemos usar, mas que não podemos referir). Como Strawson, porém, e contra Quine, Barwise reconhece que, dadas nossas capacidades cognitivas e linguísticas, qualquer coisa é (ou pode converter-se em) cidadão de primeira. Adota, portanto, uma política de portas abertas e proclama que “qualquer coisa é um cidadão de primeira”.⁵

Definitivamente, neste seu sentido mais geral, dizer de algo que é um indivíduo equivale a dizer desse algo que é algo, isto é, equivale a não dizer nada.

O indivíduo como elemento

Em muitos contextos formais, a noção de indivíduo é relativa à (e às vezes oposta à) de classe. Assim, na aritmética os números naturais são (considerados como) indivíduos, enquanto que as propriedades dos números naturais são (consideradas como) classes, mas o que é um indivíduo num contexto pode ser uma classe em outro e vice-versa. Um número real pode ser considerado uma classe de números naturais, mas também pode considerar-se como um indivíduo. Um vetor é um conjunto de números reais ou um indivíduo, elemento do espaço vetorial ou classe de todos os vetores. Por sua vez, contudo, os espaços vetoriais podem ser considerados indivíduos e combinados entre si. O número 2 é um indivíduo (na aritmética) ou uma classe de indivíduos (em teoria de conjuntos, $2 = \{0,1\}$) ou inclusive uma classe de classes (segundo Russell, o 2 é a classe de todos os pares), segundo o contexto.

⁵ J. Barwise. *The Situation in Logic-iii, Situations, Sets and the Axiom of Foundation*. Stanford: CLSI, 1985. p. 3.

Na teoria dos conjuntos considera-se como indivíduos as coisas que podem ser elementos de classes. Os indivíduos que às vezes são classes são precisamente os conjuntos. As diversas teorias axiomáticas de conjuntos, no entanto, diferem nos detalhes. Algumas admitem *Urelemente* (indivíduos que não são classes), enquanto outras não o admitem. Na teoria padrão atual de Zermelo-Fraenkel todas as classes são indivíduos e todos os indivíduos são classes. Somente o signo \in representa algo que não é uma classe na teoria, embora seja considerada na metateoria. Nas teorias axiomáticas de Von Neumann-Bernays-Gödel e de Morse-Kelly-Quine (M. L.), todos os indivíduos são classes, mas há algumas classes que não são indivíduos: as classes últimas ou próprias, cujos referentes não podem, portanto, ocupar a posição de sujeito (isto é, não podem preceder a \in).

A diferença absoluta entre classes e indivíduos é sumamente obscura e duvidosa. Somente parece haver uma diferença relativa e variável segundo o contexto teórico, ao menos entre entidades matemáticas ou abstratas, e não somente entre elas.

Todas as entidades linguísticas (fonemas, sílabas, morfemas, palavras, orações...) podem ser consideradas como indivíduos ou como classes, segundo o contexto. Uma palavra, por exemplo, é um indivíduo para o lexicógrafo, mas, por outro lado, é uma classe ou esquema de proferimentos. O que é uma língua, um dialeto, um idioleto? O que é uma novela ou uma sinfonia? Um indivíduo ou uma classe ou ambas as coisas ou nenhuma? Não parece que estas perguntas sejam suscetíveis de receber respostas absolutas. Talvez obtenhamos mais luz deixando de lado as entidades abstratas (supondo que todas as mencionadas o sejam) e dirigindo nossa atenção às concretas.

Entidades secundárias em Aristóteles

Aristóteles descobriu que o verbo grego *einai* (ser ou existir) é dito de muitas maneiras, isto é, carece de um significado unívoco e assim acabou com muitos dos pseudoproblemas e aporias que haviam obstruído

a filosofia anterior. Também o particípio presente neutro ativo do verbo *eunai, to on* (o existente ou ente), diz-se de tantas maneiras como o verbo mesmo. De todo modo Aristóteles pensava que uma destas maneiras é mais fundamental que outras. “O existente ou ente” pode significar muitas coisas, mas, sobretudo, e em primeiro lugar significa a entidade (*ousía*), que já em sua expressão linguística deriva diretamente do particípio presente ativo de *einai*: *ousía* provém de *ousa*, feminino de *on* (como *entitas*, entidade, provém de *entia*, genitivo de *ens*, ente).

Por sua vez, a palavra *ousía* (entidade) significa duas coisas distintas, por um lado, o composto concreto (*synolon*), por outro, o conceito (*logos*),⁶ das quais a primeira é a fundamental. Entidade — no sentido primeiro e mais próprio e principal — é o que não se diz de um sujeito nem está num sujeito, como um humano concreto ou um cavalo concreto. Chamam-se entidades secundárias as espécies às quais pertencem as entidades primariamente assim chamadas, tanto estas espécies como seus gêneros; por exemplo, este humano concreto pertence à espécie *humana* e o gênero da citada espécie é animal. Assim, estas entidades, como o humano e o animal, chamam-se secundárias.⁷ Talvez fique mais claro para nós falarmos de entidades concretas e abstratas do que de primárias e secundárias.

Nem todos os conceitos ou predicados são considerados por Aristóteles entidades abstratas, mas somente os conceitos tipológicos, os que em inglês se chamam *sortals*. Assim, embora de um cachorro concreto possamos dizer que está correndo, o correr ou o dormir não constituem *sortals* nem, segundo Aristóteles, entidades abstratas, mas, pelo contrário, os conceitos de cachorro ou de animal são *sortais*.

À parte as entidades primárias, somente as espécies e os gêneros entre as demais coisas, se chamam entidades secundárias, pois somente elas, dentre os predicados, revelam a entidade primária.

⁶ Aristóteles. *Metafísica*. Madrid: Gredos, 1997, Z, 1039b20.

⁷ Aristóteles. *Categorias*. Valencia: Teorema, 1983, 2 a 11.

Mas se alguém tivesse que dar conta de que gênero é este humano concreto, seria mais adequado indicar a espécie ou o gênero – e seria mais ilustrativo indicar *humano* que *animal*. Mas estaria fora de lugar indicar dele alguma das demais coisas, como que é branco ou que corre ou qualquer outra coisa deste tipo. Assim é razoável que somente estas coisas (a espécie e o gênero) dentre os demais (predicados) se chamem entidades.⁸

Aristóteles afirma: “Dentre as entidades secundárias, é mais entidade a espécie que o gênero: a espécie está mais próxima à entidade primária”.⁹ Se digo que Foxy é um animal, que é um carnívoro, que é um cachorro e que é um galgo, cada vez estou mais próximo de caracterizá-lo de um modo completo e concreto. Parece que quanto mais características abarca uma entidade abstrata, tanto mais entidade é (no sentido de que tanto mais próxima está à entidade concreta, que é a verdadeira entidade). O ser uma entidade (abstrata) seria uma questão de grau. E o limite da série das entidades abstratas ou conceitos cada vez mais ricos de conteúdo seria uma entidade abstrata que abarcasse já todas as características do indivíduo concreto e se confundisse ou identificasse assim com a identidade concreta. Essa conclusão, contudo, já não é retirada por Aristóteles, mas por Leibniz.

Indivíduos leibnizianos

A palavra latina *sub-stantia* foi introduzida no vocabulário filosófico-teológico da época imperial romana para traduzir o vocábulo grego *hypó-stasis*, por sua vez um neologismo usado pelos neoplatônicos e os padres da Igreja. Depois do Concílio de Niceia a Igreja do Ocidente empregou *substância* para traduzir *ousía*. Daí provém o uso generalizado de *substância* em vez de *entitas* entre os escolásticos medievais, passando

⁸ Ibid., 2 b 29-37.

⁹ Ibid., 2 b 7.

aos modernos, por exemplo, a Leibniz, que passa a chamar substância individual o que Aristóteles denominava de entidade concreta. O novo em Leibniz, entretanto, consiste em conceber a entidade concreta como o limite de uma sucessão de entidades abstratas ou conceitos que determinam o objeto. O objeto concreto está determinado por seu conceito, no entanto do conceito pode-se deduzir todas as proposições verdadeiras das quais forma parte o primeiro. Escreve Leibniz:

Quando vários predicados são atribuídos a um mesmo sujeito e este sujeito não se atribui a nenhum outro, o chamamos substância individual. Mas isto não é suficiente. A natureza de uma substância individual ou de um ser completo consiste em ter uma noção tão perfeita que baste para compreender e deduzir a partir dela todos os predicados do sujeito ao qual se atribui esta noção.¹⁰

Daí se conclui que todos os indivíduos são espécies ínfimas, como seriam, segundo Tomás de Aquino, os anjos.

Se cada indivíduo concreto leibniziano está caracterizado por um conceito que abarca este indivíduo, então um indivíduo sempre se diferenciara de outro por possuir alguma nota distinta em seu conceito. Não basta somente que dois indivíduos ocupem posições distintas no espaço e no tempo, isto seria uma diferenciação meramente extrínseca. Para dizer com fundamento que se trata de dois indivíduos e não somente de um, é necessário que haja uma diferença intrínseca, conceitual, entre eles.

Além da diferença de tempo e lugar (...) sempre é necessário que haja um *princípio interno de distinção* e embora haja múltiplas coisas da mesma espécie, todavia, sempre é verdade que nunca são absolutamente semelhantes: assim, ainda quando o tempo e o lugar não servem para distinguir as coisas que por si mesmas nós não distinguimos bem, não obstante, as coisas sempre são distinguíveis por si mesmas.¹¹

¹⁰ Leibniz. *Discours de Métaphisique*. Paris: Vrin, 1990, VIII.

¹¹ Leibniz. *Nouveaux Essais sur l'entendement humain*. Paris: Hachette, 1898, I, XXVII, 1.

A noção de indivíduo leibniziano contém um princípio explícito de individuação, o famoso princípio da identidade dos indiscerníveis. Duas coisas que não se diferenciam por nenhuma propriedade intrínseca, duas coisas indiscerníveis, correspondem ao mesmo conceito individual e são a mesma coisa. “Propor duas coisas indiscerníveis é propor a mesma coisa sob dois nomes”.¹²

As partículas elementares, como fótons, elétrons e *quarks*, estão caracterizadas por um número pequeno de propriedades intrínsecas (massa em repouso, carga elétrica, rotação), idênticas em todas as partículas do mesmo tipo. Se os fótons não fossem todos exatamente iguais, o laser não funcionaria. Se os elétrons não fossem exatamente iguais, a matéria entraria em colapso. As partículas do mesmo tipo são indiscerníveis ou indistinguíveis por propriedades intrínsecas e, no entanto, consideramos que um elétron é distinto de outro. As partículas individuais não são indivíduos leibnizianos, e tampouco o são os prótons, os átomos e as moléculas, mas o são, ao contrário, por exemplo, os organismos sexuais superiores.

Duas partículas do mesmo tipo são distinguíveis por suas diferentes localizações espaço-temporais, mas nem sequer isso é sempre possível. Quando duas partículas do mesmo tipo se chocam, suas funções de onda (quântica) se ocultam e é impossível distingui-las por sua localização. De fato, é impossível distingui-las de algum modo.

Indivíduos concretos

Aristóteles contrapõe as entidades concretas às abstratas e concede primazia ontológica às primeiras, como já se depreende imediatamente da terminologia literal que elege para falar delas: entidades

¹² Carta de Leibniz a Clarke, ver a polêmica *Leibniz-Clarke*. Tradução E. Rada. Madrid: Taurus, 1980. p. 79.

primárias (as concretas) e entidades secundárias (as abstratas). Aquilo que existe num sentido pleno é o indivíduo concreto, a entidade primária.

Recordemos outra vez a passagem na qual Aristóteles introduz pela primeira vez a noção de *ousía* (entidade): “Entidade – no sentido primário e mais próprio e principal – é o que não se diz de um sujeito, nem está num sujeito, como por exemplo, um humano concreto ou um cavalo concreto”.¹³ E nesta passagem posterior, em que distingue mais sentidos distintos de *ousía*, segue dando a primazia a entidade como sujeito ou indivíduo concreto:

A entidade se diz (...) de quatro maneiras distintas: como essência, como universal, como gênero e como sujeito. O sujeito é aquele do qual se dizem as demais coisas, sem que ele, por sua vez, se diga de outros (...). E o sujeito primeiro parece ser entidade no sentido máximo.¹⁴

Esta primazia ontológica do indivíduo concreto ou entidade concreta ou primária fundamenta-se no fato de que “todas as demais coisas (incluindo as entidades abstratas e os acidentes) ou bem se dizem das entidades primárias como de seus sujeitos ou então estão nelas como em seus sujeitos”.¹⁵ Disso segue que as entidades concretas são de certo modo independentes enquanto que as demais dependem delas. “Se não existissem as entidades primárias seria impossível a existência das demais”.¹⁶

A independência das entidades concretas e a dependência dos acidentes em relação às entidades, sublinhada por Aristóteles, serão logo aceitas por Strawson¹⁷ como diferenças entre particulares dependentes

¹³ Aristóteles. *Categorias*. Valencia: Teorema, 1983, 2 a 11.

¹⁴ Aristóteles. *Metafísica*. Madrid: Gredos, 1997, 2, 1028 b33.

¹⁵ Aristóteles. *Categorias*. Valencia: Teorema, 1983, 2 a 34.

¹⁶ *Ibid.*, 2 b 26.

¹⁷ P. Strawson. *Individuals*. London: Methuen, 1959. p. 5, 170 e 211.

e independentes. Eu – sou uma entidade concreta ou um particular independente — posso existir embora não sorria, mas meu sorriso – que é um acidente meu ou um particular dependente (ao menos para sua identificação) de mim – não pode existir sem mim. Daí o estranhamento de Alice (no país das maravilhas) quando sobre o galho da árvore permanece o sorriso do gato de Cheshire, uma vez já desaparecido o gato.¹⁸

Em qualquer caso a compreensão intuitiva que Strawson tem dos particulares coincide – como se vê pelos exemplos – com a que tem outros autores que falam de indivíduos concretos ou substanciais: “As ocorrências históricas, os objetos materiais, as pessoas e suas sombras são todos particulares, enquanto que as qualidades e propriedades, os números e as espécies não são”.¹⁹

Embora a noção de indivíduo concreto ou particular substancial ou entidade concreta pareça razoavelmente clara de um ponto de vista intuitivo, todavia não proporciona um critério suficiente de identidade ou individuação, ou seja, um critério que nos permita decidir, de cada par de supostos indivíduos concretos, se efetivamente se trata de dois indivíduos distintos ou se são o mesmo indivíduo. Quine tem insistido repetidamente que uma noção de objetos somente é aceitável na medida em que dispomos de um princípio de individuação ou identidade para os objetos que se enquadrem nessa noção. Definitivamente, “não há entidade sem identidade”.²⁰ Precisamente é o objetivo de completar nossa noção intuitiva de entidades concretas com um critério de identidade o que tem levado a identificá-las com os indivíduos espaço-temporais, ou, se se preferir, com as regiões do espaço e do tempo que estes ocupam.

¹⁸ L. Carroll. *Alice's Adventures in Wonderland*. London: MacMillan, 1986, VI.

¹⁹ P. Strawson. *Individuals*. London: Methuen, 1959. p. 226 [a página correta é a 15, conforme observa Strawson na réplica (N. do T.)].

²⁰ W. Quine, *Theories and Things*. Cambridge: Harvard University, 1981. p. 102.

Indivíduos espaço-temporais

Strawson tem enfatizado o papel central que desempenha o espaço-tempo como princípio de individuação.

O sistema de relações espaço-temporais tem uma especial amplitude (...) como marco dentro do qual podemos organizar nosso pensamento individualizado sobre particulares. Cada particular ou tem seu lugar neste sistema ou é de um tipo cujos membros não podem em geral ser identificados exceto por referência a particulares de outros tipos que têm seu lugar nele; e cada particular que tem seu lugar no sistema tem seu único lugar nele.²¹

Isso, no entanto, identifica as substâncias com os “particulares contínuos espaço-temporais”,²² donde se segue o critério de individuação. “Identificamos (os particulares) (...) por sua ocupação exclusiva de uma região do espaço-tempo físico”.²³

Assim, não teremos identificado um indivíduo concreto completamente enquanto não o delimitamos espaço-temporalmente. Uma vez delimitados, porém, os indivíduos espaço-temporais são distinguíveis uns dos outros por suas distintas localizações no espaço e no tempo, embora tenham as mesmas propriedades intrínsecas.

As partículas são geralmente indivíduos strawsonianos ou espaço-temporais, mas às vezes não o são. Quando duas partículas do mesmo tipo chocam-se, suas funções de onda se ocultam e já não se pode dizer que uma delas ocupe uma posição no espaço distinta da outra, portanto sequer são indivíduos strawsonianos. De todo modo, temos de reconhecer que a delimitação espaço-temporal, que funciona razoavelmente bem para os objetos visíveis cotidianos, é sumamente difícil de aplicar

²¹ P. Strawson. *Individuals*. London: Methuen, 1959. p. 25.

²² P. Strawson. *Subject and Predicate in Logic and Grammar*. London: Methuen, 1974. p. 94.

²³ *Ibid.*, p. 19.

ao mundo subatômico que está quase vazio. Com efeito, o núcleo – que contém quase toda a massa do átomo – ocupa uma porção insignificante (10^{-12} , ou seja, uma milionésima de uma milionésima) de seu volume.

Indivíduos arbitrários e naturais

A teoria dos conjuntos trata de conjuntos ou classes arbitrárias. Assim o conjunto formado pelos números reais entre 3 e \aleph , os planetas de nosso sistema solar, as partidas de xadrez jogadas por Karpov ao longo de sua vida, as palavras pronunciadas no Titanic pelos passageiros do infeliz navio antes do naufrágio e os cabelos de minha cabeça no dia em que completei 7 anos formam uma classe, mas uma classe sumamente artificial e heteróclita, uma mera classe arbitrária. Também o conjunto dos átomos de todos os animais cujo nome em francês começa com a letra “c” é uma classe arbitrária. Os elementos de cada uma destas classes não têm quase nada em comum, entretanto o conjunto de todos os átomos com seis prótons em seu núcleo constitui uma classe natural, isto é, o elemento químico *carbono*. Todos seus elementos – todos os átomos com seis prótons em seu núcleo, isto é, todos os átomos de carbono – têm muitas propriedades importantes em comum, por exemplo, sua capacidade para formar parte dos mesmos compostos químicos. Os átomos de carbono constituem uma classe natural.

Em vez do número de prótons de um átomo poderíamos nos fixar em seu número de nêutrons, mas da disposição de um mesmo número de nêutrons não se segue nenhuma propriedade interessante. Poderíamos nos fixar tanto no número de prótons quanto no número de nêutrons. Se 2 átomos coincidem em ambos os números, pertencem ao mesmo isótopo. Se além de ter 6 prótons no núcleo, tem 6 nêutrons, pertencem ao isótopo carbono 12; se têm 7 nêutrons, ao isótopo carbono 13; se têm 8 nêutrons, ao isótopo carbono 14. Um isótopo é igualmente uma classe natural (uma subclasse natural do elemento químico), possui também algumas propriedades (além das do elemento de que é isótopo),

como a vida média do isótopo carbono 14, tão usado na datação arqueológica. De todo modo, é óbvio que a fronteira entre classes naturais e as não naturais não é bem definida, e que ambas as categorias somente são de aplicação clara em casos extremos.

Se identificarmos os indivíduos concretos com (ou os caracterizarmos por) a porção de espaço e tempo que ocupam, então podemos estabelecer uma distinção semelhante à anterior entre indivíduos arbitrários (porções quaisquer do espaço e tempo) e indivíduos naturais.

Qualquer região (possivelmente descontínua) do espaço e do tempo é um indivíduo arbitrário. Por exemplo, a noção de indivíduo que apresenta M. Bunge no começo de sua ontologia é a de indivíduo arbitrário. Por isso pode afirmar que “um indivíduo em nosso planeta e outro indivíduo numa galáxia distante podem considerar-se associados para formar um terceiro indivíduo”.²⁴ A Lua durante o ano passado, o meu pé esquerdo durante este ano, a minha mão direita desde meu nascimento até que completei 7 anos de idade e a antena da sonda espacial Voyager 2, formam juntos um indivíduo arbitrário (e descontínuo). Um planeta determinado ou um organismo, contudo, parecem determinar de um modo unívoco e natural a região do espaço e do tempo que ocupam e são, portanto, indivíduos naturais.

A realidade é um contínuo. Somos nós que a segmentamos em indivíduos concretos. Ao segmentar, podemos ignorar ou seguir as fissuras que às vezes a realidade mesma apresenta. Na medida em que segmentamos a realidade, por ali onde ela mostra fissuras ou fendas, obtemos indivíduos concretos naturais.

Se tratarmos de precisar nossas intuições sobre o que seja um indivíduo concreto natural, uma das primeiras coisas em que pensamos é na continuidade espaço-temporal. Uma região contínua do espaço-tempo é um conjunto conectado de pontos do espaço-tempo, isto é,

²⁴ M. Bunge. *Treatise on Basic Philosophy*. Dordrecht: Reidel, 1977, vol. 3, p. 30.

um conjunto A tal que desde qualquer dos pontos de A pode-se chegar a qualquer outro dos pontos de A por um caminho contínuo de pontos de A (ou, se se prefere, que para cada $x \in A$, $w \in A$ há uma aplicação contínua f de um intervalo fechado real $[a,b]$ em \mathbb{R}^+ tal que $f(a)=x$, $f(b)=w$ e para cada $r \in [a,b]$: $f(r) \in A$). Outra noção ainda mais forte de continuidade exigiria que a região fosse contínua na dimensão temporal e que, além disso, para cada instante t fosse espacialmente contínua em t . Um planeta ou um organismo é espaço-temporalmente contínuo neste sentido forte.

Frequentemente também se exige a coesão interna, noção difícil de definir, embora intuitivamente clara em muitos casos. Embora meu braço se apoie agora sobre a mesa e seja espacialmente contínuo com ela, ele é parte de um indivíduo distinto da mesa, pois, esta é de madeira e meu braço não é, mas de vários tecidos animais (ossos, músculos, pele, vasos, etc.). Embora o fundo do mar seja contíguo à superfície terrestre suboceânica, o mar tem uma coesão interna – é tudo água – distinta daquela da superfície.

Um indivíduo concreto natural está separado de seu entorno por uma fronteira mais ou menos difusa ou precisa. Minha pele é minha fronteira. A membrana da célula é a sua. A superfície lunar é a fronteira da Lua. A fronteira do planeta Terra ou do Sol é difusa. Até onde chega a atmosfera terrestre ou a coroa solar?

Indivíduos naturais e convencionais

Desde o século 5º é usual distinguir entre propriedades naturais e convencionais das coisas. Minhas propriedades naturais não dependem do acordo dos demais. Sou humano e não gato, sou macho e não fêmea, sou cabeludo e não calvo, tenho olhos castanhos e não azuis, por natureza, independentemente do que aos demais (ou inclusive a mim mesmo) lhes pareça bem ou mal. Que eu tenha, contudo, uma

determinada nacionalidade e ocupe certo cargo, ou tenha determinados direitos e obrigações políticas é algo convencional e como tal, depende do acordo dos demais.

Comparemos a puberdade com a maioridade legal. Cada ser humano alcança a puberdade, isto é, a maturidade sexual, num determinado período de sua vida, variável segundo os indivíduos. Esta maturidade sexual consiste numa série de mudanças internas que afetam, sobretudo, as gônadas, e se manifesta externamente pela aparição dos chamados caracteres sexuais secundários. Num momento dado um humano determinado terá alcançado ou não a puberdade, dependendo de seu desenvolvimento fisiológico até este momento, mas com independência do que pensam ou desejem ou acordem os demais. Por isso não teria sentido que o Parlamento (ou o ditador) decretasse o momento em que se alcança a puberdade, pois não se trata de algo que possa ser decidido por decreto, não é algo convencional, mas natural. A maioridade legal, pelo contrário, é uma propriedade convencional dos indivíduos humanos, que estes adquirem quando assim o indicam as leis em vigor. Por isso o Parlamento (ou o ditador) pode decretar a mudança da maioridade legal, aumentando-a ou diminuindo-a. A maioridade legal pode estabelecer-se aos 21 anos, ou aos 23, ou aos 18, ou aos 16, ou a qualquer idade que se acorde, e pode ser igual para todos ou distinta para os homens e as mulheres. A puberdade é uma propriedade natural que cada indivíduo adquire em certo momento de seu desenvolvimento e sobre a qual não cabe legislar nem acordar.

O médico legista realizando a autópsia do cadáver pode averiguar suas propriedades naturais, mas nenhuma de suas propriedades convencionais.

Para evitar mal-entendidos temos de distinguir claramente entre um indivíduo que possui ou não uma propriedade e o fato de que nós usamos precisamente uma certa palavra (e não outra) para expressar essa propriedade. O primeiro pode ser natural ou convencional. O segundo

sempre é convencional. E é da primeira questão que estamos falando aqui e não da segunda. Que Maria seja uma mulher (e não, por exemplo, uma girafa) é uma propriedade natural de Maria, mas que os falantes de língua portuguesa designem essa propriedade com a palavra “mulher” (em vez de “femme” ou “woman”, por exemplo) é algo convencional. Que Maria seja Miss Europa 1987 é uma propriedade convencional e também é convencional que a designemos como “Miss Europa 1987”.

A mesma diferença pode ser estabelecida entre relações naturais e convencionais. A relação da criança com a mãe (genética e não adotiva) é uma relação natural; a relação do genro com a sogra é uma relação convencional. Eu sou por natureza irmão de meu irmão e por convenção marido de minha mulher. Em geral, o parentesco “sanguíneo” é natural e o político, convencional. O pintor tem uma relação natural com sua pintura. O comprador tem uma relação convencional com o quadro comprado.

Uma classe natural é um conjunto de objetos que (ao menos) compartilham alguma propriedade natural. Por exemplo, a classe de todas as mulheres é uma classe natural. Uma classe convencional é um conjunto de objetos que (ao menos) compartilham alguma propriedade convencional. Por exemplo, a classe de todos os mexicanos é uma classe convencional. A classe de todos os animais que são cavalos é uma classe natural. A classe de todos os animais que são propriedade de dom Marcelo Salgado é uma classe convencional.

O que aqui nos interessa é introduzir uma distinção parecida entre indivíduos concretos naturais e convencionais. Supondo que de algum modo identifiquemos (ou correlacionemos univocamente) os indivíduos concretos com as regiões contínuas (conectadas) e coesivas do espaço-tempo, podemos perguntar-nos se essa coesão é natural ou convencional.

Uma parcela da superfície terrestre pode constituir uma região conectada do espaço-tempo. Sua possível coesão lhe pode vir da natureza ou da convenção. Uma ilha, por exemplo, tem seus limites (com o mar) naturalmente definidos. O território de um Estado ou de um país, pelo contrário, tem seus limites convencionalizados. Em alguns casos (como a Islândia) ambos os limites podem coincidir, com o que o território constitui, por sua vez, uma unidade natural e artificial. Mais frequentemente não coincidem, nem sequer nos casos de Estados insulares (Grã-Bretanha, Irlanda, Austrália) e não digamos já nos dos Estados carentes de fronteiras naturais e cujos limites convencionais têm sofrido contínuas mudanças (Rússia, Polônia, Alemanha, China).

Se uma parte de terreno pertence ou não a (forma parte de) uma ilha (por exemplo, Mallorca) é uma questão que tem resposta unívoca e natural. Se uma parte de um terreno pertence ou não a (forma parte de) um Estado (por exemplo, Espanha) ou uma nação *irredente*²⁵ (por exemplo, Curdistão) é uma questão convencional, que carece de resposta natural. Trata-se de um problema prático (isto é, político) a ser resolvido por acordo ou imposição.

Para terminar de algum modo

As distinções precedentes ao lado de outras que teriam de ser acrescentadas, poderiam eventualmente contribuir para esclarecer alguns dos usos que se fazem da noção de indivíduo e para sugerir usos alternativos mais precisos. Isso, por sua vez, poderia talvez aplainar o caminho até a construção de uma ontologia satisfatória dos indivíduos.

²⁵ A palavra “irredente”, usada em espanhol, é de origem italiana. No português não temos uma palavra ou expressão precisa para traduzi-la. A expressão “terras irredentas” (*terre irredente*), isto é, não salvas, não seguras, faz referência a um território que está sob o domínio de outro, mas que busca sua separação e emancipação (N. T.).

Tudo isto pode soar como uma preocupação antiga e fora de moda, mas, o esclarecimento de nossas ideias sobre os indivíduos teria efeitos muito desejáveis na discussão de questões de inquestionável atualidade, tanto de tipo teórico (como a constituição de uma semântica adequada das diversas teorias científicas) como de tipo prático (como as referentes ao nacionalismo, o aborto ou nossas relações com a biosfera).

RÉPLICA A JESÚS MOSTERÍN

Peter F. Strawson

Quando alguém lê um artigo que se relaciona com, ou comenta, algum dos trabalhos próprios, é verdadeiramente raro não encontrar algum fundamento para um desacordo substancial. Isto, entretanto, foi justamente com o que me deparei ao ler o texto do professor Mosterín. Não posso estar em desacordo com nada do lúcido, conciso e erudito informe retrospectivo da história da noção de “indivíduo” (ou entidade) desde Aristóteles a Leibniz e deste em diante, que dá na primeira parte de seu trabalho ou nas distinções que assinala na sua segunda parte, entre natural e arbitrário, natural e convencional, classes, propriedades e indivíduos. Realmente sinto igual admiração por ambas as partes.

Devemos fazer, porém, um ou dois comentários. Fiz notar que algo, seja lá o que for, pode em princípio ser referido identificadamente e, portanto ser, nesse sentido mais geral, um indivíduo. O professor Mosterín observa que esta caracterização não acrescenta mais do que acrescentaria dizer, em todo caso, de algo que é algo – uma vácuca tautologia. Supostamente, contudo, esta observação vaga não se sustenta por si mesma. Mais ainda, é a culminação de um exercício explicativo: um exercício que começa com uma demonstração do lugar primário ocupado pelos particulares substanciais, em meio a particulares como objetos de referência (e aqui me sinto mais feliz ao coincidir com alguém como Aristóteles); prossegue com uma explicação do vínculo geral entre a

noção de objeto de referência (ou sujeito de predicação), e aquela do particular espaço-temporal e conclui mostrando como a analogia lógica permite, e ainda requer, a generalização da noção de sujeito (e objeto de referência, indivíduo ou entidade) para abraçar objetos abstratos, incluindo propriedades ou atributos.

Sei que este último passo é inaceitável para Quine, que apela à expressão “não há entidade sem identidade”, para refutá-lo. A expressão, no entanto, admite mais de uma interpretação. Na construção favorita de Quine seria possível excluir ainda os atributos (e também mais), contanto que se admitam números e classes (tão necessários para a Física e as ciências formais). Eu tenho argumentado, todavia, em mais de um lugar, que uma interpretação mais razoável não tem tal poder de exclusão;¹ e me aventurei em um diagnóstico das causas subjacentes que conduzem até a exclusão.

Uma correção menor. A citação de *Individuals* que aparece na página 8 do escrito do professor Mosterín e que começa “as ocorrências históricas, os objetos materiais, (...) etc..” dá uma referência incorreta nas conclusões. A oração citada aparece na página 15 e não na página 226 do livro e se relaciona supostamente, como indica o exemplo, com particulares em geral e não meramente com particulares substanciais ou concretos.

Devo conceder, como conclusão, que algumas vezes poderiam ser insuperáveis as dificuldades de individuação no nível das partículas subatômicas. Gostaria de agradecer suficientemente o valor e a importância de assinalar, como o faz o professor Mosterín, que a noção de “indivíduo” tem, em contextos diferentes, uma variedade de usos diferentes os quais teríamos que ter presente durante nossas investigações ontológicas.

¹ Ver, particularmente, meu artigo: “*Entity and Identity*”. In: *Contemporary British Philosophy, Fourth Series*, Ed. H. D. Lewis, p. 193-219 (London: Allen and Unwin, 1976); e minha contribuição: “*Two Conceptions of Philosophy*”. In: *Perspectives on Quine*. Ed. Barret and Gibson. Cambridge: Blackwell, 1990. p. 310-318.

SOBRE A PERCEPÇÃO E SEUS OBJETOS EM STRAWSON¹

Ernest Sosa

Em *Perception and its Objects*,² Strawson argumenta, em primeiro lugar, contra Ayer, que nossa concepção realista do mundo não deve ser considerada uma espécie de “teoria” baseada em “dados” proporcionados pelos sentidos ou pela experiência sensorial. Em segundo lugar, afirma que nossa concepção postula nossa consciência imediata de contínuos físicos num marco espacial, objetos com propriedades visuais e táteis causalmente responsáveis por nossas ocasionais percepções destes. Por último, nossa concepção é submetida à crítica de uma pergunta de importância primordial: Podemos sustentá-la racionalmente, sem maiores modificações, apesar da ascensão do conhecimento científico?

A “concepção realista corrente do mundo não tem o caráter de uma ‘teoria’ em relação com os ‘dados dos sentidos’ [...] É, antes, algo dado com o dado”.³ Strawson discute “a doutrina de que uma visão

¹ Sinto-me honrado por esta oportunidade de render homenagem a Strawson, cujos escritos tenho estudado e admirado durante 30 anos.

² Perception and its Objects. In: *Perception and Identity: Essays Presented to A. J. Ayer*. Ed. G. F. Macdonald. London: Macmillan, 1979. p. 41-60. Reimpresso in: *Perceptual Knowledge*, Ed. Jonathan Dancy. Oxford: Oxford Press, 1988.

³ Ibid., p. 47.

realista do mundo tenha, para qualquer homem, o *status* de teoria em relação com sua experiência sensível, teoria à luz da qual ele interpreta essa experiência ao fazer seus juízos perceptuais”.⁴ Qual é o argumento?

Para poder descrever corretamente uma crença ou conjunto de crenças como uma teoria a respeito de certos dados, deve ser possível descrever os dados com base nos quais se sustenta a teoria em termos que não pressuponham a aceitação desta por aqueles para quem os dados *são* dados. Porém, essa é justamente a condição que não vemos satisfeita no caso em que a suposta teoria é a visão geral realista do mundo. Os “dados” estão carregados de “teoria”. A experiência sensível é infiltrada por conceitos em relação aos quais a irreflexiva aceitação de sua aplicabilidade geral é uma condição para que seja assim infiltrada, uma condição para que esta experiência seja o que é: e estes conceitos são os dos objetos concebidos de maneira realista.⁵

Esta passagem, porém, é rica em sugestões e dá lugar a diversos argumentos. Entre os que me ocorrem, formulo agora o que me parece mais forte e interessante, grafando em itálico algumas sugestões exegéticas:

1. Nenhuma descrição da experiência comum de um adulto normal pode ser suficiente e adequada para sustentar a concepção realista geral a menos que faça uso de conceitos de objetos concebidos de maneira realista, conceitos que irreflexivamente se supõem como geralmente aplicáveis (*tanto por aquele que descreve como pelo sujeito da experiência, presumivelmente*).
2. *Aceitar a aplicabilidade geral de tais conceitos, porém, é aceitar a visão realista geral.*

⁴ Ibid., p. 45.

⁵ Ibid., p. 45.

3. E nenhuma visão pode ser uma teoria relativa a certos dados se os dados não podem ser descritos *de forma tal que sustentem suficiente e adequadamente a visão*, a menos que esta última tenha sido aceita, isto é, se a descrição dos dados pressupõe em tal sentido a visão.
4. Consequentemente a visão do realismo geral não pode ser uma teoria relativa à experiência comum de um adulto normal.

Poder-se-ia admitir que, no que se refere às atitudes normais e recursos linguísticos, a experiência comum de um adulto normal é mais bem descrita por parte do sujeito se faz uso do “como se”: dizer que a experiência é como a que alguém tem quando se depara com uma cena de tipo realista bem iluminada, etc. É claro, no entanto, que a experiência de um adulto normal *seja impossível de descrever* exceto por meio de um uso tal de conceitos realistas? Strawson faz esta colocação de forma aberta (nas páginas 43 e 44) e a repete duas vezes em combinação com uma tese sobre a experiência que não parece obviamente equivalente:

No entanto, parece que não podemos oferecer uma caracterização veraz nem sequer da experiência sensível – que estes juízos, como afirmou Ayer, “ultrapassam” – sem referência aos juízos em si mesmos, que nossa própria experiência sensível em si mesma está completamente infiltrada pelos conceitos de objetos que figuram em tais juízos.⁶

A experiência sensível é infiltrada por conceitos em relação aos quais a irreflexiva aceitação de sua aplicabilidade geral é uma condição para que seja assim infiltrada, uma condição para que esta experiência seja o que é; e estes conceitos são os dos objetos concebidos de maneira realista.⁷

Se distinguirmos bem nitidamente, como devemos, entre a experiência sensível em si mesma e as descrições que fazemos dela, então não poder descrever a própria experiência a não ser recorrendo a concei-

⁶ Ibid., p. 44.

⁷ Ibid., p. 45.

tos realistas permitiria concluir imediatamente que estas *descrições* que alguém faz estarão infiltradas por tais conceitos. Não vejo, contudo, que daqui decorra que a própria experiência *em si mesma* seja assim “infiltrada” (qualquer que seja o significado disto). Naturalmente, o fato de que a mesma experiência sensível fosse assim infiltrada seria oriunda de um argumento para a declaração de que não pode ser descrita adequadamente sem apelar aos conceitos infiltrantes. Tal como estão as coisas, todavia, seria necessário primeiro demonstrar que a infiltração da descrição implica a infiltração do descrito.

Poder-se-ia replicar aqui que não necessitamos assumir que a experiência mesma seja infiltrada por conceitos realistas. Embora se possa dizer isso de um modo mais enfático, a questão real é que a *descrição* da experiência deve ser assim infiltrada, mas isto elimina nosso único argumento a favor do “ponto real”. De um modo ou de outro, portanto, sente-se neste aspecto uma importante carência.

Ayer discorda do enfoque de que a nossa experiência ou as nossas descrições dela devam estar assim infiltradas pelos conceitos realistas comuns. Ele não vê razão alguma para supor que os idealistas berkeleyanos ou os realistas lockianos ou os cientistas devam ter experiências sensoriais “de uma natureza radicalmente diferente da do homem comum”. Os realistas de senso comum adotariam simplesmente “uma maneira diferente de explicar as próprias experiências sensoriais daquela que os realistas científicos consideram oferecer uma resposta melhor”.⁸ Aqui devo tomar partido com Ayer, pelo menos enquanto não vejo nenhuma forçosa razão a favor do argumento de que a própria experiência *em si mesma* vai diferir da adoção de uma visão diferente do mundo que nos cerca, e que (portanto) é *impossível* descrever a experiência comum, salvo mediante o uso dos conceitos realistas comuns.

⁸ Ibid., p. 292.

Em seguida, Strawson nos apresenta importantes características da concepção realista de senso comum do mundo:

A partir da posição do realismo de senso comum, nos consideramos como imediatamente conscientes de objetos físicos, reais e constantes no espaço, objetos dotados de propriedades visuais e táteis; e damos por suposto que estes objetos constantes são causalmente responsáveis por nossa percepção intermitente deles”.⁹

Ao contrário, o realismo científico ou o lockiano atribuem aos objetos físicos somente propriedades postuladas pela ciência e negam aos objetos em si mesmos as qualidades visuais ou táteis da percepção comum.

Perceber os objetos físicos tais como, de acordo com o realismo científico, eles realmente são, seria percebê-los como carentes de tais qualidades. Mas, esta noção é autocontraditória. Portanto, que não percebamos os objetos tais como realmente são é uma consequência necessária desta forma de realismo.¹⁰

Finalmente Strawson submete à crítica o esquema do senso comum com base nestas descrições. “A questão principal a considerar [...] é se estamos racionalmente forçados a abandonar ou a modificar radicalmente o esquema à luz do conhecimento científico”.¹¹

Em primeiro lugar, devemos reconhecer totalmente o poder que o realismo de senso comum detém sobre a consciência comum.

Quando usamos conceitos tais como “os lábios e o cabelo do ser amado”, não estamos designando dados sensoriais ou ideias, mas entidades independentes, imediatamente perceptíveis e possuidoras de qualidades fenomênicas, visuais e táteis. Isso, porém, conduz a uma contradição.

⁹ Ibid., p. 53.

¹⁰ Ibid., p. 49.

¹¹ Ibid., p. 53.

Se o realismo lockeano ou o científico é correto [e se] os objetos dos quais falamos têm realmente propriedades fenomênicas, então eles não podem ser, deste ponto de vista, objetos físicos que existem e duram no espaço físico. Nada que seja imediatamente perceptível [...] é uma existência fisicamente real e independente.¹²

Os realistas científicos poderiam responder, de forma kantiana, aceitando essa influência do realismo de senso comum, mas sustentando ao mesmo tempo que sua visão do mundo é racionalmente inferior àquela que a ciência nos revela. O próprio Kant confiou inclusive o marco espaço-temporal ao campo de nossa subjetividade, o que exige a sua filosofia de apresentar uma objeção de peso ao realismo científico, a da refutação a uma bifurcação da natureza, similar à de Berkeley em relação ao divórcio entre qualidades primárias e secundárias em Locke (entre outras coisas). Contra o realismo científico podemos agora argumentar que é impossível que o marco espaço-temporal esteja desprovido de todo objeto fenomenicamente acessível. Não podemos eliminar todos os corpos que têm forma e cor e esperar captar sensorialmente um universo composto de partículas imperceptíveis distribuídas num sistema espaço-temporal. Durante muitos anos Ayer fez uso, repetidas vezes, desta objeção, expressando dúvidas tais como “se é inteligível a noção de um sistema espacial ainda quando nenhum de seus elementos pode ser observado”.¹³

Evidentemente esta não é, segundo Strawson, uma dificuldade claramente insuperável, mas, obviamente, o preocupa e preferiria evitá-la; por isso ele tentará evitar a contradição. Uma solução compatibilista seria a de “combinar” as duas imagens – a científica e a manifesta¹⁴ – sem degradar nenhuma delas. Ayer recomenda tal compatibilismo, mas

¹² Ibid., p. 54.

¹³ Strawson assinala certas passagens de Alfred J. Ayer em *The Central Questions of Philosophy*. London: Penguin, 1973. p. 84, 86-87, 110.

¹⁴ Ver o artigo inicial de Wilfrid Sellars. *Science, Perception and Reality*. Londres: Routledge & Kegan, Paul, 1963.

Strawson observa a discrepância de John Mackie, que propõe, ao contrário, a mesma “teoria do erro” que defende também em metaética. Para Mackie, a postulação de ocupantes de um espaço-tempo objetivo, dotados de propriedades fenomênicas (tal como o faz a consciência comum), embora não seja absurda ou impossível, é simplesmente errônea, errônea porque um sistema explicativo rival, derivado da ciência contemporânea, vence o realismo comum.

Não obstante, acusa-se a “teoria do erro” de ser totalmente absurda desde o momento em que as cores captadas pela consciência comum não poderiam estar presentes nos corpos, que têm lugar num sistema espaço-temporal, sem ser imediatamente perceptíveis. “Qualquer que seja o caso da forma e da posição, as cores são *visibilia* (qualidades *imediatamente* visíveis) ou não são nada”.¹⁵

Ambas as imagens poderiam ser combinadas numa visão pacificadora mediante a identificação dos corpos da imagem manifesta com as configurações de partículas da imagem científica. Por outro lado, poder-se-ia considerar que tais partículas não são necessariamente imperceptíveis; sua imperceptibilidade seria “simplesmente uma consequência empírica de sua pequenez”,¹⁶ conforme sugere Ayer. Embora individualmente imperceptíveis, reunidas formam os grupos perceptíveis e coloridos, constituintes dos corpos de nossa imagem manifesta. Strawson duvida de que esta afirmação “pode ser considerada satisfatória”. Aqui ele raciocina do seguinte modo: supomos que devido a seu pequeno tamanho as partículas só são perceptíveis de forma contingente. Suponhamos que as condições que as tornam imperceptíveis variam de algum modo por uma redução significativa das diferenças de tamanho, por exemplo, ou por nos conceder uma visão melhor. As partículas da imagem científica tornar-se-iam para nós imediatamente perceptíveis

¹⁵ *Perception and Identity*, op. cit., p. 56. Na página 54 já se havia estipulado que perceptível passava a significar “imediatamente perceptível”.

¹⁶ *The Central Questions*, op. cit., p. 110.

na forma requerida pela imagem manifesta? Não é assim. A razão para isso é que as cores que a imagem manifesta desejaria atribuir àquelas agora supostamente perceptíveis partículas e suas configurações não desempenhariam, todavia, nenhum papel na teorização e explicação científicas. Só as propriedades que desempenham tal papel serão aceitas como verdadeiramente presentes em entidades da imagem científica tais como as partículas e suas configurações. Em resposta, Ayer admite a força desse argumento e “se inclina a aceitar que nenhuma propriedade fenomênica que parecemos perceber que [estas partículas] têm, figuraria na explicação física de que conseguimos percebê-las”.¹⁷

Tendo descartado a “teoria do erro” e a “combinação pacificado-ra”, Strawson apresenta agora a sua proposta. As atribuições cromáticas, assinala, são frequentemente relativas aos padrões vigentes, que podem variar de um contexto para outro. Um tecido pode ser visto como verde a olho nu e *realmente* verde quando comparado com sua aparência sob uma luz que promove distorções. Vista sob um microscópio, porém, a superfície pode *realmente* exibir um padrão matizado de azul e amarelo. Elimine-se a relatividade e se chegará a uma incoerência: nenhuma superfície pode ser ao mesmo tempo verde homogênea e matizada de azul e amarelo. Com a relatividade, restaura-se a coerência: *a olho nu*, o tecido é verde; *sob o microscópio* é matizado de azul e amarelo.

Passemos agora da relatividade das atribuições cromáticas a uma relatividade similar nas visões do mundo. Para o realismo de senso comum correspondente “à posição da percepção humana”, a mesa de Eddington é dura, sólida e de um marrom homogêneo. Para a posição científica do físico contemporâneo é um conjunto de partículas eletricamente carregadas e de nenhum modo marrom. Não há aqui nenhum conflito. Alguém pode ser ao mesmo tempo cientista e comensal. Cabe combinar ambas as posições numa única sentença: “esta mesa lisa de couro verde”, dizemos, “desde o ponto de vista científico não é senão

¹⁷ *Perception and Identity*, op. cit., p. 296.

um aglomerado de cargas elétricas em ampla dispersão e em rápido movimento”. Aqui o sujeito de nossa sentença corresponde ao senso comum, enquanto que o predicado corresponde à posição científica; quando percebemos isto, a impressão de incoerência se desfaz.¹⁸

Em seu escrito, Ayer responde à crítica de Strawson da seguinte maneira:

Podemos admitir a força explicativa das teorias científicas sem interpretá-las como instrumentos e ainda assim permitir que elas governem nossa concepção acerca daquilo que existe. Para isso podemos escolher manter-nos no nível da teoria que nos brinda uma imagem manifesta do mundo. Tenho direito a pensar que isto implica que em última instância não se trata mais do que de uma questão de escolha. Até as teorias rivais são inteligíveis e coerentes, e cada uma delas pode, em seu próprio domínio, validar suas pretensões de verdade; poderia não haver, na terminologia de Quine, nenhum fato subsequente do tipo dos que dariam ainda um sentido à pergunta acerca de qual é correta. Noto que isto me conduz a algo muito próximo à posição de Strawson, mas exigiria uma consolidação que espero ter obtido.¹⁹

Como escolher ou sequer comparar estas posições? Está a posição do senso comum em paridade com a da ciência? Strawson não entra – e sequer se aproxima – nessas questões que Ayer se apressa a dar por concluídas: *Trata-se “no fundo, de uma questão de escolha e pode não ter sentido a pergunta sobre qual é a correta”*.²⁰ É justamente neste ponto, entretanto, que devemos moderar nossa marcha e nos mostrarmos cautelosos. O que deveríamos dizer a propósito de superstições tais como a

¹⁸ Ibid., p. 59.

¹⁹ Ibid., p. 297-298.

²⁰ Isto não é, por outro lado, somente uma observação isolada de Ayer ou uma desculpa conveniente para a crítica de Strawson. Repetidas vezes nos escritos de Ayer, inclusive desde os primeiros, encontramos um compromisso firme com a necessidade de critérios ou procedimentos de verificação que permitiriam uma resposta para que as perguntas sejam literalmente sensatas e compreensíveis. E tem-se a sensação de que estes procedimentos e critérios são, ao fim e ao cabo, matéria de escolha ou convenção. A presente passagem é, em minha opinião, simplesmente uma declaração categórica de um enfoque de longa data.

astrologia? Suponhamos que algumas delas também possam “em seus próprios domínios validar suas pretensões de verdade”. É esta, então, uma mera questão de escolha entre elas e a ciência? E a partir de que posição estamos fazendo esta extraordinária afirmação? É a partir da ciência mesma? Seguramente a visão científica não pode contradizer-se de maneira tão óbvia. E se não adotamos a posição científica, para qual devemos nos voltar? Para o senso comum manifesto? Se nos refugiamos no senso comum, contudo, então devemos dizer que a mesa é sólida e marrom e, conseqüentemente, devemos pensar que a ciência se equivoca ao negar-lhe estas propriedades. Ao retomar o que Ayer dá por concluído, abrimos uma caixa de Pandora.

Dado que em alguma parte nos equivocamos em nosso caminho, voltemos para trás nossos passos. Em particular, voltemos para a combinação compatibilista do senso comum e a ciência que Ayer apresenta. Eu mesmo concordo com Strawson, como o faz Ayer, que a ciência dificilmente invoque cores em objetos físicos a fim de explicar a visão da cor. Se a posição científica nos compromete a aceitar somente as propriedades que a ciência postula para seus propósitos explicativos, então não poderíamos, a partir desta posição, aceitar as cores nos objetos físicos. Aqui poder-se-ia objetar que essa posição deveria ser atenuada de tal modo que nos comprometa a *aceitar* as propriedades que a ciência postula, mas não *rejeitar* todas as demais propriedades. Isto abriria a possibilidade de apreciar as cores em nossas pinturas sem má-fé ou falsa consciência científica. E neste ponto não parece haver nenhuma *incoerência*. Ainda quando as partículas individuais são demasiado pequenas para vê-las coloridas ou, na verdade, sequer para vê-las, ainda quando a sua atribuição dificilmente desempenhe algum papel na explicação científica, ainda assim, porque deveria isto impedir que fossem de alguma maneira coloridas, e coloridas no pleno sentido fenomênico da consciência realista de senso comum ordinário? Sendo assim as coisas, seria ainda mais surpreendente que configurações suficientemente grandes de tais partículas não possam constituir os corpos comuns da vida cotidiana, incluindo a mesa de Eddington não só com sua forma, mas também sua

cor. Novamente, não há aqui incoerência, a menos que convertamos a visão científica de mundo numa ideologia imperialista que busca não só ocupar, senão também aniquilar e substituir. Assim, de acordo com este cientificismo imperialista, as propriedades hipotéticas podem sempre ser racionalmente rejeitadas ou eliminadas se a ciência não as necessita para seus propósitos explicativos. Há, porém, um grande hiato entre este programa agressivamente negativo do cientificismo e a concepção positiva de que as propriedades podem ser postuladas se são úteis para a explicação científica. E não está claro como este hiato pode ser eliminado. Por exemplo, nem toda a propriedade aceita pareceria justificável para o enfoque cientificista. Poderiam as propriedades F_1, \dots, F_n ser justificadas exclusivamente por meio de sua utilidade para explicar os fenômenos constituídos pelas propriedades G_1, \dots, G_m , enquanto estas, por sua vez, são justificadas exclusivamente por sua utilidade para explicar os fenômenos constituídos pelas propriedades F_1, \dots, F_n ? Não poderia haver, para justificar a aceitação de *algumas* propriedades, alguma outra coisa para apelar, algo diferente de sua utilidade no projeto explicativo da ciência? E o que impede a possibilidade de que exista uma posição menos imperialista para a ciência, uma posição que pacificamente ocupe e aglutine em vez de agressivamente eliminar e suplantar?

Esta resposta parece em princípio aceitável. O que ocorre, no entanto, se a ciência consegue explicar nossa experiência visual e o faz sem recorrer às cores nos objetos comuns? Podemos pensar normalmente que uma bola de neve distante aproximadamente um metro e sob a luz do sol, parece branca porque *é* branca. Se a ciência desenvolve uma explicação muito melhor acerca de por que esta bola de neve parece branca (e assim com todos os fenômenos análogos) sem atribuir cores aos objetos físicos, podemos ainda insistir que esta bola de neve parece branca porque *é* objetivamente branca? Que relação ou relações poderia haver entre esta brancura objetiva da bola de neve e sua propriedade em termos da qual a ciência explicaria porque nós a vemos branca neste momento? Poder-se-ia tratar de propriedades totalmente independentes e logicamente desconexas, cada uma das quais proporcionando sua

própria e exclusiva explicação independente sobre o porquê de nossa experiência correspondente em tal situação? Isto pareceria uma duplicação não razoável e um bom candidato para a navalha de Ockam, mas se negamos que os objetos físicos que nos rodeiam são verdadeiramente coloridos, voltamos, precisamente, para a “teoria do erro”.

Continuar pelo caminho relativista, como o faz Ayer, conduz ao desastre. Entre as concepções consideradas anteriormente, a alternativa mais atrativa é oferecida pela combinação pacificadora, de senso comum e ciência, de Ayer. Ela foi no início rejeitada porque a posição científica supostamente abomina toda a propriedade hipotética que seja supérflua para os propósitos explicativos. E ainda que em si mesmo isto faça parecer a posição científica demasiado imperialista, não é menos certo que resta um problema por resolver para que a ciência seja capaz de explicar a experiência perceptiva sem apelar a nenhuma propriedade visual ou tátil dos próprios objetos físicos. Se persistimos de todas as maneiras em atribuir propriedades visuais ou táteis aos objetos físicos em si mesmos, não caímos numa absurda e desnecessária duplicação? E se a hipótese, a explicação científica, é melhor que a do senso comum, então parece que nos dirigimos para uma “teoria do erro”: estamos simplesmente num erro quando atribuímos propriedades fenomênicas aos objetos mesmos.

Refugiar-nos numa teoria do erro não é, todavia, nada atraente, em parte pelas razões indicadas por Strawson. Em última instância, pode ser que esta seja capaz de sugerir algumas intuições aceitáveis, mas isso está ainda por ser provado, e de qualquer modo, não pode por si mesma dar conta satisfatoriamente da percepção. De modo específico, o artigo de Strawson insinua uma crítica de peso à teoria do erro e também o faz o recente trabalho de Barry Stroud, não somente no que diz respeito às qualidades secundárias, senão também no que se relaciona aos valores.²¹

²¹ Para as qualidades secundárias, suas recentes conferências sobre Locke, e para os valores, suas dissertações sobre Tanner, realizadas na Universidade de Buenos Aires em junho de 1988.

Se uma descrição suficientemente completa de nossa experiência perceptiva deve recorrer ao “como se”, então tal descrição estará necessariamente infiltrada pelos conceitos realistas fenomênicos do senso comum. Não podemos, contudo, descrevê-la adequadamente desta forma – tal como deveríamos se queremos fazer-lhe justiça e descrevê-la de forma suficientemente completa –, a menos que aceitemos seriamente o realismo de senso comum, incluindo seu comprometimento com conceitos realistas fenomênicos. Assim, seria incoerente aceitar um realismo científico que descreve nossa experiência perceptiva, pretende explicá-la apelando para uma Psicologia científica da percepção, e conclui a partir disso que é um erro atribuir propriedades fenomênicas aos objetos físicos em si mesmos. A incoerência reside em aceitar o realismo de senso comum das propriedades fenomênicas, que se requer para descrever adequadamente nossa experiência perceptiva, ao mesmo tempo em que pretendemos que tal aceitação é errônea, enquanto somos capazes de explicar tal experiência perceptiva sem atribuir propriedades fenomênicas aos objetos físicos em si mesmos. A objeção de Strawson-Stroud é plausível e de fato se impõe se descrever uma experiência de “algo branco e redondo” é dizer que é o tipo de experiência que alguém normalmente teria diante de algo branco e redondo (algo de tamanho médio, bem iluminado, etc.). Porque dizer que alguém teria *normalmente* tal experiência quando diante de tal objeto parece implicar que realmente existem tais objetos com os quais alguém se depara. Toda esta questão exigiria maior estudo, mas desde já representa uma objeção *prima facie* contra qualquer teoria do erro. Certamente preferiríamos alguma maneira de combinar o senso comum e a ciência sem declarar com isso que um deles está completamente errado. O relativismo de Strawson-Ayer é uma forma de fazer isso, tem essa virtude; mas já vislumbramos suas consequências, que parecem intoleráveis. Haverá uma forma melhor?

Parece pouco provável que as crianças ou as pessoas comuns concebam realmente o peso de um objeto como algo relativo, referente a nossa força ou à proximidade da massa terrestre. O que é pesado para Davi, todavia, pode ser leve para Golias; o que é pesado aqui pode ser

leve na Lua; e o peso relativo de um objeto em determinado lugar e para uma determinada pessoa (ou comunidade) seria cientificamente explicado, em parte, com relação a sua massa. Além disso, poder-se-ia explicar parcialmente por que *nós o sentimos pesado*, em parte em função de sua massa, por meio da Psicologia científica. Ainda assim podemos não ser capazes de descrever a sensação de gravidade adequadamente, sem fazer uso do conceito realista de gravidade que aplicaríamos a nosso volume da *Columbia Desk Encyclopedia* ou pelo menos do conceito “mais pesado que”, que aplicaríamos a tal volume, com respeito ao último exemplar do periódico local. Sendo as coisas deste modo, seremos forçados a afirmar que os objetos não são realmente pesados, senão que somente possuem massa, que não há necessidade de admitir nenhuma propriedade tal como o peso ou a gravidade, e que o realismo científico deveria rejeitar tal propriedade e excluí-la totalmente de sua visão da realidade, uma vez que ela não tem nenhum papel explicativo, sequer na explicação de nossa experiência de peso?

A linha Strawson-Stroud poderia responder que não se poderia descrever de um modo coerente nossa experiência do peso a fim de explicá-la em primeira instância sem aceitar que existem realmente objetos pesados ou, pelo menos, objetos mais pesados que outros. E já vimos que esta linha crítica, embora em desenvolvimento, parece certamente plausível e promissora. De modo que nos encontramos num *impasse*. Por um lado, sentimos a força do realismo científico, especialmente o preceito contra a complicação desnecessária de nossa visão da realidade, que se aplicaria contra a postulação de *massa mais peso*, enquanto a explicação de nossa experiência (e muito mais) oferecida pela primeira é melhor que a explicação dada pela última. Por outro lado, nos vemos arrastados pelo argumento de que nossa experiência não pode ser coerentemente descrita se negamos peso real a todos os objetos que nos cercam, de que não podemos sustentar a “teoria do erro” e, de modo consistente, oferecer ao mesmo tempo uma descrição satisfatória de nossa experiência. Existe algum modo de sair do *impasse*?

Suponhamos que enfatizamos o caráter relativista de nosso conceito de peso; não sua relatividade em relação à massa e à posição dos corpos pertinentes, que deixamos de lado, mas sua relatividade à força dos sujeitos envolvidos e a suas experiências ao levantar o objeto, etc. Suponhamos também que a propriedade de ser algo tal que imprima num sujeito certas impressões subjetivas em determinadas circunstâncias não desempenha um importante papel explicativo, sequer na explicação de porque um sujeito tem essas impressões nas circunstâncias pertinentes; admitamos verdadeiramente que uma Psicologia científica não apelaria a nenhuma propriedade disposicional ao explicar porque um sujeito tem tais impressões em circunstâncias apropriadas, que a melhor explicação recorreria em vez disso ao conceito de massa e a outros conceitos que envolvem nosso sistema nervoso, etc. Ainda assim, por que deveria isto excluir um conceito disposicional de peso de nossa concepção da realidade?

Os realistas científicos poderiam argumentar do seguinte modo: qual é, precisamente, o conteúdo deste suposto conceito de peso? Atualmente se supõe que é a noção de uma disposição a imprimir em nós certas experiências. Que experiências, porém? Já nos foi dito que estas experiências não podem ser descritas adequadamente sem invocar, precisamente, o conceito de peso objetivo. Desse modo, não estamos nos movendo num círculo vicioso?

Cada um de nós teve a experiência de sustentar um objeto pesado no ar, e podemos reconhecer essa experiência do mesmo modo que podemos identificar uma e mais vezes a experiência visual correspondente ao rosto de um ente querido. Parece certo que não podemos descrever essa experiência de peso muito adequadamente mediante a linguagem, a não ser talvez recorrendo a suas causas típicas e a seu peso ou a seu peso relativo; do mesmo modo que não podemos descrever a experiência visual correspondente ao rosto, a não ser talvez recorrendo a sua causa típica e a sua identidade. Não existe, porém, nenhum problema a respeito do reconhecimento facial, ainda quando admitamos que

existe uma certa fisionomia objetiva correspondente a um rosto amigo. Podemos sustentar consistentemente ambas as coisas: que há algo assim como uma fisionomia objetiva e que nossa experiência visual correspondente a ela não pode ser descrita, com os recursos normais, a não ser recorrendo à identidade do amigo cujo rosto vemos. Então, porque há problemas a respeito do reconhecimento do peso, do reconhecimento da cor e, em última instância, a respeito do reconhecimento da qualidade secundária em geral? Em que consiste este problema que não aparece no fenômeno do reconhecimento facial ou que no máximo é muito difícil de encontrar em tal fenômeno? O problema é outra vez e mais especificamente uma questão de circularidade. Nos foi oferecida uma explicação do peso objetivo em termos da sensação de peso nos sujeitos, mas, esta sensação de peso é por sua vez explicada em termos do peso dos objetos pesados que são levantados. E não é este, exatamente, um círculo vicioso de definições?

Este seria um círculo vicioso se ambas as “explicações” tomassem a forma de definições da mesma espécie. Não se pode definir as sensações de peso em termos do peso dos objetos correlativos, enquanto que, no mesmo sentido, se define o peso dos objetos em termos das sensações de peso inversamente correlativas. Talvez, entretanto, não se deva interpretar que as “explicações” pertinentes são ambas definições da mesma espécie.

Talvez a “explicação” do peso objetivo comporte a constatação da citada propriedade na realidade, a espécie de propriedade de que se trata. Assim a natureza do peso nos objetos é considerada uma disposição a imprimir nos sujeitos certas sensações (entre outros fatores). *Que sensações?* Aqui nos encontramos com um déficit de palavras. E assim recorreremos precisamente a “peso” outra vez, mas agora de um modo diferente. Agora nós não explicamos a espécie de sensação implicada mediante uma indicação da constituição real do objeto de que se trata. Não queremos dizer que o tipo de sensação que o sujeito tem é constituído pelo menos em parte pela propriedade de ser causada pelos objetos

pesados sustentados. Isso seria, desde já, explicar de forma viciosamente circular as respectivas constituições: a constituição do peso dos objetos levantados e a constituição da propriedade pertinente dos sujeitos – a propriedade de ter a sensação de levantar um objeto pesado.

Se devemos manter nossa explicação acerca do peso dos objetos sustentados em termos das sensações do sujeito (entre outros fatores), então precisamos entender de algum outro modo a “explicação” da propriedade correspondente às sensações pertinentes do sujeito. Dizemos que os objetos levantados “parecem pesados” e esta é, certamente, a sensação em termos da qual (entre outras coisas) se constitui, em primeira instância, o peso do objeto. Se nos for pedido que descrevamos a sensação em questão não temos, realmente, outra alternativa senão afirmar que o objeto “parece pesado” ou algo similar; temos de dizer “é a sensação de sustentar um objeto pesado” ou algo semelhante. E isto seria vicioso se ao dizê-lo nos propuséssemos explicar a constituição da sensação mesma ou de sua espécie pertinente. Felizmente não precisamos propor algo assim. Não poderíamos simplesmente descrever a sensação em questão em relação com as suas causas pertinentes? Como poderíamos, no entanto, fazê-lo se a citada causa pertinente consiste em sustentar objetos pesados e o peso objetivo, por sua vez, não equivale a nada mais senão a causa da sensação em questão nos sujeitos?

Pode-se considerar muito bem que aquilo que isso mostra é que para que nosso projeto de combinar as duas imagens seja viável devemos distinguir tão precisamente quanto seja possível entre *descrever* (a outros ou a nós mesmos) por um lado, e *identificar* e *reconhecer*, por outro. Obviamente, é difícil descrever a sensação de levantar um objeto pesado sem utilizar finalmente o conceito de peso que se aplica aos objetos pesados por si mesmos e, especialmente, é difícil descrever esta situação a uma outra pessoa sem recorrer linguisticamente a tal conceito. Se desta nossa incapacidade se deduz que também somos incapazes de *identificar* as sensações pertinentes e de *reconhecer* sua presença sem o uso de tal conceito de peso objetivo, então, como poderíamos sequer *aprender* o

conceito de peso objetivo? Tal peso é, por sua natureza, um princípio de causação de uma certa sensação, mas agora esta sensação parece não identificável e irreconhecível a não ser como produzida por tais objetos.

É realmente muito razoável distinguir assim entre descrição, por um lado, e identificação e reconhecimento, por outro, de tal modo que o fenômeno do reconhecimento facial já assinala a necessidade de assim fazê-lo. Dado, porém, que necessitamos invocar esta distinção tal como foi proposta com o intuito de fazer frente a nosso predicamento, não parece ser óbvio que, para apreender o conceito de peso objetivo, entendida a natureza de tal peso como uma disposição para causar certas sensações nos sujeitos, devemos ser capazes de *identificar e reconhecer* as sensações pertinentes quando estão presentes em nós. Isto seria talvez assim se a natureza de uma propriedade se visse sempre refletida diretamente nos critérios que alguém necessita conhecer e aplicar para apreender o conceito de tal propriedade (assumindo inclusive que existem coisas tais como o conceito da propriedade em questão). A ontologia, no entanto, de uma propriedade, não guarda sempre essa relação com sua epistemologia ou Psicologia.

Temos aqui um caminho alternativo para começar a pensar sobre nossa apreensão do conceito de peso objetivo. Se fizer parte da natureza do peso objetivo que os objetos com tal propriedade causem certa espécie de sensação quando são levantados sob determinadas condições, então, talvez para apreender cabalmente tal propriedade devemos ser capazes de discriminar objetos atendendo a sua causação de tais sensações em nós. Para que isto ocorra, todavia, estas sensações devem estar presentes em nós e ser aparentes em nossa conduta discriminatória, tanto intelectual quanto física. Podemos assim ter um predicado – “pesado” ou equivalente – cuja aplicação ao objeto em nossas mãos é causalmente produzida pela presença pertinente das sensações em questão. Exige-se somente que tais sensações estejam sistematicamente presentes e operantes quando sustentamos algo sob as circunstâncias adequadas.

Isso sugere a possibilidade de combinar tudo o que segue numa visão coerente:

1. Para um objeto físico, ser pesado é (pelo menos em parte importante) ser tal que cause certas sensações naqueles que (em determinadas circunstâncias) o levantam.
2. Uma explicação científica acerca de por que um objeto pesado não recorreria a seu peso objetivo, mas antes, por parte do objeto, somente a propriedades científicas e teoricamente frutíferas como sua massa e, por parte do sujeito, ao trabalho do sistema nervoso, etc.
3. Na verdade, o peso objetivo dos objetos tem raramente um papel significativo na teoria ou explicação científicas.
4. Não obstante, somos incapazes de descrever as *sensações* pertinentes de peso sem crer, ao mesmo tempo, no peso objetivo dos objetos que nos cercam, porque as descrevemos como sensações normalmente causadas pela ação de levantar algo pesado, o que parece exigir que existam objetos tais que tenham a função de causa.
5. Isso, porém, não impede nossa apreensão do conceito de peso objetivo. Escapamos do círculo vicioso porque apreender um conceito tal não implica primeiro identificar ou reconhecer as sensações em questão e depois atribuir causação às mesmas e, portanto, peso objetivo ao objeto em nossas mãos, com base nesta identificação primária ou reconhecimento prévio das sensações em questão. Na verdade, não temos necessidade de identificar ou reconhecer tais sensações para apreender o peso objetivo, ainda quando, por sua verdadeira natureza, este implica a causação de tais sensações nos sujeitos. Tal apreensão parece exigir, no máximo, que as sensações em questão sejam operantes em nossa discriminação dos objetos objetivamente pesados. E para que elas sejam assim operantes não parece necessário que sejam, por sua vez, identificadas ou reconhecidas pelo sujeito, mas somente que estejam presentes e ativas.

6. É compatível com o anterior, e em particular com o número 1, que as propriedades dos objetos, tais como seu peso sejam, real e objetivamente propriedades dos mesmos, ainda quando sejam, ao menos em parte, disposições a afetar os sujeitos de certo modo em certas circunstâncias.²²
7. Finalmente, também é compatível com o que foi dito que nossa percepção do peso de um objeto seja direta ou imediata (pelo menos em vários sentidos pertinentes destas palavras multiformes). Em particular, podemos ser capazes de informar com conhecimento e justificação acerca do peso de um objeto sem ter de ser conscientes de nenhuma ideia ou sensação de peso, e sem ter de passar de modo algum por alguma inferência consciente.
8. É possível realizar a plausibilidade das teses 1 a 7 e a coerência do conjunto ao comparar o conceito de peso com o de cubicidade, que parece claramente apreensível e diretamente aplicável a um objeto dado por uma pessoa, embora esta careça de qualquer apreensão de sua análise em termos de seis faces quadradas, etc. Similarmente para o peso e sua análise como disposição para causar certa espécie de sensações nos sujeitos, etc.

O que foi referido até aqui combina com justiça tanto a ciência e o senso comum como os realismos científico e de senso comum. Evita as armadilhas do relativismo radical da teoria do erro e da duplicação de explicações (por cones e bastonetes, etc., junto com a objetiva branca em adequada iluminação, por exemplo). Podem permanecer armadilhas, naturalmente, mas se estas são reais, ainda precisam ser percebidas.

²² Observe-se, por outro lado, que podem estar implicadas diferentes espécies de disposições. Assim, o peso pode envolver efeitos nos sujeitos pertinentes de tal modo que a sua constituição afetará o peso dos objetos que os cercam. Se fôssemos mais fortes os objetos seriam mais leves, mas não é tão claro que as cores sejam, neste sentido, como o peso. Tornar-se-ia repentinamente azul a grama se nossos receptores visuais mudassem apropriadamente? Ou a cor da grama é determinada antes pela forma em que, ao olhá-la sob uma boa iluminação, são afetados visualmente os sujeitos constituídos *tal como o estamos nós no mundo real?*

RÉPLICA A ERNEST SOSA

Peter F. Strawson

A imagem do senso comum sobre o meio ambiente físico de cada um de nós é vista, frequentemente e de um modo correto, como representando os objetos materiais da percepção como coisas dotadas de uma experiência independente, *inter alia*, como propriedades visuais e táteis, cores notáveis e texturas perceptíveis. A explicação cientificamente inspirada dos mesmos objetos é igualmente sustentada na maioria das vezes para implicar a negação de que aqueles objetos possuem real e objetivamente tais qualidades secundárias como a cor. Os dois pontos de vista, assim entendidos, parecem estar em conflito direto entre si. O professor Sosa compartilha minha relutância em aceitar essa conclusão. “Preferiria”, diz, “alguma maneira de combinar o senso comum e a ciência sem declarar com isso que um deles está completamente errado”. Ele considera a sugestão que fiz no artigo *Perception and its Objects* um caminho para fazer isso, mas acha suas consequências “intoleráveis”. E então busca um caminho melhor.

Minha sugestão foi que deveríamos assinalar uma diferença clara entre os dois pontos de vista: o da percepção humana, por um lado, e o ponto de vista do realismo científico, por outro – e aceitar a *relatividade* de um ou outro de ambos sobre suas respectivas concepções das propriedades reais dos objetos físicos. A relativização dissolve o conflito. O que o professor Sosa acha intolerável aqui? Bem, o professor Ayer, em

seu comentário, sobretudo simpático, sobre meu trabalho, parece aceitar que cada ponto de vista – ou como ele prefere expressar, cada teoria – é em seus próprios termos coerente e que somos livres para *escolher* entre eles. Na realidade, parece sustentar que não somos tão somente livres, mas que estamos obrigados a escolher. Cito: “isto implica”, argumenta, “que em última instância é um assunto de escolha”.

É justamente esta posição a que o professor Sosa acha intolerável. E com razão. Penso, porém, que a conclusão é prejudicial, não para a minha proposta relativista, senão para o que Ayer considera suas implicações. Se isto é na realidade assunto de uma escolha forçada entre concepções rivais, alguém deveria verdadeiramente perguntar-se a partir de que ponto de vista racional poderia ser feita; e dada a resposta de que não há isso, deveria seguir-se que nenhuma escolha racional poderia ser feita. Meu ponto, no entanto, era que não há problema ao fazer uma escolha, que a verdade última reside no reconhecimento da relatividade; que inclusive podemos, e muitos o fazem, adotar ambos os pontos de vista; sendo dominante um ou outro numa ocasião dada, dependendo das preocupações do momento.

Permitam-me voltar-me agora para a própria posição do professor Sosa sobre a reconciliação entre o senso comum e a ciência. O exemplo que ele escolheu concentra-se no conceito fenomênico de “peso” ou “gravidade” claramente distinguido mediante o conceito teórico-científico de “massa”. Vou introduzir, porém, o exemplo mais familiar de cor. Ele concede facilmente ao ponto de vista científico que uma explicação científica ou uma explicação da experiência de ver um objeto como sendo, digamos, vermelho, não nos faria apelar para a vermelhidão objetiva do objeto; mas acrescenta que, todavia, o conceito de vermelhidão objetiva é totalmente correto. Isto não é *exigido* pela explicação científica, mas tampouco é *excluído* por ela. Ora, seria viciosamente circular oferecer uma definição constitutiva da vermelhidão como aquela que é (normalmente) a causa de uma experiência de vermelho e uma definição constitutiva da experiência de vermelho como aquela que é

(normalmente) causada pela vermelhidão objetiva; com isto faríamos a identificação de cada dependente sobre a identificação prioritária do outro. Não há, entretanto, circularidade ao afirmar que a experiência visual relevante pode ser *descrita* somente como aquela experiência (padrão, no sentido primário ou normal) na qual se vê objetivamente algum objeto vermelho. A discriminação de objetos objetivamente vermelhos *como aqueles* com a força da experiência visual assume agora seu papel central na história sem nenhuma necessidade de supor uma identificação independente ou prioritária da *experiência* visual do vermelho. A *cor* dos objetos é vista assim como relativa à experiência visual humana sem impugnar sua objetividade.

Esta proposta do professor Sosa parece-me bastante correta, mas não posso abster-me de acrescentar que não me parece que ela está em concorrência com a minha quando o que disse recentemente é entendido corretamente. Na realidade sinto-me inclinado a afirmar que ela é no essencial a mesma que a minha – embora expressada de um modo mais suave e menos provocativamente – o que é em si mesmo um mérito considerável na medida em que melhora as distintas propostas que geralmente foram consideradas aceitáveis.

LIMITAÇÕES AO EXERCÍCIO DA PERPLEXIDADE

Tereza de Jesús Zavalía

De um modo geral e não comprometido com nenhuma escola de pensamento em particular, consideramos que o exercício da perplexidade é o que melhor descreve o trabalho filosófico. Conseqüentemente é uma via para a descrição do trabalho de algum filósofo, em particular, o indagar que coloca limites, sejam internos, sejam externos, ao peculiar exercício de perplexidade que este representa.

Tentaremos uma exposição descritiva e modesta para a qual limitaremos nosso enfoque a alguns aspectos da Filosofia da Linguagem apresentada por Strawson.

Numa aula inaugural parece enfatizar-se a controvérsia entre os aspectos formais e os intencionais – em muitas outras oportunidades Strawson levou em conta aquela corrente de um modo crítico, com agudeza e perspicácia, assinalando com precisão limites à aplicação das questões de base que subjazem à citada exposição. Restaria caracterizar sua postura a respeito do segundo membro da controvérsia. Nosso título deixa prever que o tratamento deste segundo membro não nos é satisfatório.

A exposição geral manifesta-se a respeito da pertinência das questões intencionais. Manifesta-se também insatisfeita com o tratamento das propostas formalistas às questões intencionais. Estimamos, toda-

via, que uma pergunta crucial não tenha sido formulada nem tem tido a oportunidade de suscitar a subsequente cadeia de perplexidades, a saber: Quais são as relações entre as questões intencionais e as questões intensionais?

Poderíamos concordar que o tratamento de alguns temas parte da perspectiva e proposta duma descrição dos procedimentos e/ou critérios de identidade para enunciados, não assimiláveis estes a proposições.

Em nossa apresentação ficou linguisticamente marcada uma ambiguidade básica e radical, e que pode ser a chave para interpretar o modo de apresentação dos problemas por parte de Strawson, bem como também o grau de resolução que estes alcançam.

Referimos-nos à ambiguidade entre critérios de identificação e critérios de identidade. Obviamente, o segundo tem pretensões na área ontológica, enquanto que o primeiro somente abarca o epistemológico *cum* metodológico.

Se aplicarmos uma noção wittgeinstianiana de regra, é possível que a explicação das regras suponha um momento autorreferencialista e metalinguístico acessível somente numa segunda instância ao usuário, de modo tal que a ausência de critérios no plano epistêmico não implique a ausência de um critério ou instância ontológica, com o que deixamos assinalada a assimetria entre ambos os procedimentos, dado que uma ausência de instância ontológica implica uma concomitante ausência de critérios epistêmicos.

É válido perguntar-se até que ponto Strawson tem claro a presente distinção ao tratar do problema da identidade de enunciados.

Se enfocarmos o tratamento em termos da noção de verdade como conceito-chave para uma Filosofia da Linguagem, ou, o que poderia não ser equivalente, para uma teoria do significado, vemos que Strawson a desqualifica como critério todo-compreensivo da identidade de enunciados, porém não a rejeita como conceito-chave, não ao menos de um modo manifestadamente enfático, de tal maneira que isto nos leva a

considerar os tratamentos de um enfoque da linguagem como uso que, todavia, argumenta ocasionalmente em termos referencialistas. Devemos reconhecer que a noção de referência neste autor se redimensiona desde o intencional, porém temos de admitir que sobre a base de critérios de identidade/identificação de intenções repetidas e cruzadas (entre interlocutores) a questão relevante seria fornecer com clareza tais critérios, coisa que está longe de ser oferecida por este autor.

Por outra parte, os critérios para a determinação do tipo de intenção referencial são oferecidos em termos de condições veritativas de estruturas, as quais são formalizadas em estreita vinculação com a intencionalidade do emissor.

O aspecto da intenção referencial por parte do receptor decodificador das mensagens parece ficar mais livre de compromissos com a proposta verificacionista.

Os exemplos por meio dos quais se dá conta da situação são escolhidos de enunciados de crença, mas há outros casos que ilustram de modo mais apropriado as complexidades de intenções referenciais cruzadas de que se trata no processo semiótico, por exemplo, casos com um verbo intencional mais uma referência vazia, cujas condições de verdade não têm nada a ver com a existência do referente em questão: Ponce de León buscava a Fonte da Juventude.

A intenção referencial codificada com o verbo intencional “buscar” indica um marco referencial ainda mais presente que o de um enunciado de crença explícito, posto que estamos diante de uma crença *implicaturada*,¹ o panorama é ligeiramente mais complexo do que com um performativo explícito, a intenção referencial do referente vazio “Fonte da Juventude” é feliz em virtude do semantema intencional.

¹ O filósofo inglês Henry Paul Grice (1913-1988) formulou a proposta de uma semântica fazendo a distinção entre o significado do falante e o significado literal. O Método de Grice e sua teoria das *implicaturas conversacionais* foram inicialmente formulados no texto *Logic and Conversation*, de 1967. A preocupação nuclear de Grice era encontrar

Para mostrar que o que queremos revelar não se limita a proposições predicativas, como talvez certos tratamentos parecem apontar, daremos outro exemplo: “A rainha de ‘Sabá e se vem’, vem aqui oferecer sua graça”. A descrição anterior não está em posição predicativa, a falha radical de referência tem duas instâncias, um reino inexistente “Sabá e se vem”, e a função de reinar sobre ele. Isto não impede que haja falha da intenção referencial, suas condições estão satisfeitas, uma das condições de felicidade da intenção referencial anterior é justamente sua falha “radical”, a intenção referencial aponta a um aspecto expressivo da função da linguagem e sua conseqüente carga informativa – note-se que o trabalho informativo não é exclusivo da função informativa – e satisfazendo-o nos encontramos com um uso adjetival duma expressão referencial, indicando por este procedimento que o ouvinte da mensagem apresenta condutas não cooperativas devido a que se autoestima em demasia para certo tipo de tarefas menores (prosaicas). A existência do reino em questão não é um pressuposto da emissão, nem a de uma rainha para ele, muitíssimo menos é de reconhecê-lo, tal existência constitui uma implicação, a felicidade de sua utilização reside em que a citada vacuidade referencial é conhecida pelo falante e ouvinte, com este tratamento podemos considerar a força correspondente à emissão como uma ironia, mas dado que são conhecidos casos de multiplicidade e superposição de forças ilocucionárias para uma mesma emissão – multiplicidade presente no nível pragmático que possibilita decodificá-la – não é muito sutil negar-lhe o valor assertivo.

Não é de desdenhar outro exemplo extraído, como o anterior, de meu anedotário pessoal em diálogos adolescentes com minha abnegada progenitora tratando de conseguir uma “Marta” onde havia (e há) uma “Maria”: a – Que fazes?, b – Estou contemplando a quadratura do cír-

uma forma de descrever e explicar os sentidos que estão além do que é dito. Em última instância, como é possível que um enunciado signifique mais do que literalmente expressa. Deve haver algum tipo de regra que permita a um falante (A) transmitir algo além da frase e a um ouvinte (B) entender esta informação extra (N. do T.).

culo. Neste intercâmbio a frase *b* é do tipo declarativa requerida e seu conteúdo informativo tem a força ilocucionária da asserção, a referência intencional identificadora é uma falha radical, todavia, a qual nos encontramos com um uso feliz da mesma, uma vez que uma adequada paráfrase da emissão *b* seria *b'* – nada, mamãe. Com a diferença que *b* transmite mais informação que *b'*, dado que a seleção de locutor permite notar que este assume, desfruta e até intelectualiza o ócio.

O ponto que estes exemplos pretendem ilustrar é que o tratamento que Strawson oferece destas questões admite ampliações e enriquecimentos, tematizando sobre a intenção referencial com uma amplitude de critérios maior que aquela que este autor aplica.

Evidentemente a ontologia da intenção referencial é mais rica que aquela que parece estar constituída por eufemísticos “estados de coisas”. Quando se decide abrir espaço às questões da intencionalidade – tanto referencial como outras variedades – pode parecer uma proposta altamente discutível sua redução a tópicos de tratamento extensionalista.

Não é este o lugar para mais que um breve comentário, porém entendemos que a perspectiva geral sobre as questões de critérios de singularização não é totalmente alheia à natureza dos critérios que se expõe no âmbito específico da linguagem. Cremos que propostas holistas sobre a linguagem não facilitarão a expressão destes critérios de referência identificadora. No caso de Frege, uma leitura de seus textos respeitando seus parâmetros – ou seja, uma leitura na qual a noção de sentido é critério para a de referência – os aspectos pragmáticos que este autor assinala mostram que é preciso levar em conta vínculos relacionais mais complexos que os expressados pelos critérios propostos por Strawson. Os parâmetros contextuais e a relação que antes assinalamos entre sentido e referência têm sido enfatizados por Strawson, o que não ficou redimensionado com a mesma precisão é o caráter a que tal forma de referencialismo deve responder, a nosso juízo claramente antiextensionalista. Entendemos que este é um ponto obscuro dentro deste tratamento.

Como esta questão não está tão enfatizada como desejaríamos e os tratamentos dos distintos temas tão ligados a questões do modelo verificacionista, entendemos que há uma subjacente ambiguidade na aposta a seguir, considerando a noção de verdade como um conceito-chave a respeito do significado. É como se fosse difícil livrar-se da influência do positivismo lógico, cujo berço não é precisamente Oxford.

Sobre a base de considerações como: “Há na linguagem ordinária várias formas de referência indefinida de particulares e várias maneiras de fazer, a respeito de reivindicações particulares de existência seguidas de um pronome definido. O recurso da quantificação existencial sobre particulares deve ser entendido como correspondendo, grosso modo, a estas formas de linguagem ordinária”, soa injusto considerá-las uma simplificação, mas se é justo reclamar uma mais perspicaz atenção à multiplicidade de exemplos tipologicamente diferentes, que acrescentam traços talvez relevantes para uma consideração demasiado referencialista, conselho que o próprio Strawson tem dado em várias oportunidades.

Por exemplo, como particularizar ou singularizar a respeito de noções emergentes, como a noção de pessoa, nos encontramos com os dêiticos, constituindo procedimentos de identificação fortemente contextuais com a mesma qualidade categorial de ser emergentes em um discurso e obrigam a postular ontologias mais ricas em que estruturas referenciais singularizadoras podem ser expressas em mais de uma alternativa, como de fato é o caso em algumas expressões da linguagem ordinária.

Vejamos alguns exemplos do que aludimos:

- a) Qual foto de qual de seus filhos gostava a sua mãe?
- b) Alguns dos assessores corrigem os discursos dos ministros e secretários de Estado.
- c) O debate ao término de cada apresentação frequentemente aborrece a algum dos expositores.
- d) Todas as mães de alguém o amam.

Para mencionar somente alguns deles.

É de levar em conta que, a partir de certas dificuldades técnicas o que se torna crucial é distinguir casos de cogoverno entre o pronome e a NP (sintagma nominal) que o liga, para dar conta daqueles em que, por exemplo, a correferência é relativamente fácil, como é o caso nas estruturas de cruzamento fraco, mas muito difícil nas estruturas de cruzamento forte.

Estipular quais são as estruturas expressas, quais entram na classe do quantificador e quais ficam livres, e descrever as regras a que se ajustam supõe chegar a estabelecer a relação entre a) a intenção referencial por parte do emissor, de modo que esta funcione como elemento codificador e b) que seja esta a que determine os critérios de seleção de uma estrutura possível em detrimento de outra que é descartada. Nenhum outro “domínio” a não ser este permite o procedimento decodificador por parte do ouvinte.

O nosso especial interesse busca enfatizar que ficam sempre algumas vacuidades de tipo sintático-semântico acerca de que forma lógica reflete a/s possível/is ideia/s subjacente(s) ao enunciado.

(Para os leitores de autores como Platão, Aristóteles ou Kant, para mencionar aqueles que mais me preocupam por seu estilo, sempre é possível duvidar acerca do antecedente apropriado para algum dos indexicais ligados que aparecem em cláusulas subordinadas e outras expressões).

Para ser justo com nosso autor, Strawson já era consciente de algumas destas dificuldades antes que a linguística apresentasse tentativas cada vez mais apropriadas para caracterizar a situação:

A existência dos fatos pressupostos pela introdução de um certa classe de particulares não pode conseqüentemente mostrar ser uma condição necessária da introdução de universais classificatórios (*sortals*), de que os particulares dessa classe sejam instâncias. Pensar isso seria limitar muito o poder da imaginação humana.

Ainda assim é possível considerar o programa proposto muito restritivo atendendo a certos critérios de análise que não somente privilegiam senão que também se autorrestringem a tratar com aspectos proposicionais e enfatizar a verdade como categoria na abordagem destes temas. O erro clássico parece residir em assimilar condições de assertibilidade com condições de verdade, assimilando a tarefa informativa ao *logos apofânticos*. Uma colocação intencionalista rapidamente rigorosa desmascararia esta farsa. Os indícios, porém, ficaram expostos nas evidências mesmas deste falso dilema quando é o próprio Frege quem reserva o papel de transmissão de um tipo distinto de conteúdo informativo à diferença de sentido, em franco menosprezo de questões extensionais.

Alguns dos exemplos que Strawson nos ofereceu em seus tratamentos do tema mostram a intensidade e também a limitação de sua proposta.

Alguns dos que tenho reunido modestamente enfatizam a inadequação de tal categoria para dar conta do que se trata.

A pergunta é: Como é possível que não se exerça uma consistente perplexidade diante desses dados inegáveis, de modo a mobilizar o pensamento em outras direções alternativas em busca da categoria adequada para enfrentar à realidade sobre a qual teorizamos?

Passemos a outro aspecto intimamente relacionado. Examinar as implicações do A. A. (argumentos sobre a aquisição) em mãos de Strawson é muito tentador e merece um tratamento, mas estimamos que esta não é a oportunidade, uma vez que o tópico é suficientemente denso para merecer um tratamento independente do que aqui nos ocupa.

Se consideramos pertinente, no entanto, assinalar que o tratamento desta questão por parte dos distintos teóricos da linguagem que a certa altura de sua estratégia argumentativa recorrem ao tema da aquisi-

ção, torna-se definitivamente mais esclarecedor do que os compromissos pessoais destes com algumas perspectivas sobre o tema em questão ou da linguagem, seja em particular ou em geral.

Consideramos que para que os argumentos sejam realmente sobre a aquisição, o que se aplicaria seria um trabalho elucidatório exigindo os dados pertinentes por parte dos profissionais idôneos, por exemplo, psicólogos, geneticistas, neurofisiólogos, psicolinguistas, professoras de jardim de infância, etc., antes de estabelecer onipotentes conjecturas com o objetivo de apresentá-las como “fatos”.

Este normalmente é o caso da maioria, mas não o de Strawson, contudo, aos que pretendemos certa minuciosidade, cortesia e perplexidade não estamos melhor com ele, posto que este afirma categoricamente, que não sabe se lhe importa que haja ou não um acesso progressivo a certas complexidades no domínio da expressão linguística. (Claramente está estabelecido que o uso de cláusulas relativas de complexidades crescentes é tardio e progressivo em relação direta com a complexidade). Quando Strawson indica isto distingue entre os processos de aquisição e os processos de explicação.

Consideramos que tal distinção mereceria um exercício mais pormenorizado da perplexidade por parte do filósofo, por várias razões, mas entre outras porque no calor de um debate recorre-se à questão da aquisição comum para dirimir certas questões. Uma perplexidade pormenorizadamente exercida se perguntaria como é que os módulos cognitivos tornam-se complexos progressivamente em mecanismos talvez do tipo “caixa chinesa” e/ou como é que tal complexidade pode ter algo a ver com o *out put*.

A perplexidade não chega a questionar os procedimentos ou critérios para traçar a distinção entre singular e universal sobre a base de sua introdução em proposições, quando tal introdução supõe módulos sintáticos de complexidade crescente com o agravante de que determinadas polissemias não somente são semânticas, mas também se estendem à

pluralidade de formas lógicas compatíveis com a mesma expressão. O perigo é que no lugar de considerar os critérios de uso efetivamente aplicados, conjecturamos sobre isso a partir de alguma posição preestabelecida, a qual poderia merecer uma revisão.

Por exemplo, numa tentativa de indagar sobre estas questões com informação cruzada poderíamos descobrir que a hipótese inicial acerca do caráter basicamente intencional tende a se confirmar.

O propósito expressado por Strawson, porém, em contraste com nossa busca (talvez excessiva) é moderado e modesto, e nisso reside sua força. Paralelamente, os procedimentos com os quais leva a cabo são inspiradores e sugestivos, nisso residindo sua influência. Todo o pormenor a que me inclino não é outra coisa senão justamente seguir a via de algumas de tais sugestões.

Por exemplo, algumas das expressões com que descreve a situação justificam nossa metáfora das “caixas chinesas” em concordância com sua expressão “exibido-oculto”, em que também a estabelece como uma relação de característica ambigüidade. “O pensamento dum particular definido é num sentido completo, mas em outro sentido, também é incompleto”.

Há uma extrema audácia e ousadia teórica neste comentário, é como se se propusesse que a noção de estrutura aberta acompanhasse não somente os conceitos gerais, mas também os nomes de singulares. Esta alternativa não é uma contradição, como não o é distinguir intenção e extensão, como não o é tampouco alguma possível assimilação dos nomes próprios a uma coleção aberta de traços ou características identificatórias. Esta multiplicidade dá muito mais conta de uma categorização da linguagem em termos de polissemia que em termos de valores veritativos entre outras coisas porque esta última aplica-se tanto a termos como a enunciados e expressões em geral, enquanto que a segunda necessariamente deve qualificar e restringir o âmbito de sua aplicação.

Mesmo com estas sugestões criativas e exemplos inspiradores, porém, o tratamento final em termos de uma correção da categoria básica não foi abordado por Strawson.

Não obstante o ponto realizado por Strawson tem outra meta em vista, a saber: uma reflexão do tipo “a simbologia formal não está desenhada para captar ou exibir a assimetria do sujeito e o predicado”, pode parecer muito geral e merecer mais atenção.

Queremos fazer uma observação a respeito disto, a lógica simbólica está constituída sobre um enfoque extensionalista para o qual a distinção e assimetria do sujeito e predicado são em princípio um recurso prescindível, essa perspicácia está presente numa lógica de termos do tipo daquela esboçada por Aristóteles, mas é sabido que ela não é exprimível em termos da lógica quantificacional. Poderia até constituir um caso de circularidade assinalar, por um lado, as funções assimétricas de sujeito e predicado e, por outro, esperar (e/ou criticar), uma lógica que não está interessada em esquematizar sobre termos que consiga dar conta de tal assimetria dentro de sua proposta simbólica. Não somente é por demais esperável, senão que não se entende bem como seria recusável dado que não é nem tem sido este seu propósito. Dado que já em 1956 Strawson teria muito claro este panorama, é de estranharmos que haja sustentado tal expectativa somente ao efeito de se ver previsivelmente desapontado com ela.

Nossa pergunta é a que se pode dever esta sujeição aos parâmetros das formalizações de uma lógica que ele mesmo denuncia como mal equipada para tratar a questão.

Outra observação que faríamos à apresentação de critérios por parte de Strawson é que consideramos que a incompatibilidade não pode ser exibida como critério de distinção.

Ocorre-nos propor procedimentos de análise um tanto diferentes, em que a questão da intencionalidade está dimensionada em seu caráter pragmático por excelência, este procedimento acerca de um tipo de

abordagem semântica sobre a base de associações felizes ou infelizes. Vejamos termos como rabanetes, cenouras e similares, por um lado, e termos como pátria, mãe, a honra, os ideais, por outro. Não discutiremos o caso de que *não* constituem identificadores particulares, nem qual seja sua possível ou suposta posição sintática num enunciado. Podemos construir diferentes enunciados nos quais estes termos tenham posição predicativa e igualmente se exibirá como indicamos a nota de incompatibilidades atributivas, mas não tendo como eixo a questão dos valores de verdade senão, como já adiantamos, o de felicidade. Em alguns casos isto pode estender-se à questão da gramaticalidade, porém não acredito que seja válido para todos os possíveis casos de aplicação deste sistema que propomos. Neste sentido os primeiros termos são incompatíveis com uma circunstancial de meio ou de fim: “morrer por”, enquanto que os segundos são compatíveis com tal circunstância. De modo que o tema da incompatibilidade atributiva ou tem estreitamente selecionada a função de usos atributivos da linguagem de modo que este se adapte à teoria ou simplesmente não é um critério adequado.

Há ainda outro ponto a expor, um pouco menos claro que o anterior. Refere-se à questão de quando, em que medida e até que ponto os sujeitos podem considerar-se compostos no sentido de serem exemplificados na reconstrução de enunciados que os parafraseiem e quando isto não é possível.

Sustentamos que as dificuldades para realizar tal discriminação carecem no momento de critérios satisfatórios. Estes temas estão, a nosso juízo, esperando ainda uma teorização e uma abordagem esclarecedora, e sugerimos que isto é assim porque não se tem dado ainda suficiente privilégio aos aspectos intencionais vinculados com as complexidades lexicais dos semantemas relacionados, algo que obviamente está também determinando a questão do critério de “felicidade” correspondente ao tratamento do exemplo anterior, mas que diante destes casos exhibe outra de suas múltiplas características.

Com efeito, algumas listas conjuntivas de sujeitos são separáveis em respectivas cláusulas conjuntivas, enquanto que outras são inseparáveis, por exemplo, João e Paulo correm é uma lista separável, João e Maria se casaram, pode, segundo o contexto, não ser o caso, embora seja forçosamente um caso de lista separável se são irmãos que realizaram uma cerimônia simultânea. Tomando o caso de expressões como João e Paulo se casaram, a junção de uma cláusula “o um com o outro” poderia ser considerada agramatical com base nas características lexicais correspondentes aos nomes e ao regime do verbo, mas situações não precisamente linguísticas podem converter esta situação em uma típica SS (estrutura de superfície) com uma dupla FL (forma lógica) admissível. Indubitavelmente isto modifica o programa chomskiano de uma gramática puramente sintática, porém claro que este não é nosso ponto aqui.

Outros exemplos cujo conteúdo pragmático é muito menos hilário, mas familiar e acessível, poderia ser dado por listas inseparáveis como em expressões do tipo: “prefiro chocolate com churros em vez de café com leite com pão e manteiga”.

Quando estamos com listas inseparáveis destes e outros tipos, as leis distributivas da lógica padrão não se aplicam.

Se estamos descrevendo nosso objeto apenas com o objetivo de, a partir de uma correta descrição, eventualmente teorizar sobre ele, acreditamos que isto não exhibe falhas nas leis distributivas, tampouco mostra falhas nas listas anteriores: não temos “putatividades” até não termos normas supostas e categoricamente aplicáveis; os adjetivos tais como “putativo” não fazem mais que obscurecer o panorama.

O fato exibido pela linguagem é que algumas listas, quaisquer que sejam suas posições, são separáveis, enquanto que outras não.

Entendemos que isto exhibe determinações desde o pragmático até o semântico e o sintático, detalhe não muito registrado por teóricos da linguagem no âmbito da Filosofia da Linguagem e de maneira oscilante levado em conta pelas escolas linguísticas.

Nosso temor é que a pobreza radical de certas abordagens pré-categoriais empobrece irremediavelmente o panorama do “descritível” de modo tal que numerosos traços do objeto passam despercebidos para o teórico.

Com isto não estamos expressando a recomendação de nos desentendemos da assimetria de sujeito e predicado – nada mais longe de nosso estado de ânimo geral sobre o tema e sobre o tratamento que este tem merecido por parte de Strawson -, mas sustentamos que os critérios para explicitar, explicar ou exhibir tal assimetria, todavia, aguardam sua consolidação. Ao mesmo tempo deixamos entrever uma sugestão de que o fio condutor até este resultado talvez resida em finalmente dar maior ênfase à incidência dos aspectos intencionais em nossa linguagem, e, em nossa opinião, bem dentro do espírito de Oxford.

Uma última reflexão para voltar a nosso ponto, talvez uma das questões dentro das quais se move esta sugestão, poderia formular-se nos seguintes termos: uma distinção não tem sido traçada com precisão, nem, em nosso entendimento, suficientemente conjecturada, a saber, a diferença entre enunciação e enunciado.

Os critérios de identidade e os critérios de identificação de um e outro serão correlativamente diferentes e teremos esclarecido um dos compromissos que constituem uma fonte de confusão neste âmbito, algumas das quais são do tipo metodológico, isto é, que a confusão é metodologicamente originada no âmbito dos critérios categoriais que se selecionam para levar a cabo a análise conducente.

Outra fonte de confusão é a natureza ontológica elusiva destas duas “criaturas” distinguíveis desde um ponto de vista metodológico com grandes dificuldades, mas em alguma das instâncias ontológicas poderíamos encontrar que topologicamente cada um destes aspectos constitui um “nó borromiano”.

Concluindo, a natureza, categorização, riqueza e flexibilidade da ontologia de base desempenham um papel determinante a respeito do qual nos encontraremos em condições metodológicas para distinguir. Uma das funções que o exercício da perplexidade cumpre é justamente a de superar os obstáculos das ontologias “pobres” e das categorizações “desafortunadas”.

Entendemos que o autor que comentamos levou a cabo devidamente ambas as funções, mas ao mesmo tempo achamos que chega a lidar com suficientes elementos de juízo que deveriam convocar-lhe ainda a maiores ênfases das que de fato impõe a seus critérios, os quais implicam revisões de algumas questões de base, algo mais além do efetivamente revisado por este autor.²

² Queremos agradecer a Robert Calabria pela ajuda na tradução de algumas palavras e frases deste ensaio (N. T.).

RÉPLICA A TEREZA DE JESÚS ZAVALÍA

Peter F. Strawson

Muito me impressionou a força e o poder dos argumentos e provas apresentadas por Tereza de Jesús Zavalía para respaldar sua tese de que meu próprio enfoque sobre os temas da Filosofia da Linguagem têm sofrido certas limitações graves, e que pelo fato de não serem superadas, impediram que se tratasse com justiça toda a riqueza e complexidade dos fenômenos linguísticos. Como veremos, minha resposta será em sua maior parte constituída por uma combinação de admissões de culpa e de elementos atenuantes.

Zavalía começa por sugerir que em minha discussão sobre a referência, particularmente, eu levo em consideração parcialmente os aspectos intencionais e pragmáticos da linguagem e ainda lhes presto pouca atenção; e acrescenta que minha omissão neste sentido deve-se em parte a que presto excessivo tributo à noção de condições de verdade das sentenças, literalmente entendidas, em certos contextos, como emissões particulares. Ela respalda esta acusação com exemplos de sentenças nas quais alguns termos singulares definidos carecem de referência, mas poderiam ser emitidos com uma intenção e um significado específicos que se espera que o interlocutor compreenda e valore. Um exemplo particularmente sedutor, que ela descreve e explica de forma inteligente, é aquele no qual, quando sua mãe pergunta “O que estás fazendo?”, ela responde “Estou contemplando a quadratura do círculo”.

Minha argumentação atenuante em resposta a estes bem fundamentados argumentos consta de duas partes. Em primeiro lugar, minhas antigas – e também algumas posteriores – discussões sobre a referência referiam-se exclusivamente aos usos da linguagem que merecem ser considerados centrais e fundamentais, e que certamente têm sido – e são ainda hoje em dia – de predominante interesse para os filósofos da linguagem e também para alguns teóricos da linguística em geral. Em segundo lugar, num artigo em francês (*Phrase et Acte Parole*, publicado na revista *Langages*, nº 17, março de 1970), dediquei um considerável esforço a desenhar, qualificar e refinar certas distinções entre três sentidos das palavras, “o significado do que se disse”. Este exercício não foi realizado em relação com o tipo preciso de exemplo que coloca Tereza de Jesús Zavallía e que eu mencionei anteriormente; pelo contrário, trata-se de algo mais geral no que diz respeito a seu alcance e aplicação. Espero, porém, que isto sirva para exonerar-me parcialmente adiante da acusação de não ter devidamente considerado a diferença entre “enunciação” e “enunciado”, se bem que este sinal de arrependimento chegou mais tarde do que seria desejável na avaliação de meu trabalho na Filosofia da Linguagem.

Os seguintes aspectos considerados por Zavallía concernem à referência pronominal, incluindo os casos de pronomes anafóricos com frases nominais antecedentes, definidas ou indefinidas. Ela indica que se alguns casos são suficientemente simples, temos nestes um campo rico de complexidade e possíveis imprecisões e ambiguidades. É acrescenta que no caso de alguns distintos filósofos (Platão, Aristóteles e Kant) é às vezes possível duvidar acerca do antecedente apropriado de um pronome numa cláusula subordinada. Este é um campo no qual alguns filósofos de minha tradição (por exemplo, Geach, Evans) têm realizado um trabalho útil e esclarecedor, e no qual eu tenho feito muito pouco – se é que tenho feito algo –, situação a respeito da qual não tenho nenhuma justificativa para oferecer.

Sobre o tema da evolução conceitual e da conseqüente extensão e complicação da linguagem, ela – com justiça – observa que um adequado tratamento requereria mais atenção às provas oferecidas por investigadores especializados (por exemplo, psicolinguistas) da que eu pareço conceder, dado que a mim me preocupa mais elaborar uma explicação teórica do que investigar os fatos reais e o processo de aquisição. Neste caso devo também declarar-me culpado, pois minha preocupação é metafísica e não psicológico-histórico-genética.

Finalmente referir-me-ei ao tema que eu tenho analisado sob o título de assimetria do sujeito e predicado – em maiores detalhes no trabalho intitulado *Subject and Predicate in Logic and Grammar*. Neste caso as censuras – não estou seguro que se supõe que têm igual peso ou relevância – são as seguintes: 1) estou excessiva ou erroneamente preocupado com as formalidades *standard* correntes ou com a lógica simbólica; 2) deixo de lado a colocação das compatibilidades ou incompatibilidades quanto a uma “felicidade” ou “infelicidade” na combinação de expressões, e não quanto a seu aspecto estritamente lógico ou *estritamente* semântico; 3) o tema de quais frases nominais compostas ou conjuntivas constituem frases de sujeito genuínas, lógicas e indivisíveis e quais admitem – ou requerem – pelo contrário, uma divisão em frases de sujeito distintas de cláusulas distintas não é, em geral, passível de uma solução *formal* de nenhum tipo, nem gramatical nem lógica, senão que frequentemente depende, uma vez mais, de outras considerações pragmáticas, intencionais ou inclusive sociais.

Aceito sem vacilar o terceiro destes pontos. O segundo tem sido ilustrado pela autora de forma interessante e brilhante, porém sua relevância para o assunto do sujeito-predicado não me é tão claro. Quanto ao primeiro não tenho escusas. A distinção entre posição referencial (ou de sujeito) e posição predicativa é fundamental na lógica moderna *standard*; e a lógica *standard* tem ocupado um lugar de honra que não abandonará. Encontrar um nexó explicativo entre esta distinção formal e uma distinção metafísica igualmente fundamental e obter que este nexó seja

a base de uma explicação da crescente cobertura das noções de sujeito e predicado segue sendo, em minha opinião, um empreendimento de grande interesse filosófico – um empreendimento no qual o êxito não requereria nenhuma desculpa e na qual o fracasso não seria desonroso.

Tendo referido tudo isto, desejaria concluir expressando minha admiração por um trabalho interessante e sugestivo, rico em *exemplos* atrativos, que sempre são do agrado de um filósofo de Oxford.

PUBLICAÇÕES DE P. F. STRAWSON¹

Livros

1952, *Introduction to Logical Theory*, London: Methuen.

1959, *Individuals*, London: Methuen.

1966, *The Bounds of Sense*, London: Methuen.

1971, *Logico-Linguistic Papers*, London: Methuen.

1974a, *Freedom and Resentment and Other Essays*, London: Methuen.

1974b, *Subject and Predicate in Logic and Grammar*, London: Methuen.

1985a, *Skepticism and Naturalism: Some Varieties*, London: Methuen, and
New York: Columbia University Press.

1985b, *Analyse et Métaphysique*, Paris: J. Vrin.

1992, *Analysis and Metaphysics*, Oxford: Oxford University Press.

1997, *Entity and Identity*, Oxford: Oxford University Press.

2011, *Philosophical Writings*, Oxford: Oxford University Press.

¹ A lista de “publicações de P. F. Strawson” foi alterada e ampliada pelos tradutores.

Coletâneas

1967a, *Philosophical Logic*, ed. P. F. Strawson, Oxford: Oxford University Press.

1967b, *Studies in the Philosophy of Thought and Action*, ed. P. F. Strawson, Oxford: Oxford University Press.

2006, *Universals, Concepts and Qualities: New Essays on the Meaning of Predicates*, ed. P. F. Strawson and Arindam Chakrabarti, Burlington, VT: Ashgate.

Artigos

1948, "Propositions and Entailment Statements", *Mind*.

1949a, "Truth", *Analysis*.

1949b, "Ethical Intuitionism", *Philosophy*, reprinted in Strawson 2011.

1950a, "On Referring", *Mind*, reprinted in Strawson 1971.

1950b, "Truth", *Proceedings of the Aristotelian Society*, reprinted in Strawson 1971.

1953, "Particular and General", *Proceedings of the Aristotelian Society*, reprinted 1971.

1954a, "Wittgenstein's Philosophical Investigations", *Mind*, reprinted in Strawson 1974a.

1954b, "A Reply to Mr. Sellars", *Philosophical Reviews*.

1955, "A Logician's Landscape", *Philosophy*.

1956a, "Construction and Analysis", in: A. J. Ayer et al., *The Revolution in Philosophy*, London: Macmillan, reprinted in Strawson 2011.

1956b, (with P. Grice), "In Defense of a Dogma", *Philosophical Review*, reprinted in Strawson 2011.

- 1956c, "Singular Terms, Ontology and Identity", *Mind*.
- 1957a, "Logical Subjects and Physical Objects", *Philosophy and Phenomenological Research*.
- 1957b, "Propositions, Concepts and Logical Truths", *Philosophical Quarterly*, reprinted in 1971.
- 1957c, (with H. P. Grice and D. F. Pears), "Metaphysics" in: *The Nature of Metaphysics*, ed. D. F. Pears, London: Macmillan.
- 1957d, "Proper Names", *Proceedings of the Aristotelian Society*, reprinted in Strawson 2011.
- 1958, "On Justifying Induction", *Philosophical Studies*.
- 1960a, "The Post-Linguistic Thaw", *Times Literary Supplement*, reprinted in Strawson 2011.
- 1960b, "Freedom and Resentment", *Proceedings of the British Academy*, reprinted in Strawson 1974a.
- 1961a, "Singular Terms and Predication", *Journal of Philosophy*, reprinted in Strawson 1971.
- 1961b, "Perception and Identification", *Proceedings of the Aristotelian Society*, reprinted in Strawson 1974a.
- 1961c, "Social Morality and Individual Ideal", *Philosophy*, reprinted in Strawson 1974a.
- 1963, "Carnap's Views on Constructed Systems v. Natural Languages in Analytical Philosophy", in: *The Philosophy of Rudolf Carnap*, ed. P. A. Schilpp, La Salle: Open Court.
- 1964a, "A Problem about Truth: A Reply to Mr. Warnock", in: *Truth*, ed. G. Pitcher, Englewood Cliffs, N. J.: Prentice Hall, reprinted in Strawson 1971.
- 1964b, "Identifying Reference and Truth Values", *Theoria*, reprinted in Strawson 1971.

1964c, "Intention and Convention in Speech Acts", *Philosophical Review*, reprinted in Strawson 1971.

1965, "Truth: A Reconsideration of Austin's Views", *Philosophical Quarterly*, reprinted in Strawson 1971.

1966a, "Self, Mind and Body", *Common Factor*, reprinted in Strawson 1974a.

1966b, "Aesthetic Appraisal and Works of Arts", *The Oxford Review*, reprinted in Strawson 1974a.

1967a, "Is Existence Never a Predicate?", *Critica*, reprinted in 1974a.

1967, "Analysis, Science and Metaphysics", in: *The Linguistic Turn*, ed. R. Rorty, Chicago: University of Chicago Press, reprinted in Strawson 2011.

1968, "Bennett on Kant's analytic", *Philosophical Review*, reprinted in Strawson 2011.

1969a, "Meaning and Truth", *Proceedings of the British Academy*, reprinted in Strawson 1971.

1969b, "Grammar and Philosophy", *Proceedings of the Aristotelian Society*, reprinted in Strawson 1971.

1969c, "Body and Mind", in: *Linguistic Analysis and Phenomenology*, ed. W. Mays and S. C. Brown, London: Macmillan.

1970a, "Imagination and Perception", in: *Experience and Theory*, ed. L. Foster and J. W. Swanson, Amherst: University of Massachusetts Press, reprinted in Strawson 1974a.

1970b, "Categories", in: *Ryle: A Collection of Critical Essays*, ed. O. P. Wood and G. Pitcher, New York: Doubleday, reprinted in Strawson 1974a.

1970c, "Phrase et Acte de Parole", *Languages*.

1970d, "The Asymmetry of Subjects and Predicates", in: *Language, Belief and Metaphysics*, ed. H. E. Kiefer and M. K. Munitz, New York: State University of New York Press, reprinted in Strawson 1971.

1970e, "Chisholm on Identity through Time", in: *Language, Belief and Metaphysics*, ed. H. E. Kiefer and M. K. Munitz, New York: State University of New York Press.

1972, "Self-Reference, Contradiction and Content-Parasitic Predicates", *Indian Review of Philosophy*.

1973a, "Different Conceptions of Analytical Philosophy", *Tijdschrift voor Filosofie*.

1973b, "Austin and 'Locutionary Meaning'", in: *Essays on J. L. Austin*, ed. I. Berlin, Oxford: Clarendon Press, reprinted in Strawson 1997.

1974a, "On Understanding the Structure of One's Language", in: *Freedom and Resentment and Other Essays*.

1974b, "Positions for Quantifiers", in: *Semantics and Philosophy*, ed. M. K. Munitz and P. K. Unger, New York: New York University Press, reprinted in Strawson 1997.

1974c, "Does Knowledge Have Foundations?", *Conocimiento y Creencia*, reprinted in Strawson 2011.

1975a, "Semantics, Logic and Ontology", *Neue Hefte für Philosophie*.

1975b, "Causation and Perception", in: *Fact, Value and Predication*, reprinted in Strawson 1974a.

1976a, "Knowledge and Truth", *Indian Philosophical Quarterly*, reprinted in Strawson 2011.

1976b, "Entity and Identity", in: *Contemporary British Philosophy Fourth Series*, ed. H. D. Lewis, London: Allen and Unwin, reprinted in Strawson 1997.

1976c, "Scruton and Wright on Anti-Realism", *Proceedings of the Aristotelian Society*, reprinted in Strawson 2011.

1979a, "Universals", *Midwest Studies in Philosophy*, reprinted in Strawson 1997.

1979b, "May Bes and Might Have Beens", in: *Meaning and Use*, ed. A. Margalit, Dordrecht, Boston and London: Reidel, reprinted in Strawson 1997.

1979c, "Perception and its Objects", in: *Perception and Identity: Essays Presented to A. J. Ayer*, ed. G. F. Macdonald, London: Macmillan, reprinted in Strawson 2011.

1980, "Belief, Reference and Quantification", *Monist*, reprinted in Strawson 1997.

1982, "'If' and '□'", in: *Philosophical Grounds of Rationality, Intention, Categories, Ends*, ed. Richard E. Grandy and Richard Wagner, reprinted in Strawson 1997.

1983, "Liberty and Necessity", in: *Spinoza, His Thought & Work*, ed. Nathan Rotenstreich and Norma Schneider, Jerusalem: The Israel Academy of Sciences and Humanities, reprinted in Strawson 2011.

1985, "Causation and Explanation", in: *Essays on Davidson*, ed. Bruce Vermazen and J. Hintikka, Oxford: Oxford University Press.

1986a, "Direct Singular Reference: Intended Reference and Actual Reference", in: *Wo steht die Analytische Philosophia Heute?*, reprinted in Strawson 1997.

1986b, "Reference and its Roots", in: *The Philosophy of W. V. Quine*, ed. L. E. Hahn and P. A. Schilpp, La Salle: Open Court, reprinted in Strawson 1997.

1987a, “Kant’s Paralogisms: Self-Consciousness and the ‘Outside Observer’”, in: *Theorie de Subjektivität*, ed. K. Cramer, F. Fulda, R.-P. Horstmann, U. Pothast. Frankfurt am Main: Shrkamp, reprinted in Strawson 1997.

1987b, “Concepts and Properties, or Predication and Copulation”, *Philosophical Quarterly*.

1988a, “Kant’s New Foundations of Metaphysics”, in: *Metaphysik nach Kant*, ed. Dieter Henrich and R.-P. Horstmann, Stuttgart: Klett-Cotta, reprinted in Strawson 1997.

1988b, “Ma Philosophie: son Développement, son Thème Central et sa Nature Générale”, *Revue de Theologie et de Philosophie*.

1989, “Sensibility, Understanding and the Doctrine of Synthesis: Comments on D. Henrich and P. Guyer”, in: Kant’s Transcendental Deductions, ed. E. Forster, Stanford: Stanford University Press, reprinted in Strawson 2011.

1990, “Two Conceptions of Philosophy”, in: *Perspectives on Quine*, ed. R. Barret and R. Gibson, Oxford: Blackwell, reprinted in Strawson 2011.

1992a, “The Incoherence of Empiricism”, *Proceedings of the Aristotelian Society*.

1992b, “Echoes of Kant”, *Times Literary Supplement*, *The State of Philosophy*.

1992c, “Knowing from words”, in: *Knowing from Words*, ed. B. K. Matilal and A. Chakrabarti, Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, reprinted in Strawson 2011.

1994a, “Individuals”, in: *Philosophical Problems Today*, ed. G. Floistad, Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.

1994b, “The Problem of Realism and the A Priori”, in: *Kant and Contemporary Epistemology*, ed. Paolo Parrini, Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, reprinted in Strawson 2011.

1997, "Kant on Substance", in: *Entity and Identity*, Oxford: Oxford University Press.

2000, "What have we learned Philosophy in the Twentieth Century", *The Proceedings of the Twentieth World Congress of Philosophy*, reprinted in Strawson 2011.

2006, "A Category of Particulars", in: *Universals, Concepts and qualities: New Essays on the Meaning of Predicates*, ed. P. F. Strawson and A. Chakrabarti, Burlington, VT: Ashgate, reprinted in Strawson 2011.

SOBRE OS AUTORES E TRADUTORES

AUTORES

Peter F. Strawson

Filósofo inglês e professor na Universidade de Oxford – Reino Unido. *Individuals*. London: Methuen, 1959; *The Bounds of Sense*. London: Methuen & Co. Ltd., 1966; *Analysis and Metaphysics*. London: Oxford University Press, 1992, são suas obras mais destacadas, embora tenha escrito ainda outros livros e algumas dezenas de artigos não menos importantes que seus livros mais famosos.

Carlos E. Caorsi

Professor de Filosofia na Universidade da República – Uruguai. Publicou, *Ensayos sobre Davidson*. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, Universidad de la República de Uruguay, 1999; *De una teoría del lenguaje a una teoría de la acción intencional: una introducción a la filosofía de D. Davidson*. León: Asociación Cultural Factótum, 2001.

Ernest Sosa

Filósofo americano e professor na Universidade de Rutgers – EUA. Publicou, dentre muitos títulos, *A virtue epistemology*. London: Oxford University Press, 2007; *Reflective knowledge*. London: Oxford University Press, 2009.

Jesús Mosterín

Professor de Filosofia na Universidade de Barcelona – Espanha. Mosterín tem uma extensa publicação, dentre as quais: *La cultura de la libertad*. Madrid: Espasa-Calpe, 2008; *La naturaleza humana*. Madrid: Espasa-Calpe, 2008.

Jorge J. E. Gracia

Professor de Filosofia na Universidade Estadual de Nova York em Buffalo – EUA. Publicou, entre outras obras, *Latinos in America: philosophy and social identity*. Oxford: Blackwell, 2008; *Old wine in New Skins: the role of tradition in communication, knowledge, and group identity*. Milwaukee, WI: Marquette University Press, 2003.

Juan C. D'Alessio

Compôs o Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas da República Argentina. Publicou: *Enunciados nomológicos y condicionales contrafácticos*, *Crítica: Revista Hispanoamericana de Filosofía*, v. 4, n. 11/12, 1970; *Disposiciones sociales y disposiciones históricas*, *Crítica: Revista Hispanoamericana de Filosofía*, v. 7, n. 19, 1975.

Mauricio Beuchot

Professor de Filosofia na Universidade Autônoma do México – Unam. Publicou, dentre outros trabalhos, *Tratado de hermenéutica analógica*. México: Facultad de Filosofía y Letras de la Unam, 1997; *Interpretación y realidad en la filosofía actual*. México: Instituto de Investigaciones Filosóficas – Facultad de Filosofía y Letras de la Unam, 1996.

Robert Calabria

Professor de Filosofia na Universidade da República – Uruguai. Publicou, dentre outros, os seguintes ensaios: *Las paradojas de la confirmación y los sastres del Emperador*, *Galileo Segunda Época*, n. 44, 2011; *Berkeley y el idealismo. Un estudio de su argumento*, CSIC, Udelar, 2013.

Tereza de J. Zavalía

Professora de Filosofia na Universidade de La Plata – Argentina. Publicou: *Algunas observaciones acerca de las relaciones temporales*, *Crítica: Revista Hispanoamericana de Filosofía*, v. 6, n. 16/17, 1972.

TRADUTORES

Itamar Luís Gelain

Doutorando em Filosofia na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, com tese sobre a Filosofia de Strawson. Professor de Filosofia no Centro Universitário – Católica de Santa Catarina/Católicasc. Traduziu e publicou alguns artigos sobre a Filosofia de Strawson.

Jaimir Conte

Doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo – USP (2004). Atualmente é professor-adjunto do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina e editor associado da revista *Principia*. Traduziu várias obras, dentre elas: P. F. Strawson. *Ceticismo e Naturalismo*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2008.



Ensaaios sobre Strawson

com réplicas de P. F. Strawson

“A verdade em filosofia, embora não chegue a ser um caso perdido, é tão complexa e multiforme, tão multifacetada, que o trabalho de cada filósofo, se quiser ter alguma unidade e coerência, deve, quando muito, enfatizar alguns aspectos da verdade, negligenciando outros que podem impressionar com muito mais força um outro filósofo. A aparência de um desacordo endêmico no assunto, portanto, é algo que se deve esperar em vez de lastimar, e não é motivo de espanto que as opiniões individuais do filósofo, mais provavelmente do que as do cientista ou do especialista, reflitam em parte seu gosto e temperamento individuais”

(P. F. Strawson).